



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFAL

ÉLIDA KASSIA VIEIRA DA SILVA

**PELO “CULTO DE DEUS E DE SUA MÃE MARIA SANTÍSSIMA”:
A IRMANDADE DO BOM JESUS DOS MARTYRIOS NA CIDADE DAS ALAGOAS
(1845-1900)**

**MACEIÓ
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFAL

ÉLIDA KASSIA VIEIRA DA SILVA

**PELO “CULTO DE DEUS E DE SUA MÃE MARIA SANTÍSSIMA”:
A IRMANDADE DO BOM JESUS DOS MARTYRIOS NA CIDADE DAS ALAGOAS
(1845 - 1900)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ICHCA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Conflitos e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos.

MACEIÓ
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586p Silva, Élide Kassia Vieira da.
Pelo “culto de Deus e de Sua Mãe Maria Santíssima : a irmandade do Bom Jesus dos Martyrios na cidade das Alagoas (1845-1900) / Élide Kassia Vieira da Silva. – 2023.
159 f. : il.

Orientadora: Irinéia Maria Franco dos Santos
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 146-156.
Anexos: f. 158-159.

1. Igreja Católica. Bom Jesus dos Martyrios (Maceió, AL). 2. Irmandades. 3. Cidade das Alagoas. I. Título.

CDU: 94(813.5):282

Folha de Aprovação

ÉLIDA KASSIA VIEIRA DA SILVA

Pelo “culto de Deus e de sua mãe Maria Santissima”: A irmandade do Bom Jesus dos
Martyrios na cidade das Alagoas (1845-1900)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 IRINEIA MARIA FRANCO DOS SANTOS
Data: 01/12/2023 06:55:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Irinéia Maria Franco dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 PEDRO LIMA VASCONCELLOS
Data: 06/12/2023 12:11:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos (Avaliador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 JOELMA SANTOS DA SILVA
Data: 03/12/2023 18:37:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Joelma Santos da Silva (Avaliadora Externa)
Instituto Federal do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 MARCELO MAC CORD
Data: 01/12/2023 11:00:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord (Avaliador Externo)
Universidade Federal Fluminense

Aos familiares que perdi ao longo de 2023:
meu bisavô Juvêncio, tio Elisberto e tia
Nedja.

Agradecimentos

Escrever uma dissertação foi um caminho bastante árduo para mim. Conciliar atividades relacionadas à pesquisa com o trabalho e a vida pessoal se mostrou um desafio maior do que pensei que seria. Sem o apoio de várias pessoas, a escrita deste texto seria impossível. Gostaria, assim, de formalizar meus sinceros agradecimentos a todos os órgãos/indivíduos que mais me auxiliaram nessa jornada.

Ao PPGH da UFAL, por ter aceitado meu projeto de pesquisa, bem como a todos os professores que de forma instigadora ministraram as aulas nas disciplinas pelas quais passei. Aos meus colegas de turma, que, apesar dos desafios de iniciar um mestrado em tempos pandêmicos, se fizeram presentes e me auxiliaram em diversos aspectos. Gostaria de registrar agradecimentos especiais aos meus parceiros de pesquisa desde a graduação, que foram também meus companheiros no mestrado, Lydio Rossiter e Marney Garrido. Também a Cláudio Lopes, companheiro de turma que tanto me motivou.

Ao Lhier e a todos os companheiros com quem dividi horas de estudo e discussão de textos desde a graduação. Devo minha iniciação científica aos debates que realizei nas reuniões do Lhier. Os textos que discutimos foram fundamentais para que eu começasse a refletir sobre meus interesses acadêmicos.

Aos arquivos que precisei visitar frequentemente, em busca de fontes que tornassem a presente pesquisa viável. Ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Arquivo Público de Alagoas e ao Arquivo Dom José Lamartine, do Recife, meus sinceros agradecimentos pela presteza no atendimento. Apesar de não conseguir encontrar fontes sobre as irmandades de Alagoas em Recife, fui muito bem recebida pela equipe de lá.

À minha orientadora Irinéia Maria Franco dos Santos, que tanto me ajudou e que tanto me inspira como professora e ser humano. Seus conselhos estão sempre guardados comigo, obrigada por me ajudar a ser melhor como pesquisadora e professora. Tive muita sorte de ter como orientadora alguém como ela.

À banca de qualificação deste trabalho, os professores Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL), Pedro Lima Vasconcellos (UFAL) e Marcelo Mac Cord (UFF). Suas observações e correções foram fundamentais para o avanço desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho e estudantes das escolas estaduais Fernandina Malta e Ozória de Moura Lima. Especialmente aos meus estudantes, seres humanos com quem tanto aprendo no cotidiano em meio aos desafios de lecionar história na rede pública. Apesar do sucateamento

e do avanço das pautas neoliberais que individualizam a responsabilidade do aprendizado tanto em professores como em estudantes, seguimos tentando fazer o possível com o que temos.

À minha família, mais especificamente meus pais Rita de Cássia e Edson Santos, meus irmãos Erasmo Marques, Amanda Vieira e Elizeu Vieira, e ao meu esposo e companheiro de pesquisa Marney Garrido. Essas pessoas foram fundamentais na minha jornada, e em alguns momentos precisaram lidar com minhas frustrações na pesquisa acadêmica e me encorajaram a continuar.

Aos meus amigos, que souberam entender minhas ausências em nome da pesquisa. Obrigada pelos incentivos, meus queridos César Gomes, Cláudio Lopes, Débora Cristina, Felipe Silva e Jonas Balzan, que de forma incansável estiveram comigo em reuniões para debate dos textos de seleção, além de me ajudarem com a leitura do meu projeto, o enriquecendo com sugestões. Ana Alice, Jerdson Nunes e Matheus Vilas Boas pelo companheirismo e leveza no ambiente escolar, que muitas vezes é pesado demais para os docentes. Por último e não menos importante, à Rebecca Ellen, amiga que me ajudou muito na reta final desta pesquisa, me encorajando e auxiliando com questões técnicas.

Geralmente, meus agradecimentos são extensos, pois me emociono revivendo todo o processo desde a seleção até a conclusão desse processo. Isso se dá porque me vejo como fruto de uma coletividade. Reafirmo o que falei no momento da minha aprovação: sou porque nós somos.

Esses detalhes, que chamamos erradamente de pequenos – não há pequenos fatos na humanidade, nem pequenas folhas na vegetação –, são úteis. É da fisionomia dos anos que se compõe a feição dos séculos.

(Os Miseráveis, de Victor Hugo)

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas entre os anos de 1845 e 1900. A pesquisa conta com o aporte documental disponível, em sua maioria, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), e entre as principais fontes pode-se destacar o compromisso da Irmandade dos Martyrios e da Irmandade do Rosário da Cidade das Alagoas (proprietária do templo onde a associação dos Martyrios funcionava); o livro de entrada de irmãos, contendo os dados gerais dos associados; e recortes de jornais circulantes em Alagoas no período. Pretende-se analisar a irmandade em seus aspectos político-religiosos e étnico-raciais, a partir dos recortes de gênero, raça e classe, para assim traçar o perfil geral do grupo estudado. Como metodologia, são utilizadas principalmente a análise crítica e comparativa dos textos e os estudos de população pela perspectiva do paradigma indiciário de Ginzburg. A pesquisa contribuirá para o avanço do entendimento sobre as irmandades religiosas em Alagoas do ponto de vista historiográfico, uma vez que ainda há poucas pesquisas desenvolvidas sobre a temática aqui trabalhada.

Palavras-Chave: Bom Jesus dos Martyrios; Irmandades religiosas; Cidade das Alagoas.

Abstract

This dissertation aims to analyze the Brotherhood of the Lord Good Jesus of the Martyrs in the city of Alagoas between the years 1845 and 1900. The research is based on documentary sources primarily available in the Archive of the Metropolitan Curia of Maceió (ACMM). Among the main sources are the charter of the Martyrs Brotherhood and the Brotherhood of the Rosary of the city of Alagoas (owners of the temple where the Martyrs association operated), the register of brotherhood members containing general information about the associates, and clippings from newspapers circulating in Alagoas during the period. The objective is to analyze the brotherhood in its political, religious, ethnic, and racial aspects, taking into account factors of gender, race, and class, in order to outline a general profile of the studied group. The methodology used mainly involves critical and comparative analysis of the texts and population studies from the perspective of Carlo Ginzburg's "indicative paradigm." This research will contribute to advancing the understanding of religious brotherhoods in Alagoas from a historiographical standpoint, as there are still relatively few studies on the subject being conducted in this region.

Keywords: Good Jesus of the Martyrs; Religious Brotherhoods; City of Alagoas.

Resumen

Esta tesis tiene como objetivo analizar la Hermandad del Señor Buen Jesús de los Mártires en la ciudad de Alagoas entre los años 1845 y 1900. La investigación se basa en fuentes documentales disponibles principalmente en el Archivo de la Curia Metropolitana de Maceió (ACMM). Entre las fuentes principales se encuentran el compromiso de la Hermandad de los Mártires y la Hermandad del Rosario de la ciudad de Alagoas (propietaria del templo en el que operaba la asociación de los Mártires), el libro de registro de hermanos que contiene información general sobre los miembros, y recortes de periódicos que circulaban en Alagoas durante ese período. El objetivo es analizar la hermandad en sus aspectos políticos, religiosos, étnicos y raciales, teniendo en cuenta factores de género, raza y clase, con el fin de perfilar de manera general al grupo estudiado. La metodología utilizada involucra principalmente el análisis crítico y comparativo de los textos y estudios de población desde la perspectiva del "paradigma indicial" de Carlo Ginzburg. Esta investigación contribuirá al avance en la comprensión de las hermandades religiosas en Alagoas desde un punto de vista historiográfico, ya que todavía existen relativamente pocas investigaciones sobre el tema en esta región.

Palabras clave: Buen Jesús de los Mártires; Hermandades religiosas; Ciudad de Alagoas.

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1 - Divisão dos cargos por sexo: Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios	92
Gráfico 1 - Quantitativo de homens e mulheres na Mesa Diretora na Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios.....	93
Tabela 2 - Relação das pessoas que contribuíram para a festa S. B. dos Martyrios d’esta cidade	95
Tabela 3 - Divisão dos cargos por sexo: Irmandade do Rosário	103
Gráfico 2 - Quantitativo de homens e mulheres na Mesa Diretora da Irmandade do Rosário	104
Gráfico 3 - Entrada de irmãos - divisão por sexo (1845-1900)	114
Gráfico 4 - Estado matrimonial das Mulheres da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios das Alagoas (1845-1900)	115
Gráfico 5 - Estado matrimonial dos homens da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios das Alagoas (1845-1900)	119
Gráfico 6 - Ofícios dos associados da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios.....	121
Tabela 4 - Residência dos associados do Bom Jesus dos Martyrios	132
Tabela 5 - Divisão por faixa etária: Irmandade dos Martyrios.....	138
Tabela 6 - Fluxo de entradas por décadas: Irmandade dos Martyrios	139

Lista de imagens e mapas

Mapa 1 - Divisão política das cidades da Província de Alagoas em 1872	65
Figura 1 - Recibo: Irmandade dos Martyrios	90
Mapa 2 - Residência dos associados do Bom Jesus dos Martyrios (1845-1900).....	133
Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Marechal Deodoro	158
Figura 3 - Igreja do Bom Jesus dos Martírios de Maceió.....	159
Figura 4 - Fachada da Igreja do Bom Jesus dos Martírios de Maceió	159

Sumário

Agradecimentos.....	4
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Resumen.....	9
1 – Introdução	14
2 –Irmandades religiosas: historiografias e perspectivas	25
2.1 – As irmandades religiosas em Portugal	25
2.2 – As irmandades religiosas no Brasil.....	29
2.3 – As irmandades religiosas em Alagoas.....	34
2.4 – As irmandades dos Martírios no Brasil.....	39
2.5 – As irmandades em Maceió e suas relações com o poder civil.....	43
3 – A Cidade das Alagoas	50
3.1 – A mudança da capital	50
3.2 – Aspectos econômicos	60
3.3 – Aspectos religiosos.....	67
4 – As irmandades do Bom Jesus dos Martyrios e do Rosário a partir de seus compromissos ...	77
4.1 – O Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios	77
4.1.1 – A mesa diretora masculina da irmandade dos Martyrios	85
4.1.2 – A mesa diretora de mulheres da irmandade dos Martyrios.....	90
4.1.3 – Festas, sepultamentos e disposições gerais.....	94
4.2 – O Compromisso da Irmandade do Rosário da Cidade das Alagoas.....	98
4.2.1 – A Mesa Regedora do Rosário	102
4.2.2 – A caridade cristã aos mais necessitados.....	108
4.2.3 – A preocupação com a ordem	109
4.3 – Distanciamentos e aproximações	110
5 – Análise do livro de entrada de irmãos (1840-1900).....	113
5.1 – Homens e mulheres	113
5.2 – Solteiros, casados e viúvos	114
5.3 – Profissão dos associados.....	120
5.4 – As residências dos irmanados.....	132
5.5 – Tempo de permanência x valor médio entre entrada e anuais	136

5.6 – Idade dos associados.....	137
5.7 – Fluxo de entrada por período.....	138
5.8 – Os rastros de uma História pouco explorada	140
6 – Conclusão	142
7. Referências	145
Fontes	145
Bibliografia	146
Anexos.....	157

1 – Introdução

As irmandades religiosas foram instituições fortemente difundidas pela colonização portuguesa na América (1500-1822) e, posteriormente, no território que passou a ser denominado Brasil. Como grupos responsáveis pela difusão do catolicismo, espaços de lazer e cuidado com os rituais fúnebres, foram associações bastante populares que chegaram até o século XX, fruto de um declínio que se iniciou desde a segunda metade do século XIX. Segundo Marta Abreu, tais espaços foram “Exemplo do catolicismo herdado do período colonial” e eram “organizadas por leigos e sediadas nas igrejas”.¹

Para muitos autores, o desaparecimento das irmandades no Brasil tem ligação direta com o discurso *ultramontano* do período, que em geral desconfiava de um catolicismo com características mais populares e autônomas.² Contudo, outras razões estariam atreladas a esse declínio, como o surgimento de novas sociabilidades, como teatros, festas de carnaval etc.³ É importante destacar, ainda, que outros estudos apontam para a continuidade dessas associações mesmo após o século XIX, o que coloca em cheque tal *desaparecimento*. As associações continuaram a ocorrer, inclusive fora do campo religioso.

Dessa forma, as sociabilidades podem ser compreendidas como um dos fatores fundamentais que agregavam adeptos nas irmandades religiosas. Para Simmel, a sociabilidade como forma lúdica pode ser definida como os momentos em que os homens se encontram para reunir-se em irmandades de sangue, comunidades de culto, sendo essas reuniões resultado de necessidades e interesses específicos. Junto às formas de associação, estaria o sentimento de satisfação na socialização.⁴

Com a constante relação feita por autores entre as irmandades religiosas e o processo desencadeado pela dominação europeia, convém destacar que essas instituições não nasceram

¹ ABREU, Marta. Irmandades. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 390.

² O ultramontanismo foi um movimento católico liderado por Roma e por uma elite eclesiástica ligada ao papa. De forma geral, os ultramontanos empenharam-se na afirmação da autoridade papal sobre a Igreja mundial, tentando eliminar características dos catolicismos mais regionalizados. Eles também combateram a presença de maçons dentro da Igreja Católica. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo no segundo reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 47-90; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização, ultramontanismo e reforma. *Temporalidades*, v. 2, p. 24-33, 2010.

³ ABREU, Marta. *Op. cit.*, 2008, p. 390-391.

⁴ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 64.

no processo colonizador, mas foram trazidas como modelos para atender a fins específicos (como, por exemplo, o de realizar a dominação da população local dentro do catolicismo). Na realidade, a *gênese* de tais espaços remonta à Baixa Idade Média (séc. XI-XV). Esses espaços teriam surgido na Europa, entre os séculos XII e XIII, como representação do nascimento da consciência social. Assim, as irmandades representavam a construção da ajuda mútua e da caridade entre pares.⁵

É importante ressaltar que, apesar da grande diversidade de irmandades existentes no Brasil, pode-se compreendê-las historicamente a partir de alguns elementos básicos em comum, como: a) a presença da fé católica; b) a devoção a um santo protetor que representava o grupo; c) a existência de um compromisso, que em geral eram estatutos regulamentadores que descreviam aspectos formais das irmandades; d) a fraternidade entre associados (em alguns casos, havia também ações de caridade destinadas a não membros); e) a existência de uma mesa regedora, constituída por um grupo de irmãos eleitos para estar à frente de diversas questões das associações; e f) a existência de bens materiais (fator que variava fortemente entre elas). A depender das possibilidades materiais de uma irmandade leiga, também poderiam surgir conflitos por conta de possíveis “desvios de conduta”, especialmente dos tesoueiros, que administravam mais de perto as finanças e os bens das irmandades.⁶

Inserida dentro dessa perspectiva, a presente dissertação propõe ampliar o conhecimento sobre a irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas⁷ entre os anos de 1845 e 1900 sob uma concepção histórica. Para tanto, conta com um aporte teórico de produção historiográfica e tenta desenvolver a resolução de alguns problemas. O recorte espacial foi feito a partir da localização da irmandade, e o recorte temporal foi determinado por meio dos registros contidos no livro de entrada dos irmãos associados, um dos documentos que sustentam a investigação.

A pesquisa se coloca como um desdobramento do trabalho iniciado pelo LHIER-UFAL (Laboratório de História e Estudo das Religiões) nos ciclos Pibic 2016-2017 e 2017-2018, intitulado “Igreja Católica, Conflitos e Relações de Poder: regalismo e ultramontanismo na

⁵ CORD, Marcelo Mac. *O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife (1848-1872)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 40.

⁶ *Ibid.*, p. 104-114.

⁷ Território primeiramente nomeado de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco. Posteriormente, o território passou a ser reconhecido por outras nomenclaturas, como Alagoas da Lagoa do Sul ou, simplesmente, Cidade das Alagoas. Passando por algumas alterações, foi renomeada de Marechal Deodoro em 30/11/1939, pelo Decreto Estadual nº 2.435, como forma de homenagem ao primeiro presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca. Cf. GOVERNO DE ALAGOAS. *Perfil municipal*: ano 4, n. 4. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018. p. 9.

província das Alagoas (1840-1889)⁸. Entre outros objetivos, a pesquisa buscava compreender mais detalhadamente as dinâmicas das irmandades religiosas em Alagoas no século XIX em meio aos debates de ultramontanos e regalistas. Uma das conclusões obtidas, no tocante às irmandades religiosas, foi a de que os associados devotos a um catolicismo popular resistiram às tentativas de interferência romana sobre o catolicismo local.

A pesquisa insere-se no recorte temporal conhecido como Brasil Império (1822-1889), majoritariamente no Segundo Reinado (1840-1889), na Província de Alagoas, no estudo sobre as irmandades religiosas e as relações de poder presentes na sociedade do período. Seu desenvolvimento configura-se como um trabalho inédito dentro da historiografia local, visto que a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios ainda não foi analisada academicamente em conjunto com o livro de entrada dos irmãos, o que torna o texto uma pesquisa original. A própria problemática das irmandades religiosas em Alagoas foi pouco discutida, seja pela falta de fontes disponíveis, seja por quaisquer outros fatores.

Como as crenças religiosas não estão isoladas socialmente, a compreensão destas é importante não apenas para o próprio campo de conhecimento religioso, pois análises mais aprofundadas podem revelar o entrelaçamento entre religião e aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros. Desse modo, dá-se uma contribuição a partir do seu desenvolvimento para o avanço da historiografia, ampliando o entendimento sobre as devoções leigas e redes de poder em Alagoas. A pesquisa também é útil como um estudo complementar com a produção historiográfica brasileira, que em diversos lugares tem seus estudos sobre as irmandades religiosas em estágio mais avançado, revelando aproximações ou mesmo distanciamentos entre o território alagoano e outras regiões do país. Pensando o espaço alagoano e sua historicidade, a pesquisa auxilia a elucidar uma parte da história local, permitindo realizar conexões entre a religião e a história social.

A devoção ao martírio de Jesus não nasceu no Brasil. Segundo Cymbalista, nasceu na Europa durante o Império Romano, onde os cristãos devotavam admiração pelo sofrimento na cruz. A visão do sacrifício como inerente à vida cristã serviu de exemplo e inspiração para as comunidades cristãs então nascentes.⁹ Com a colonização, o culto aos Martyrios cresceu para além das fronteiras europeias. Essa expansão chegou até o Brasil através da colonização portuguesa e se desdobrou também na organização de irmandades leigas.

⁸ A partir de 2023 o grupo alterou seu nome para Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER).

⁹ CYMBALISTA, Renato. Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 43-82, jun. 2010, p. 44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5526/7056>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Tendo em mente o objeto mencionado, a pesquisa tentou responder a alguns problemas. O primeiro é escrever parte da própria história da irmandade, enfatizando as redes de relações políticas, sociais e familiares de seus integrantes. Além disso, a análise focou especialmente no estudo da participação das mulheres, visto que, no geral, a participação feminina nas associações religiosas ficava em segundo plano, e isso pode ser notado pela leitura de vários compromissos, além da bibliografia produzida por diversos historiadores. Tal problemática foi questionada por outros estudiosos, como Juliana Sampaio, que afirmou que nas irmandades formadas por brancos de elite havia menos espaço para as associadas, diferentemente do que ocorria nas irmandades formadas por pretos e pardos.¹⁰ João José Reis observou que nas irmandades africanas a participação de mulheres era desejada provavelmente para “aumentar o estreito mercado afetivo dos homens”, além de considerar que a maioria das mulheres que participavam das irmandades eram casadas e seus cargos nas diretorias não passavam de “cargos honoríficos”, o que diferenciava o poder exercido por homens e mulheres dentro desses espaços.¹¹

Assim, é importante destacar algumas produções sobre as associações religiosas em Alagoas para ter uma visão do atual estado em relação ao avanço da pesquisa historiográfica. Faz-se necessária a menção à obra memorialista de Félix Lima Júnior.¹² De forma bastante objetiva e sem se ater às particularidades culturais e sociais, o autor mencionou algumas irmandades presentes em Alagoas, citando também os nomes das pessoas que compunham suas respectivas mesas regedoras.

Ernani Méro também contribui com apontamentos sobre a presença do elemento racial como fundamental dentro das associações religiosas.¹³ Para ele, as irmandades reproduziam o que a sociedade era, quando o debate pode ganhar novos contornos a partir de uma visão de mais complexidade: nenhum indivíduo ou instituição é apenas influenciado, mas ressignifica as influências que recebe, bem como também influencia a sociedade na qual está inserido. Visto dessa forma, a história e as relações sociais adquirem características da dialética materialista, em que tese e antítese relacionam-se mutuamente e dão origem a sínteses, revelando processos históricos originais.

¹⁰ SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Irmãs do rosário de Santo Antônio: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife (1750-1800)*. 2009. 160 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009, p. 122.

¹¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 70-71.

¹² LIMA JÚNIOR, Félix. *Irmandades*. Maceió: Secretaria da Educação e Cultura. Departamento de Ciência e Cultura, 1970.

¹³ MÉRO, Ernani. *Discriminação racial nas irmandades*. Maceió, 1983.

O trabalho de Guiomar Alcides de Castro, ao historicizar a Irmandade dos Martyrios de Maceió em seu centenário, é importante por permitir uma análise inicial comparativa entre essa irmandade e a de Alagoas.¹⁴ Trazendo uma historiografia encomendada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, a autora destaca a participação dos pretos em sua fundação e sua consequente “aristocratização”, visto que seu compromisso de 1864 autorizava apenas a entrada de católicos e católicas, excetuando-se cativos ou libertos.¹⁵ Esse elemento chama atenção, visto que na irmandade da Cidade das Alagoas o critério para admissão de associados era um pouco diferenciado, conforme consta em seu capítulo I, art. 2º: “Esta irmandade do Bom Senhor Jesus dos Martyrios compor-se-há de todas as pessoas de ambos os sexos que forem livres e que professem a religião catholica, apostolica romana, e forem de reconhecida moral e religiosa e tementes a Deus.”¹⁶ Convém destacar que, no Brasil do século XIX, os limites das condições de livre, liberto e escravizado poderiam ser bastante tênues. Havia ainda os reescravizados, pessoas libertas que, de forma ilegal, caíam novamente nas garras do escravismo.¹⁷

Assim, percebe-se que a irmandade da Cidade das Alagoas era um pouco mais aberta para possíveis interessados na associação que a de Maceió. Além disso, a autora demonstra a atividade da irmandade de Maceió durante o século XX, tendo sua última atividade por volta de 1977, contrariando as tendências reveladas em pesquisas no Brasil, que indicam o período de declínio dessas instituições nas primeiras décadas do século XX. Os registros de entradas na irmandade da Cidade das Alagoas vão até 1900 e indicariam, ao menos nas primeiras impressões sobre a fonte, o encerramento das atividades naquele ano.

Estudando as irmandades negras de Maceió (particularmente a do Bom Jesus dos Martyrios antes do seu processo de aristocratização indicado por Félix Lima Júnior¹⁸ e analisado por Guiomar Alcides,¹⁹ a irmandade do Rosário e a Irmandade do Glorioso São Benedito), Livia Gomes apontou o espaço associativo das irmandades como locais heterogêneos e contraditórios, pois permitiam aos escravizados certa ascensão social ou proteção, ao mesmo tempo que eram pensadas para acomodação e conformação aos costumes

¹⁴ CASTRO, Guiomar Alcides de. *A história da igreja dos martírios*. Maceió: Sergasa, 1981.

¹⁵ *Ibid.*, p. 17.

¹⁶ Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas. 1872, p. 325.

¹⁷ PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. “*Hoje vou tratar de meus direitos*”: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará Provincial (1830-1888). 2021. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

¹⁸ LIMA JÚNIOR, Félix. *A escravidão em Alagoas*. Maceió: Imprensa Universitária, 1974.

¹⁹ CASTRO, Guiomar Alcides de. *Op. cit.*, 1981.

cristãos.²⁰ Tendo como objetivo responder se as irmandades negras funcionaram como espaços ativos de atuação contra a escravidão, a pesquisa não logrou êxito nessa meta em particular por falta de fontes, como livro de entrada de irmãos, atas de reunião ou livro de contas. Dessa forma, a pesquisa foi realizada a partir dos compromissos das três irmandades.

Fabianne Nayra, ao refletir sobre os pardos na Vila de Penedo em Alagoas, fez algumas considerações sobre a atuação desse grupo específico nas irmandades.²¹ A pesquisa destacou as associações como locais que possibilitavam a diferenciação social num período claramente marcado por sistemas hierárquicos distintivos. Ao tentar negar sua ascendência que também provinha dos negros, os pardos estariam em busca de elementos que os diferenciavam socialmente, num processo que se iniciou a partir das primeiras décadas do século XVIII. Observando especificamente a Irmandade de São Gonçalo Garcia da Vila do Penedo, a autora enfatizou as alianças feitas entre pardos e homens brancos, o que garantiu *status* para a associação, assegurando-lhe a administração do hospital de caridade Nossa Senhora da Conceição. A análise mais específica sobre as dinâmicas da irmandade não avançou também pela falta de fontes. Sobre a associação, a pesquisa conta basicamente com o termo de compromisso e outras fontes auxiliares (por exemplo, ofícios e testamentos).

Algumas hipóteses iniciais foram importantes para nortear os passos da pesquisa. A princípio, os primeiros dados retirados do livro de entrada evidenciaram que na irmandade havia integrantes das classes média e alta, como funcionários públicos e políticos. Eles poderiam ter utilizado o ambiente associativo como espaço de ação política, na defesa de seus interesses particulares. Outra hipótese diz respeito à participação feminina na irmandade. Buscou-se verificar se as mulheres tinham menos espaço de ação, sendo minoria em relação aos homens, corroborando com outras pesquisas já realizadas sobre associações religiosas no Brasil. Outra hipótese, feita a partir dos dados de condição civil, confirmaram que o casamento era um fator-chave para a entrada de mulheres nessas associações, evidenciando a figura feminina como subalternizada e “necessitada de proteção”, em uma sociedade que exaltava a “figura protetora” masculina. Até o momento, não há comprovação documental da primeira hipótese por falta de documentos específicos que categorizassem a irmandade como espaço próprio de ação política. Além disso, constata-se com a pesquisa que a maioria dos integrantes não pertencia às camadas

²⁰ SILVA, Livia Gomes. *Os termos de compromisso e a Organização das Irmandades Leigas dos Homens Pretos de Maceió*. 2014. 66 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2014, p. 63.

²¹ ALVES, Fabianne Nayra Santos. *Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)*. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

mais altas da sociedade. A segunda pode ser comprovada tanto pelos dados discutidos pelo compromisso como pelos dados do livro de entrada. Com o avanço da pesquisa e o tratamento dos dados, percebeu-se também que as taxas de casamentos entre mulheres e homens eram bastante próximas, o que também colocou o casamento como um fator-chave para os associados do sexo masculino.

Partindo das diretrizes acima elencadas, a pesquisa busca analisar, de forma geral, a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da Cidade das Alagoas no cenário religioso alagoano de 1845 a 1900, levando em consideração o perfil dos seus membros, identificando suas redes de relações sociais, religiosas, políticas e de gênero. No *primeiro capítulo*, busca-se realizar um debate historiográfico a respeito das irmandades religiosas em Portugal, no Brasil e em Alagoas. Essas perspectivas são problematizadas a partir das questões de gênero, raça e classe social. Busca-se, ainda, analisar brevemente alguns documentos que apontam para as conexões entre as associações religiosas em Maceió e o poder civil constituído.

No *segundo capítulo*, é realizada uma análise da Cidade das Alagoas através de seu contexto político, econômico e religioso. Como enfoque político, o recorte é dado a partir da perda do *status* da cidade como capital da província em 1839, e consequente transferência dessa capital para a então destacada Maceió. Como enfoque, problematizam-se as questões referentes à economia, com ênfase na economia agrária da então província pela perspectiva historiográfica. Tenta-se, ainda, particularizar a análise para a Cidade das Alagoas a partir dos dados contidos nos *Almanaques*, consultados na *Hemeroteca Digital Brasileira*, dos anos de 1873 a 1880 e de 1891 a 1894. No campo religioso da cidade, são realizadas discussões sobre a importância da localidade para a religiosidade na Província, uma vez que, por ser a primeira capital, o foco da vivência religiosa, com a construção de igrejas e realização de eventos, encontrava-se na cidade das Alagoas. Além disso, dá-se destaque para a importância das irmandades para a sociedade nela residente. Para tanto, como fonte principal, são utilizadas bibliografias produzidas através de uma revisão, além de fontes de jornais do período.

No *terceiro capítulo*, busca-se compreender a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios a partir do seu Compromisso, aprovado pela resolução nº 376 de 20 de julho de 1861 e sua relação com a Irmandade do Rosário da cidade das Alagoas. Aqui, realizam-se debates importantes a respeito do que formalmente a irmandade prezava, das funções delegadas na Mesa Regedora e da presença de homens e mulheres nos cargos de direção. Por ser importante no debate, são feitas análises próximas (dentro das possibilidades e das informações contidas nos

compromissos) sobre o Compromisso da Irmandade do Rosário, localizada na Cidade das Alagoas, e detentora do templo que abrigava o Bom Jesus dos Martyrios.

No *quarto capítulo*, prioriza-se a especificação do cenário interno da irmandade a partir do seu livro de entrada. Assim, são discutidos os fatores das relações de gênero e condição matrimonial dos associados, bem como o lugar de origem, ano de ingresso na irmandade e ofícios dos irmãos que tiveram tais informações registradas. Pretendia-se, anteriormente, também realizar uma busca nominal nos jornais para encontrar os membros e tecer considerações a respeito das redes de relações familiares e políticas que compunham a organização. Contudo, a partir da qualificação e das considerações da banca, tal etapa foi descartada, visto que a documentação que sustentaria isso gerava incertezas sobre as informações.

As fontes utilizadas para pesquisa são, principalmente, o compromisso da Irmandade de Bom Jesus dos Martírios da Cidade das Alagoas de 1861 e o livro de entrada dos irmãos, que tem registros dos integrantes de 1845 a 1900. O compromisso da irmandade encontra-se disponível na obra *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872 por Olympio de Arroxelas Galvão e Tibúrcio Valeriano de Araújo*, publicado em 1872, e está localizado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Os compromissos continham informações importantes, como a etnia permitida para o ingresso em alguma irmandade como associado, o valor de entrada e anual dos irmãos etc. Tais compromissos eram regulados e aprovados por autoridades civis e eclesiásticas, o que comprova o caráter duplo das irmandades, que funcionavam na esfera civil e religiosa. Além do compromisso da irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, a pesquisa conta com o compromisso da irmandade do Rosário de 1860, também disponível na *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872*. Como não possuía um templo próprio, a associação do Bom Jesus dos Martyrios era alocada na capela de Nossa Senhora do Rosário, conforme consta em seu compromisso de 1861.²²

O livro de entrada também está disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). O documento contém os nomes dos associados e os períodos pagos por eles, principalmente. Constam outras informações, como o lugar de residência e idade. Esse tipo de documentação é importante para detectar as possíveis redes sociais que se costuravam a partir de uma irmandade. Em bom estado de conservação, o livro não aparenta ser a documentação original, visto que a escrita segue um padrão ao longo de 55 anos de história da associação, e

²² COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872 por Olympio de Arroxelas Galvão e Tiburcio Valeriano de Araújo*. Legislação e actos dos annos de 1860 a 1867. Tomo IV. Maceió, 1872, p. 325. – Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

as eleições que mudavam os nomes da mesa diretora eram recorrentes, pelo menos de acordo com o compromisso. A fonte parece ter sido reescrita por uma única pessoa por motivos desconhecidos, o que pode ter afetado o registro de dados (alguns estão incompletos, e essa pode ter sido a causa).

Como fontes complementares, a pesquisa conta com recortes de jornais que circulavam em Alagoas. Com isso, pretendia-se encontrar vestígios dos integrantes registrados nos livros e a partir desse rastro esboçar as redes sociais nas quais a irmandade estava inserida. Conforme dito anteriormente, essa etapa da pesquisa foi descartada. Contudo, os periódicos demonstraram-se úteis para a pesquisa dos ofícios dos associados, por exemplo, a partir do entrelaçamento dos nomes com informações mais concretas, como suas respectivas ocupações.

Como metodologia, é importante destacar a leitura comparativa de livros, artigos, dissertações, monografias, entre outros trabalhos que abordam problemas a respeito do catolicismo brasileiro e sua conexão com Roma, as irmandades religiosas e a sociedade, e mesmo a historiografia alagoana e da Cidade das Alagoas, possibilitando uma revisão bibliográfica sobre o local e seu cotidiano social, religioso e político. A pesquisa também se desenvolveu por meio da leitura dos compromissos do século XIX da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios e da Irmandade do Rosário, ambas localizadas na Cidade de Alagoas. Assim, algumas questões importantes são levantadas: quem era autorizado ou autorizada a frequentar a irmandade? Havia diferença no tratamento de seus associados? Quais cargos existiam e davam suporte a essa estrutura associativa? A partir da leitura do compromisso, pretendeu-se traçar um perfil, ao menos oficial, das irmandades em questão.

Torna-se necessária ainda uma análise do livro de entrada. Além do mapeamento de seus integrantes, seguindo os *fiões e rastros*²³ a partir da percepção do *paradigma indiciário*²⁴ de Ginzburg, são levantadas averiguações que puderam apontar de forma um pouco mais detalhada informações a respeito do grupo que compunha a associação. Além disso, são realizadas séries estatísticas que revelam tendências e dados mais gerais sobre a irmandade. Nesse sentido, o que se propõe é um cruzamento entre o livro de entrada, que possibilita uma visão mais estatística, e os dados encontrados nos periódicos circulantes em Alagoas no período proposto, que requerem um olhar mais minucioso. No confronto desses dados, quadros mais gerais podem ser formados, explicitando características e tendências sociais de Alagoas do século XIX. Partindo

²³ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 7-14.

²⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179.

dessa perspectiva, torna-se fundamental a contribuição da obra *História: novas abordagens*²⁵, para a coleta de dados e apresentação de resultados para o estudo de população que aqui se pretende estabelecer.

Convém destacar que o livro de entrada nunca foi analisado em pesquisas anteriormente, o que possibilitou uma interpretação original sobre o tema. Na contramão das pesquisas realizadas em Alagoas sobre irmandades, que tendem a generalizar os componentes de uma associação levando em consideração apenas os compromissos ou documentos complementares, a presente pesquisa revela dados mais detalhados (apesar das limitações ainda presentes) do corpo do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas.

Nos jornais de Alagoas, foram realizadas buscas *qualitativas*, através do fundo da *Hemeroteca Digital Brasileira*, da Biblioteca Nacional. Nela, recortes foram selecionados a partir da sua relação com a temática das irmandades religiosas, da vida social na Província de Alagoas e, particularmente, da irmandade dos Martírios de Alagoas e dos seus respectivos associados e associadas, principalmente pela associação de indivíduos com seus ofícios.

Como conceitos fundamentais da pesquisa, alguns autores são utilizados e oferecem pilares fundamentais tanto para a teoria como para a metodologia. Cabe refletir, *a priori*, sobre as considerações da obra *A economia das trocas simbólicas*, de Bourdieu. Nela, o autor reflete sobre o conceito de campo religioso, em que aponta conflitos entre uma religiosidade mais voltada a devoções espontâneas e a religião, detentora do monopólio eclesiástico e religioso.²⁶ Edward Thompson, por sua vez, na obra *Costumes em comum*, demonstra tentativas de controle por parte da *gentry* inglesa sobre a fé popular camponesa. Destaca que, apesar disso, os camponeses defendiam e praticavam seus próprios ritos e devoções, escapando do controle senhorial, como protagonistas de sua vida política e crenças.²⁷ Sob essa ótica, as irmandades são entendidas como espaços de protagonismo leigo no campo religioso.

A obra *Os excluídos da história* é importante por discutir a questão do protagonismo dos indivíduos ou grupos sociais que de maneira geral foram marginalizados nas análises historiográficas. Na contribuição específica para a pesquisa, evidencia o processo de silenciamento que as mulheres sofreram ao longo da história. Vistas como indivíduos dos ambientes privados, a vida pública (a política, a guerra etc.) não era entendida como algo pertencente as mulheres, e por muito tempo essas justificativas serviram como impedimento de

²⁵ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 3 vols., p. 59-82.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 27-78.

²⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 50-62.

acesso a certos espaços de poder ou mesmo como produção de um discurso que as invisibilizava, uma vez que conseguiam acessá-los.²⁸

De forma geral, a pesquisa avança no entendimento sobre uma pequena irmandade religiosa, localizada na antiga capital da Província das Alagoas, ampliando o conhecimento historiográfico sobre as práticas associativas de então. Percebe-se que ao longo do período analisado a irmandade entrou em um claro declínio, a partir do quantitativo de novos membros ingressantes. O principal objetivo da pesquisa, que é o de historicizar o grupo e elaborar quadros gerais de análise, foi cumprido. Existem ainda possibilidades de pesquisa, como a confirmação da última hipótese que não foi verificada, com um maior acervo documental, em que se possa relacionar a irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, ou mesmo a do Rosário, a grupos específicos políticos, familiares, e a partir daí tecer considerações sobre as associações religiosas como um espaço de ação política dos associados em Alagoas. Novas documentações também poderiam discutir a relação entre as duas irmandades, como se davam as negociações e se havia conflitos entre o grupo que compunha o Rosário e o Bom Jesus dos Martyrios. Do mesmo modo, o surgimento de novas fontes pode encorajar novas pesquisas que permitam descrever com um pouco mais de propriedade os grupos sociais de outras irmandades em Alagoas, como foi feito com a presente pesquisa.

²⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

2 – Irmandades religiosas: historiografias e perspectivas

No presente capítulo, pretende-se discutir as possíveis problematizações historiográficas a respeito das irmandades religiosas em Portugal, no Brasil e na então província das Alagoas. Pretende-se também compreender como a Irmandade dos Martyrios foi analisada em outras localidades até o momento. Com o auxílio de bibliografia historiográfica, uso de periódicos e fontes documentais provenientes do governo da província, pretende-se discutir ainda as relações entre as irmandades religiosas e o poder civil e quais linhas delimitavam o que era público ou privado na segunda metade do século XIX.

2.1 – As irmandades religiosas em Portugal

[...] porque já da capela real estão saindo as irmandades, homens e mulheres aos milhares, postos por ordem de pertença e de sexo, aqui não se misturam evas com adões, olha lá vai António Maria, e Simão Nunes, [...], tão variados são os nomes como as cores, capas vermelhas, azuis, brancas, negras e carmesins, [...] o pior é que esta fraternidade, mesmo indo na procissão, não chega aos degraus de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas promete, basta que Deus um dia se disfarce de preto e proclame nas igrejas, Cada branco vale meio preto, agora arranjem-se para conseguir entrar no paraíso, por isso é que, um dia, as praias deste jardim, por acaso à beira-mar plantado, estarão cheias de postulantes a enegrecer os costados, ideia que hoje faria rir, alguns nem à praia irão, [...]²⁹

Pensar o Brasil desde o processo colonizatório até sua fase imperial e os anos iniciais de sua República torna-se uma tarefa árdua se se exclui da análise as práticas associativas religiosas. Isso porque as irmandades foram implantadas no território a partir da colonização portuguesa, para melhor dominá-lo dentro da fé católica, transformando-se em tradição histórica no país. Separadas por diversos grupos, essas associações reproduziram e produziram as lógicas hierárquicas sociais existentes até então. Havia irmandades de pretos, brancos, pardos, ligadas por caráter de ofício, para ajuda mútua e socorro aos mais necessitados. Sendo um projeto iniciado pela colonização, torna-se necessário chamar atenção para o que aponta a historiografia a respeito do catolicismo barroco e a prática associativa em Portugal.

Além dos estudos acadêmicos, destaca-se que nas literaturas portuguesa e brasileira existem diversas menções sobre o cotidiano social e as irmandades religiosas. Em *Memorial do convento*, obra mais famosa de José Saramago em Portugal, há referência a essas práticas associativas. Nessa narrativa, inclusive, as irmandades são citadas em diversos momentos da

²⁹ SARAMAGO, José. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 174-175. v. 1.

história, ambientando o leitor na Portugal religiosa de 1711 a 1730, quando da construção do Convento de Mafra, imensa obra realizada em agradecimento ao nascimento da primeira filha do rei D. João V, Maria Bárbara de Bragança. É importante destacar, ainda, que a construção do Convento de Mafra foi resultado principalmente da intensa exploração portuguesa sobre o ouro das Minas Gerais.³⁰ Além das menções nominais às irmandades, o autor teceu críticas diversas à sociedade de então, e no trecho aqui utilizado é importante destacar suas falas irônicas a respeito do racismo e da hierarquização da sociedade, a partir do sexo e das posições sociais.

As irmandades religiosas têm sua origem na Idade Média, como o nascimento de uma consciência coletiva entre os mais necessitados:

Guildas de artesãos, irmandades e confrarias floresceram na Europa Ocidental durante os séculos XII e XIII. É verdade que um espírito corporativo já fazia parte do *ethos* europeu, como já mostrado pela presença de sociedades funerárias dos primeiros cristãos em Roma. No entanto, sua importância aumentou consideravelmente no final da Idade Média, como produto da resposta às doutrinas estoicas de S. Francisco e S. Domingos, aliadas a um fenômeno completamente secular – a emergência da cidade. Vítimas da fome e da praga abandonaram os campos pelas cidades, apenas para cair vítimas do desemprego, pobreza e vagabundagem forçada. O estabelecimento de confrarias de homens e mulheres leigos tinham o duplo objetivo de proteger membros contra tais infortúnios e praticar trabalhos de caridade. Essas irmandades representaram o nascimento da consciência social na Europa.³¹

Assim, segundo Russel-Wood, essas práticas associativas teriam surgido na Baixa Idade Média juntamente com o florescimento das cidades e os diversos problemas sociais que esse fenômeno acarretaria. As irmandades e confrarias seriam, por fim, uma forma de lidar com a morte e a pobreza, de forma compartilhada “entre iguais”. A península ibérica também não

³⁰ No fim do século XVII, as minas foram localizadas por bandeirantes no Brasil, dando início a um ciclo de intensa exploração fiscal portuguesa que se estendeu até o século XVIII. Além dos impactos econômicos com a rígida política portuguesa que pretendia levar todo o ouro possível para Portugal, os impactos ambientais de uma exploração descuidada e intensa são discutidos em estudos arqueológicos. Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno; FERNANDES DE MORAIS, Camila. Mineração, degradação ambiental e arqueologia: Minas Gerais, Brasil século XVIII. *Memoria Americana*, v. 26, n. 2, p. 82-101, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/memoam/v26n2/v26n2a06.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

³¹ A citação acima foi livremente traduzida do inglês para o português. Trecho integral: «Guilds of artisans, brotherhoods, and confraternities flowered in Western Europe during the twelfth and thirteenth centuries. To be sure, a corporate spirit was part of the European ethos itself, as has been shown by the presence of burial societies of early christians in Rome. Their importance greatly increased, however, in the late middle ages, a product of an age responding to the stoic doctrines of St. Francis and St. Dominic, coupled with an entirely secular phenomenon – the emergency of the city. Victims of famine and plague deserted the countryside for the cities, only to fall prey to unemployment, poverty, and enforced vagrancy. The establishment of confraternities of lay men and women had the dual objective of protecting members against such misfortunes and practicing works of charity. Such brotherhoods represented the birth of a social conscience in Europe.» Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. Black and mulatto brotherhoods in colonial Brazil: a study in a collective behavior. *Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 4, 1974, p. 567.

ficou imune a esse florescimento de associações, e já no século XV cidades da Espanha e de Portugal contavam com irmandades de brancos, assim como de pretos africanos, levados à Europa como escravos.³²

Didier Lahon destacou que a história das confrarias religiosas negras em Portugal foi fruto do conflito original entre duas culturas: de um lado, a católica, em expansão em nome da *civilização, religião/ cultura*; de outro, culturas e crenças que são homogeneizadas pelo olhar do colonizador e que eram vistas como pagãs e obras do *demônio*.³³ Tem-se, pois, desde Portugal, a perspectiva de superioridade da fé cristã sobre as demais, numa visão própria do cristianismo de conversão do mundo para dentro do catolicismo.

Ao analisar as irmandades negras em Portugal, o autor afirma que a confraria do Rosário do Mosteiro de São Domingos, localizada em Lisboa, foi a instituição matriz de todas as demais não só no reino, mas no ultramar, e especialmente no Brasil. Nos primeiros anos do século XVI, negros e brancos participavam da mesma irmandade do Rosário.³⁴

O objetivo destas instituições é naturalmente, para além da habitual assistência mútua material e espiritual de todas as confrarias do mundo ocidental, o de controle social e de enquadramento ideológico e religioso das populações. O modo de expressão mesmo da devoção, ou seja, a reza diária, parcial ou total, de um Rosário, em outros termos de 150 Ave-Marias e 15 Pater Noster, é do ponto de vista pedagógico, uma devoção perfeitamente adaptada a uma sociedade na qual domina a expressão oral e o analfabetismo, assim como o iletrismo na maior parte das camadas sociais. A esse respeito ela responde, perfeitamente, às populações africanas que, graças ao caráter repetitivo, podem assim aprender de modo mecânico os principais mistérios e dogmas da fé católica sem, nem sempre, compreender o sentido.³⁵

Assim, essas organizações também foram úteis para educar por meio da oralidade uma população que não tinha acesso à educação formal. Contudo, apesar da *aparente* comunhão entre brancos e pretos, uma disputa interna a levou a uma divisão irreparável, motivada pela questão do escravismo. Com a entrada cada vez mais frequente de pretos na associação, passaram a ocorrer questionamentos a respeito da própria questão da escravidão como algo intocável. Em 1526, os negros conseguiram aprovar o direito de comprar um escravizado, mesmo contra a vontade do senhor, em se tratando de senhor e escravizado pertencentes à irmandade do Rosário. Essa tentativa teria provocado a reação dos senhores, que, se colocando

³² Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. cit.*, 1974, p. 567.

³³ LAHON, Didier. Da redução da alteridade a consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n. 44, p. 56-57, jun. 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6002/9816>. Acesso em: 23 jun. 2023.

³⁴ LAHON, Didier. *Op. cit.*, p. 59.

³⁵ *Ibid.*

contra essa *estratégia de resgate de escravizados*, conseguiram a expulsão dos negros do espaço.³⁶ Segundo Lucilene Reginaldo,

Em 1551, a Confraria do Rosário do Convento de São Domingos estava “repartida em duas, uma de pessoas honradas, e outra dos pretos forros e escravos de Lisboa”. Uma série de conflitos entre “os irmãos pretos” e as “pessoas honradas” levou à cisão definitiva do grupo. Em 1565, os irmãos negros tiveram seu primeiro compromisso aprovado pela autoridade régia. Apesar disto, o acirramento das disputas, que chegou a envolver os superiores do convento e até o Papa, levou à expulsão da irmandade dos negros do templo dominicano no fim do século XVI.³⁷

Percebe-se, então, que o único fator capaz de abalar de forma irrevogável a convivência entre senhores e escravizados no Rosário de Lisboa foi o questionamento relativo à condição de escravidão dos pretos. Aparentemente, caso a *ala negra* aceitasse de bom grado esse fator, os dois grupos teriam convivido “pacificamente”. Aí está a origem da relação entre a devoção a Nossa Senhora do Rosário e os pretos, característica tão comumente conhecida no Brasil.

Com presença cada vez maior em Portugal, os negros também fundaram irmandades baseadas em *nações*,³⁸ apontado para uma sinergia que foi além da simples designação entre *negro forro* ou *escravo*. Como exemplo de tais irmandades, pode-se citar a Irmandade dos Mina (Negros de Angola em associação com os de Moçambique) e a dos pretos Angola-Congo.³⁹

Outra questão relevante com relação às irmandades religiosas em Portugal diz respeito à presença de pardos nesses espaços. Essa presença foi além da capital, Lisboa. Segundo Lucilene Reginaldo,

No Porto, no decorrer do século XVIII, estavam em atividade pelo menos quatro irmandades: uma do Rosário e São Benedito, na igreja do Convento dos franciscanos na Freguesia de São Bartolomeu; uma outra, sob a invocação do Rosário dos pretos no convento dominicano da Freguesia da Sé; uma dedicada a São Gonçalo Garcia dos

³⁶ LAHON, Didier. *Op. cit.*, p. 60.

³⁷ REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *Revista História*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/11.pdf>. Acesso em 24 jun. 2023, p. 296.

³⁸ Quando se fala em *nação*, pretende-se abordar povos ou etnias africanas trazidas para o Brasil durante a comercialização e o tráfico de escravos entre os séculos XVI e XIX. O termo foi utilizado para homogeneizar identidades de diferentes povos africanos, que na visão dos colonizadores eram “idênticas”; além disso, foi utilizado para se referir a grupos *étnicos* de escravizados no Brasil. As duas *nações* de escravizados mais conhecidas no país foram *Cabinda* e *Mina*. Sob outras perspectivas, o termo pode ganhar novas problematizações a partir de uma categorização eurocêntrica, que designa significação aos povos africanos em uma tentativa de implementar uma *ocidentalização*. Contudo, a utilização do termo também pode ser considerada significativa para novas culturas afro-americanas, fazendo referência a um novo grupo sociocultural surgido de novas vivências. Cf. SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 308-311.

³⁹ LAHON, Didier. *Op. cit.*, p. 68.

homens pardos, e uma quarta, também dedicada ao Rosário de Nossa Senhora, na igreja paroquial de Massarelos.⁴⁰

Percebe-se que, assim, a menção de devoção a São Gonçalo Garcia, um orago muito popular no Brasil entre os pardos, também teve sua origem em Portugal. Também há indícios de conflitos entre pardos e negros em Portugal, quando em 1594 o rei interveio para relembrar aos pardos que ocupavam o templo pertencente à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos que eles deveriam ser *humildes* e *bem-querer* os negros. Aparentemente, o rei estava interferindo em uma provável tentativa de tomada de poder por parte dos pardos.⁴¹

Os modelos de irmandades religiosas diferenciadas por questões raciais, foram, assim, implementados seguindo um padrão português de hierarquização social. É claro que no Brasil esses espaços ganharam contornos próprios e foram ressignificados a partir da vivência dos grupos que os integravam. O próprio fator quantitativo de africanos trazidos para o Brasil em relação aos levados para Portugal permite inferir que aqui as particularidades foram muito mais diversificadas.

2.2 – As irmandades religiosas no Brasil

JOÃO GRILO

É, padre, o homem aí é coisa muita: presidente da Irmandade das Almas! Pra mim isso é um caso claro de cachorro bento. Benza logo o cachorro e tudo fica em paz.

PADRE

Não benzo, não benzo e acabou-se. Não estou pronto pra fazer essas coisas assim de repente. Sem pensar, não!

MULHER,

(Furiosa.) Quer dizer, quando era o cachorro do Major, já estava tudo pensado, pra benzer o meu é essa complicação! Olhe que meu marido é presidente e sócio benfeitor da Irmandade das Almas! Vou pedir a demissão dele!

PADEIRO

Vai pedir minha demissão!⁴²

A aclamada obra de Ariano Suassuna, *Auto da compadecida*, ambientada em Taperoá, na Paraíba, também insere uma irmandade no fio narrativo. Ao perceber uma doença em seu cachorro *Xaréu*, a esposa do padeiro pede ao padre que o benza, pedido que é prontamente negado por ele. João Grilo ironiza o cargo do padeiro como presidente da *Irmandade das Almas*,

⁴⁰ REGINALDO, Lucilene. *Op. cit.*, p. 297.

⁴¹ LAHON, Didier. *Op. cit.*, p. 69.

⁴² SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 50.

ao afirmar que *o homem aí é muita coisa*. O argumento é então reforçado pela esposa, dessa vez em tom sério, de seu cargo importante na Irmandade, além das doações de pão, o custeio de obras da igreja e a doação de uma vaca leiteira para o vigário. Todos os argumentos são inúteis, e o cachorro morre, o que levou a uma nova exigência da esposa desconsolada: que o vigário enterrasse o animal em latim. Apesar dos novos reforços em torno da posição ocupada em uma mesa regedora e das doações, o que convence mesmo o padre, o sacristão e o bispo é uma “doação” em testamento do cachorro para a Igreja. É possível, assim, perceber a ilustração na história das relações de poder a partir das irmandades religiosas no campo da literatura brasileira. Percebe-se também a importância social do cargo do padeiro, uma vez que esse fato é reforçado várias vezes na narrativa, apesar de não convencer o padre no final das contas.

Conforme exposto, a produção historiográfica sobre a prática associativa no Brasil encontra-se em estágio bastante avançado em alguns estados. Aqui, far-se-á uma breve discussão a respeito dessas produções. Em primeiro lugar, é importante enfatizar que, no país que mais utilizou mão de obra escravizada africana,⁴³ é fundamental compreender quais as implicações da existência de espaços protagonizados por cativos. Portanto, há uma quantidade considerável de produções acadêmicas que busca entender as lógicas de funcionamento de irmandades de pretos ou pardos. Busca-se, inclusive, compreender como esses irmandados arranjavam formas de resistir ao sistema escravista, tão pesado para a população negra do país.

Assim como nas irmandades portuguesas, a principal utilidade das irmandades religiosas na América seria para a obtenção de um maior controle social e melhor implementação do catolicismo na região. Essas instituições foram muito populares no Brasil, levando à criação de confrarias, ordens terceiras, devoções e irmandades religiosas com diversos adeptos.⁴⁴ Com um forte caráter assistencialista, esses espaços ganharam fiéis por diversos motivos, mas cabe ressaltar principalmente o auxílio no momento da morte ou de doenças diversas, além da proteção que pertencer a um grupo pode significar em um dado contexto social.⁴⁵

⁴³ GRAHAM, Richard. Nos túmbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, p. 121-160, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034/13633>. Acesso em: 20 out. 2023. p. 121.

⁴⁴ SILVA, Maria Amélia Belisário da; CEZAR, Lilian Sagio. A possibilidade de participação do negro nas irmandades religiosas em Campos dos Goytacazes/RJ. *Caminhando*, v. 21, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2016, p. 88. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/5963/5335>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁴⁵ Já se sabe da importância do *bem morrer* para o catolicismo praticado no período aqui analisado. Na prática, havia implicações específicas de ritos rigorosos a serem seguidos pelos que se importassem com o pós-morte de alguém. Assim, era de extrema importância a reza de missas pela alma de uma pessoa falecida, assim como o enterro, além de situações que estavam além do alcance de qualquer ser humano: a forma de morrer (mortes por afogamento ou situações nas quais o corpo não fosse encontrado, por exemplo, representavam um mau presságio

Dilermando Ramos chamou atenção para a importância social dessas instituições, uma vez que o aspecto vivencial da fé católica era fundamental em uma sociedade de maioria de analfabetos que não compreendiam o latim, língua então utilizada nas missas:

[...] o católico brasileiro não lia a Bíblia, pouco participava dos sacramentos (exceção feita ao batismo), e assistia esporadicamente à missa, celebrada em latim, incompreensível para a quase totalidade dos presentes, (...). Coube então às procissões e novenas a função de darem o caráter vivencial a religião [...]⁴⁶

As irmandades religiosas geralmente ocupam um papel muito importante na historiografia brasileira até o início do século XX, pois a maioria dos autores concorda que a partir da segunda metade do século XIX um declínio gradual levou ao desaparecimento da maioria delas, apesar de um número pequeno seguir funcionando até hoje. Marta Abreu afirmou que um dos fatores responsáveis pelo declínio dessas associações foi o discurso do clero reformado, além do surgimento de *novas sociabilidades*, como teatros, festas de carnaval e de sociedades literárias.⁴⁷ Essa veia interpretativa também foi endossada por Ítalo Domingos Santirocchi, que ressalta o fato de as funções desenvolvidas pelas irmandades terem sido assumidas pelo poder civil ao longo do século XIX. Assim, sua importância na vida dos fiéis foi perdendo o sentido aos poucos.⁴⁸ A construção do Estado e a laicização da sociedade contribuíram, dessa forma, para o progressivo “desaparecimento” desses espaços.

Detentoras de uma forte hierarquização, as irmandades eram geralmente divididas a partir do fator racial, traço que também demarcava o lugar social de um indivíduo no Brasil. Além das divisões por raça, havia irmandades nas quais o principal fator de demarcação eram as nações e os ofícios dos associados.⁴⁹ Pesquisas realizadas problematizam a existência das diversas irmandades que atuavam ou que ainda atuam no país. Ao analisar o caso específico das irmandades negras na Bahia, João José Reis afirmou que elas representaram espaços de relativa autonomia negra, em que os indivíduos ali irmanados construía identidades sociais significativas. Segundo o autor, se por um lado as irmandades foram idealizadas pela parcela branca da população colonizadora para *domesticar* o espírito africano, por outro esses espaços

na passagem de alguém). Ao entrar em um grupo como esse, os indivíduos tinham seus ritos fúnebres devidamente seguidos (desde que estivessem com os anuais em dia). Com um país onde a maioria da população vivia em condições precárias, entende-se a ampla adesão às práticas associativas leigas. Cf. REIS, João José. *Op. cit.*, 1991.

⁴⁶ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil: 1844-1926*. São Paulo: Santuário, 2007, p. 182-183.

⁴⁷ ABREU, Marta. *Op. cit.*, 2008, p. 300-301.

⁴⁸ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Op. cit.*, p. 432.

⁴⁹ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A arte das corporações de ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 30, n. 1, 2012, p. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24350/19725>. Acesso em: 20 out. 2023.

funcionavam como uma espécie de família, onde africanos viviam e morriam solidariamente. Assim, tais associações se constituíram como um instrumento de identidade e solidariedade coletivas.⁵⁰ Outra questão relevante apontada pelo autor foi a razão para a participação de brancos em espaços protagonizados por pretos, algo bastante comum no Brasil:

Os brancos procuraram participar das irmandades de cor como estratégia de controle, não obstante muitos talvez também o tenham feito por sincera devoção. Ou, mais concretamente, para salvar a alma. Os pretos os aceitaram por várias razões: para cuidar dos livros, por não terem instrução para escrever e contar, para receberem doações generosas, vez que não tinham como sustentar sozinhos a irmandade, ou ainda por imposição pura e simples. A presença de brancos nas confrarias negras era uma prática comum em todo o Brasil. Acabamos de vê-los entre os irmãos cariocas. Da mesma forma, a Irmandade do Rosário dos Pretos de Igarapé, em Pernambuco, exigia que o tesoureiro fosse branco “abastado de bens, zeloso e temente a Deus”.⁵¹

Assim, o empecilho condicionado pela realidade material da grande maioria da população negra a impedia de gerenciar completamente seus próprios espaços associativos, a forçando a aceitar brancos e pardos em seus quadros, principalmente levando em consideração os cargos desempenhados pela mesa regedora, que exigiam conhecimentos relacionados a escrita e matemática.⁵²

Marcelo Mac Cord destacou a *flexibilidade* com as identidades étnicas e sociais no Recife. O autor analisou o caso de Dom Antônio Oliveira Guimarães, juiz perpétuo da associação que apresentou notoriedade nos intra e extra muros da irmandade. Apesar de se afirmar como recém-liberto e africano, Mac Cord identificou que sua influência sobre a associação e a existência de dois sobrenomes (algo difícil de encontrar em recém-libertos) indicariam que ele pode ter se apropriado dessa identidade, com o objetivo final de assumir a coroa que, de acordo com a tradição, era dada a alguém de nação.⁵³ A partir dos apontamentos do autor, cabe refletir sobre os limites e as possibilidades que uma afirmação como “africano” ou “forro” poderiam designar na sociedade de então. O uso dessas identidades serviria como estratégia política para galgar novos espaços na sociedade do século XIX. O trabalho também indica as disputas de poder dentro das irmandades, colocando em dúvida uma historiografia

⁵⁰ REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 10. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://catero.org.br/wp-content/uploads/2010/10/PDF1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁵¹ REIS, João José. *Op. cit.*, 1996, p. 12.

⁵² Para ter uma noção da educação no país no recorte estudado, segundo o Censo de 1872, 83% da população era analfabeta, conforme o IBGE. Cf. FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 2, 2004, p. 182. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁵³ CORD, Marcelo Mac. *Op. cit.*, 2005.

tradicional, que afirmava haver uma “homogeneidade negra”.⁵⁴ Nesse aspecto, a obra auxiliou na desmistificação da ideia polarizada sobre a sociedade brasileira do século XIX, na qual escravizados, subjugados no processo colonizador, são homogeneizados em uma única frente contra uma elite, também homogeneizada.

Ao pensar nas irmandades religiosas de Minas Gerais, Caio César Boschi afirmou que, na mentalidade do homem da época, a garantia da sobrevivência da alma aliada à pompa e a circunstância ritual do sepultamento eram as preocupações dominantes. Pertencer a uma associação era, em última instância, caso de vida e morte para os moradores das Minas Gerais.⁵⁵ Outro apontamento interessante do autor foi relativo ao assistencialismo, valor comum a todos esses espaços. Para ele, esse assistencialismo era revestido de caráter paternalista e não se apresentava como uma proposta de transformação social diante das desigualdades de então. Assim, as irmandades funcionariam como uma espécie de “minimizadoras” dos problemas dos mais necessitados, e nunca como questionadoras da ordem social então estabelecida.⁵⁶ Sobre os interesses que permeavam as motivações para a associação, o autor destacou que

A natureza dos vínculos e das relações entre os membros de uma irmandade colonial mineira nem sempre dizia respeito às suas concepções e sentimentos comuns frente a Deus ou ao orago de sua invocação, podendo estar mais intimamente relacionada à necessidade dos indivíduos se irmanarem na defesa de seus interesses e de suas angústias comuns. Assim, por exemplo, as irmandades de negros, ao mesmo tempo em que expressavam uma forma de sincretismo religioso no processo de *cristianização* do negro, representavam também uma das poucas – se não a única – das formas de associação permitidas à população de cor no interior do mundo colonial.⁵⁷

No Rio Grande do Sul colonial, especificamente nas freguesias de Viamão, Porto Alegre e Rio Pardo, Fábio Khün enfatizou as relações de classe por meio das associações religiosas. Para ele, das três irmandades mais importantes do período, duas eram compostas pela elite local.⁵⁸ Seriam elas a do Santíssimo Sacramento, a Ordem Terceira de São Francisco e Nossa

⁵⁴ CORD, Marcelo Mac. *Op. cit.*, 2005, p. 180.

⁵⁵ BOSCHI, Caio César. O assistencialismo na capitania do ouro. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, 1984. p. 39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61358/64290>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 25.

⁵⁷ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 152.

⁵⁸ KHÜN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unsinos*, v. 14, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2010, p. 123. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165022/000774323.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

Senhora do Rosário. Os associados do Santíssimo Sacramento eram em sua maioria negociantes que teriam como objetivo a obtenção de vantagens ou promoção social.⁵⁹ Com relação à irmandade do Rosário, Khün apontou que havia um controle forte que era exercido na vida dos associados, visto que constava em seu regulamento que os denunciados de feitiçaria deveriam ser entregues por seus confrades e que, por consequência, haveria a expulsão de tais membros. O autor apontou, ainda, quanto à Ordem Terceira de São Francisco, a hierarquização em relação a uma ordem terceira e uma irmandade, visto que as primeiras eram altamente seletivas quanto ao recrutamento de novos membros.⁶⁰ Sobre o perfil dos irmanados, Khün mostrou a presença de membros da elite fundiária e de homens de negócio na Ordem Terceira e como esses membros utilizaram-se dessa influência para revogar a proibição de Dom Antônio do Desterro da licença para a construção da capela própria. Antes disso, a matriz antiga, pertencente ao Santíssimo Sacramento, havia sido cedida aos terceiros para a normalização de suas atividades religiosas.⁶¹ Tem-se, então, duas irmandades formadas por camadas da elite que se protegeram no período colonial.

Os estudos citados não pretendem encerrar as questões a respeito da grande produção historiográfica no país a respeito das devoções leigas, visto que isso seria impossível. O intuito é, primeiramente, oferecer um panorama dos avanços que essas análises possibilitaram com relação à sociedade colonial e imperial. Convém destacar algumas linhas gerais a partir dos apontamentos aqui trabalhados: 1) esses espaços eram de extrema necessidade ao projeto colonizador português; 2) tinham forte caráter diferenciador hierárquico entre indivíduos, ainda que afirmassem uma “igualdade” entre membros; 3) concentravam uma complexa rede de poderes, disputas e conflitos sociais.

2.3 – As irmandades religiosas em Alagoas

Julião Tavares e Marina tinham entrado no Livramento e lá iam juntinhos, esfregando-se. Cadeiras na calçada. Era necessário saltar no paralelepípedo. Um passo em falso, topada na sarjeta, e os dois corpos se chocavam. Diante da igreja, nos bancos da praça miúda, gente esquisita: homens sujos, mulheres sem companhia. E crianças abandonadas pelos cantos. Cochichos, palavrões, descontentamento, frases incendiárias. Na calçada estreita da igreja as crianças abandonadas apinhavam-se. Automóveis parados, choferes adormecidos, vagabundos, exposição de prostitutas à entrada da rua da Lama.⁶²

⁵⁹ KHÜN, Fábio. *Op. cit.*, 2010. p. 125.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 128.

⁶¹ *Ibid.*, p. 129.

⁶² RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 45. ed. São Paulo: Record, 1995, p. 96.

Assim como no restante do Brasil, as práticas associativas também foram largamente empregadas no território que, a partir de 1817, foi separado de Pernambuco e reconhecido como Capitania das Alagoas. Algumas pesquisas foram realizadas no intuito de compreender melhor as dinâmicas próprias dessas instituições no território.

Atualmente, sabe-se que em Alagoas houve irmandades para negros, brancos e pardos. Os compromissos aprovados no período constataam a afirmação.⁶³ Essas divisões internas nas irmandades, no território alagoano, foram motivo de reflexão para o historiador Ernani Méro, que afirmou que tais espaços reproduziam o racismo presente na sociedade de então: “Na Província das Alagoas existiu o fenômeno da discriminação racial nas Irmandades, (...) onde o negro era, como o pardo negado, em meio aos componentes das instituições religiosas”.⁶⁴ Em sua alegação, essas práticas serviam à reprodução de uma realidade social já dada, porém, compreendendo o processo histórico como uma ação fluída e dialética, entendendo-se que nenhum indivíduo ou instituição é apenas “depósito” de um dado período e dada realidade social. Logo, pode-se afirmar que as associações religiosas não atuaram apenas como reprodutoras, mas também como produtoras de exclusões e hierarquizações diversas. Ao mesmo tempo, é impossível negar o fator agregador das associações religiosas, o que lhes dota de um caráter dialético em um paradigma de exclusão/inclusão.

Ao refletir sobre as divisões praticadas por uma irmandade, Álvaro Queiroz afirmou que nos interiores dos espaços associativos “todos os irmãos eram considerados iguais”.⁶⁵ Apesar da alegação do autor e de a ideia de igualdade permear tais práticas, sabe-se que havia uma forte hierarquização nos espaços leigos religiosos, bem como disputas de poder por diferentes grupos. Tal afirmação pode ser compreendida com a leitura dos próprios compromissos aprovados em esfera civil e religiosa. Eles revelam estratificações nos intramuros das irmandades, onde os próprios ocupantes da mesa regedora recebiam tratamento diferenciado na hora da morte, visto que as regulamentações previam mais rezas por suas almas. E muito antes, mesmo em vida, os diretores pagavam valores diferenciados, bem acima dos anuais e joias de entrada, para ter acesso aos cargos de poder. Dependendo das realidades de cada grupo, alguns

⁶³ Algumas associações em Alagoas possuíam membros exclusivamente brancos, como a do Senhor Bom Jesus dos Martyrios em Maceió. Outras já aceitavam membros de diferentes etnias ou camadas sociais, como a Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, em Penedo. Como exemplo de espaço protagonizado por negros, pode-se mencionar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Maceió. Outra diferenciação interessante é pensar nas subdivisões causadas pela condição de ser escravizado ou não, e como exemplo pode-se mencionar a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Ó de Meirim (atual Marechal Deodoro), que aceitava brancos, pardos e negros livres.

⁶⁴ MÉRO, Ernani. *Op. cit.*, 1983, p. 33.

⁶⁵ QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a história da igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015, p. 77.

cargos eram dispensados do pagamento de joias em troca da assunção de funções na mesa diretora. Isso será visto mais adiante.

Além das diferenciações por funções assumidas dentro de uma irmandade, o gênero atuava como mais um fator que afastava ainda mais os membros de uma dada associação. Tal como no restante da sociedade de então, as mulheres recebiam um papel secundário na gerência das irmandades. Geralmente, a elas eram cobrados valores menores para o acesso à mesa regedora, assim como recebiam menos sufrágios que os homens após a morte. Como exemplo disso, pode-se observar o que estava proposto no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Maceió, de 1830. Nele, obrigações e benefícios eram menores para as mulheres em relação aos homens:

CAPITULO III

DE QUANTO DARÃO DE ESMOLA OS QUE SERVIREM A MESA.

Dará o juiz de esmola o anno em que servir dez mil réis, o escrivão cinco mil réis, o mordomo dous mil réis e o tesoureiro, procurador e zeladores nada darão por se esperar que o seu zelo e bom serviço sejam de maior utilidade para a confraria, do que se dessem suas esmolas; da mesma sorte dará a juiza seis mil réis de esmola, a escrivã tres mil reis e as mordomas, cada uma um mil réis; os que servirem na mesma ficam livres de pagar os annuaes naquele anno.

[...]

CAPÍTULO XIII DOS SUFRÁGIOS.

Por falecimento de qualquer irmão mandará o thesoureiro com a maior brevidade dizer missas pela sua alma, na forma seguinte: - Pelos irmãos-juizes vinte e quatro, por cada um dos irmãos-escrivães, thesoureiros, mordomos, procuradores e zeladores dezoito, ou estes estejam servindo actualmente, ou já tenham servido os ditos cargos, e pelos mais irmãos em geral mandará dizer doze missas, e com certidão do reverendo sacerdote que celebrar, lhe levará em conta nas que disser. As juizas em attenção á sua esmola ser menor por este compromisso, terão por seu falecimento dezoito missas, e as escrivãs e mordomas quinze; para celebrar as ditas missas será preferido o reverendo capellão desta irmandade aos demais sacerdotes, contanto que não tenha de dizer um numero dellas tal que lhe seja impossivel celebrar com a brevidade que determina este capitulo.

Assim, percebe-se que, a partir das regras colocadas em Compromisso, o cotidiano das irmandades era permeado por uma hierarquização que seguia as lógicas sociais de então, fortemente excludentes e imperativas.

Félix Lima Júnior, autor do livro *Irmandades*, focou seu trabalho em realizar uma extensa lista dos integrantes das mesas diretoras das irmandades de Alagoas. Uma questão bastante curiosa é perceber que em suas listas não constam nomes de mulheres. Ao falar sobre a Irmandade do Rosário de Maceió, ainda em atividade no ano em que o livro foi escrito, ele

alegou que “A Confraria, democraticamente, é ainda hoje regida por simples artistas e homens modestos”.⁶⁶ Assim, percebe-se uma invisibilidade das mulheres em sua escrita, visto que não só a lista de 1970 não continha nomes de mulheres, mas as dos anos anteriores também (a mais antiga era de 1840). Ainda segundo Lima Júnior, a associação mais antiga que consta no território (então ainda Capitania de Pernambuco) é do ano de 1683, a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, na atual região de Marechal Deodoro.⁶⁷

Lívia Gomes Andrade realizou uma pesquisa a respeito das irmandades de pretos de Nossa Senhora do Rosário, do Glorioso São Benedito e do Bom Jesus dos Martyrios, todas localizadas em Maceió. Suas observações preocuparam-se em entender a importância das associações para os homens negros. Segundo ela, nas irmandades religiosas, escravizados deixavam de ser “objetos” para ser “homens”. Afirmou, ainda, que o crescimento econômico de Maceió foi concomitante ao nascimento de novas irmandades religiosas, bem como o aprofundamento das hierarquias sociais. Paralelamente ao crescimento econômico da capital, escravizados estariam cada vez mais ligados às atividades urbanas e conseqüentemente menos ligados à produção da cana-de-açúcar.⁶⁸ A conclusão do trabalho foi de que ao analisar os compromissos das irmandades era possível obter ascensão social através das irmandades negras, porém essa ascensão seria controlada pelas esferas civis e eclesiásticas, privando a população negra de uma real emancipação.⁶⁹

Para Ernani Méro, o fato de as irmandades existirem no Brasil foi principalmente a necessidade da escravidão, e por conta disso as instituições que surgiram a partir da colonização seriam fortemente marcadas por questões sociais e raciais.⁷⁰ O autor chegou também a refletir sobre o papel da Igreja Católica em meio a esse processo, alegando que, apesar do envolvimento de alguns padres e membros da Igreja com os assuntos escravistas, esta jamais se envolveu diretamente com a escravidão.⁷¹ Percebe-se, assim, que para o autor prevaleceu uma visão que individualizava as ações do clero e retirava da instituição Igreja quaisquer responsabilidades sobre o processo colonizatório e sua relação com a escravidão no Brasil. O autor ainda relativizou as segregações provocadas pelas irmandades a partir do argumento de que essas hierarquizações geravam competitividades entre os diferentes grupos, o que conseqüentemente contribuiu para a propagação de templos que auxiliavam no “brilho do culto”.⁷² Seguindo sua

⁶⁶ LIMA JÚNIOR, *Op. cit.*, 1970, p. 46.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 7.

⁶⁸ SILVA, Lívia Gomes. *Op. cit.*, 2014, p. 28.

⁶⁹ SILVA, Lívia Gomes. *Op. cit.*, 2014, p. 63.

⁷⁰ MÉRO, Ernani. *Op. cit.*, 1983, p. 12.

⁷¹ *Ibid.*, p. 15.

⁷² MÉRO, Ernani. *Op. cit.*, 1983, p. 16.

lógica argumentativa, a segregação racial foi um “mal” canalizado para o fortalecimento e embelezamento do culto católico em terras alagoanas. Aliás, convém destacar que a visão do autor encontra respaldo na historiografia então tradicional no Brasil, que via a escravidão como um mal necessário para o desenvolvimento do território. Um dos primeiros expoentes desse argumento foi Francisco Adolfo de Varnhagen, com a obra *História geral do Brasil*.⁷³

Ernani Méro realizou um mapeamento dos requisitos para o aceite de irmãos nas irmandades religiosas e ordens terceiras através dos regulamentos disponíveis nas Compilações das Leis Provinciais de Alagoas.⁷⁴ Basicamente, esses critérios subdividiam-se em seis variáveis: a) limpeza de sangue; b) pessoas brancas; c) pessoas livres; d) escravizados com licença do proprietário; e) todos, com exceção de cativos e libertos; f) todos, com exceção dos escravizados. O autor também destacou o trabalho de caridade das irmandades nos enterramentos de escravizados, que por diversas vezes tiveram seus corpos abandonados à céu aberto.⁷⁵

Verônica Robalinho realizou um estudo que relacionou as irmandades e o espaço urbano de Maceió. Refletindo sobre as Irmandade das Almas, do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Livramento, de Nossa Senhora do Rosário, do Bom Jesus dos Martyrios e outras, enfatizou que a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres abrigava duas das principais associações da cidade: a do Santíssimo Sacramento e a das Almas.⁷⁶ Também destacou o período empregado para a construção da igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Maceió, de mais de 10 anos (entre 1828-1839).⁷⁷ Para ela, tal período se explica pelas condições materiais dos irmanados, visto que essa associação era composta em sua maioria por pessoas escravizadas.

Irinéia Maria Franco fez uma importante indicação quanto às relações de gênero dentro da irmandade do Rosário de Anadia: no ano de 1880, após as eleições para cargos da irmandade, foram escolhidos como rei e rainha José e Anna, ambos escravizados; como juiz e juíza, Joaquim e João, ambos também escravizados.⁷⁸ O curioso é que nesse caso específico um homem ocupa o cargo que deveria ser destinado a uma irmã. Tal procedimento pode ter sido

⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: 1877.

⁷⁴ MÉRO, Ernani. *Op. cit.*, 1983, p. 41-45.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 50.

⁷⁶ CAVALCANTI, Veronica R. As irmandades e o espaço em Maceió. *Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, v. 6, n. 1, 2000, p. 6. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ttGgvcjGmzqtAiy-Urnn_0j3HO1jyzY. Acesso em: 20 out. 2023.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 8.

⁷⁸ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A caverna do diabo e outras histórias: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)*. Maceió: Edufal, 2016, p. 123.

adotado devido à falta de associadas, o que também corrobora com o que foi dito por João José Reis, que se referiu ao “estrito mercado afetivo” dos homens nas associações religiosas,⁷⁹ indicando que a falta de mulheres poderia ser muito mais comum do que se imagina. Contudo, a pouca documentação não permite um apontamento conclusivo.

Refletindo sobre os pardos na Vila de Penedo em Alagoas, Fabianne Nayra fez algumas considerações sobre a atuação desse grupo específico na Irmandade de São Gonçalo Garcia. A pesquisa destacou como os pardos da vila, associados em torno de São Gonçalo, conseguiram ascender socialmente no século XVII. Por consequência, esse fator também transformava o próprio espaço associativo numa ferramenta de promoção social dos irmanados.⁸⁰

Élida Kassia, ao analisar os debates entre ultramontanos e regalistas na Província ao longo da segunda metade do século XIX, percebeu, a partir de notícias e artigos de opinião publicados em diversos periódicos de Alagoas, que houve um processo de resistência das irmandades que praticassem, ainda que corriqueiramente, ritos do dito catolicismo popular diante do discurso reformista ultramontano.⁸¹

A partir dos apontamentos feitos, percebe-se que a existência de diversas irmandades religiosas foi uma constante em Alagoas. A depender do grupo social que ocupava esses espaços, as práticas associativas poderiam assumir diversos significados, relações de poder e políticas. As pesquisas historiográficas têm ajudado a elucidar essas questões.

2.4 – As irmandades dos Martírios no Brasil

Aqui se farão breves apontamentos sobre o que foi produzido a respeito das irmandades dos Martírios no Brasil. Convém destacar que não há muitos trabalhos em que o principal objeto de pesquisa são essas irmandades; logo, também foram utilizados estudos que focam em outras temáticas ou irmandades, mas que fazem considerações sobre a prática associativa sob o Senhor dos Martírios.

O templo pertencente à Irmandade dos Martírios do Recife foi estudado sob a perspectiva do desenvolvimento urbano por Rosane Piccolo Loreto. Percebe-se, então, uma

⁷⁹ REIS, João José. *Op. cit.*, 1991., p. 70-71.

⁸⁰ ALVES, Fabianne Nayra Santos. *Lugar de fé, lugar social: os pardos e a irmandade de São Gonçalo Garcia da Vila do Penedo do rio de São Francisco – Comarca das Alagoas (1762 - 1808)*. 2016. 64 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2016, p. 59.

⁸¹ SILVA, Élida Kassia Vieira da. *“De pathuscadas a bachanaes”*: as irmandades religiosas e o avanço ultramontano em Alagoas. 83 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2018, p. 75.

questão interessante a respeito dessa associação, que a aproxima de certa forma da Irmandade da Cidade das Alagoas: sua fundação histórica também está relacionada ao uso do templo da Irmandade do Rosário.⁸² Tal fundação data de 1773, com uma solicitação em 1775 para transferir o local de atividade da Irmandade para a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso, também localizada na Vila do Recife. Porém, em 1779, a associação ainda não havia efetivado a transferência, e uma solicitação a D. Maria I foi enviada em ofício, buscando a aprovação do compromisso e a confirmação da transferência.⁸³ Mais tarde, os associados buscaram construir um templo próprio.

Segundo relata a notícia resumida constante no Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, reformado pela comissão administrativa no ano de 1897 a 1900, posteriormente elaborado, a irmandade era representada por uma administração de homens pretos e crioulos e tinha como membros o provedor Ignácio Cardozo Pereira, o escrivão Felix da Rocha de Carvalho e os procuradores Simões dos Santos Pereira, José do Nascimento, Diogo de Barros, José Francisco de Souza, Roberto Pereira da Silva e outros.

Com o passar do tempo, os irmãos pretos desejaram erigir uma capela própria “a fim de promoverem o esplendor da Religião Católica Apostólica Romana e especialmente o culto do seu Venerando Padroeiro, a sagrada imagem do Senhor Bom Jesus dos Martyrios”, segundo consta nos Estatutos Compromissais (1897-1900). Seus membros então procuraram um terreno para a ereção da capela, já que dependiam de doações para a concretização desse projeto, pelas precárias condições financeiras de uma irmandade formada preponderantemente por escravos.⁸⁴

É importante salientar a presença de escravizados e crioulos na associação da Vila do Recife, o que a distingue em partes do histórico da de Maceió. Conforme destacado, consta que a associação dos Martírios em Maceió fora criada por pretos, mas que em algum momento após sua fundação os brancos se apossaram do espaço, proibindo sua entrada no templo.⁸⁵

Além do histórico da irmandade, convém destacar os apontamentos da autora a respeito do processo de destruição do templo, inclusive com o apoio da Igreja à prefeitura. Apesar das tentativas do Iphan de evitar a demolição do templo, o que se seguiu foi um processo que contava com a opinião pública em jornais da cidade, que diminuía o valor arquitetônico do prédio em relação às outras igrejas. O projeto de demolição foi iniciado em 1943 e só foi concluído em 1973, por conta das diversas polêmicas envolvendo a prefeitura do Recife. Entre

⁸² LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 125. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3175/1/arquivo2319_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ LORETTO, Rosane Piccolo. *Op. cit.*, 2008, p. 127.

⁸⁵ Ver pg. 18.

as opiniões contrárias à destruição, a autora destacou o peso da história e da arquitetura como argumento central.

A Igreja dos Martírios, por sua vez, era atribuída importância histórica pelos seus 200 anos incompletos de existência, já que nesse momento tal caráter era bastante associado à ancianidade do edifício. Porém, é necessário ressaltar que a emergência da “consciência histórica” que propiciou o reconhecimento da importância da Igreja dos Martírios por parte de determinadas instituições, cresceu à medida que a igreja se viu cada vez mais ameaçada de desaparecer.

Nesse sentido, a Igreja dos Martírios ressurgiu como um elemento característico e caracterizador da fisionomia do Recife de períodos pretéritos. Assim, o interesse de mantê-lo, também passou pelo desejo de perpetuar tal imagem urbana histórica.

Também lhe era atribuída importância artística, especialmente pelo seu frontão rococó que representava um exemplar de arte singular no Brasil. As únicas instituições que disseram não reconhecer a importância histórica e artística da Igreja dos Martírios referem-se àquelas envolvidas com a Prefeitura do Recife no desejo de destruir a igreja. Esse julgamento tendencioso se movia pela intenção de desqualificar o templo, justificando a motivação de sua derrubada.⁸⁶

Também em Pernambuco, mas dessa vez em Goiana, a relação entre a Irmandade do Rosário e a do Bom Jesus dos Martírios foi destacada por Paulo Alexandre Sicato. O templo dos homens pretos do Rosário abrigava as imagens de outras irmandades, e o compromisso previa um valor mais caro para os Martírios em relação às outras associações:

Em Goiana, além de Nossa Senhora do Rosário, havia no templo imagens de São Benedito, Santo Antônio e do Senhor Jesus dos Martírios, que foram postas por outras confrarias que usavam o espaço da Irmandade do Rosário, a titular. O sacristão que zelava pelo templo, recebia um valor de todas as irmandades anualmente. daquelas que usavam os espaços colaterais do templo, a que pagava o maior valor era a do Senhor dos Martírios “por ser mais trabalhosa”. Naquelas outras Irmandades também se acolhiam pessoas negras e/ou subalternas. Não pudemos apurar nesta pesquisa como era a relação entre elas, contudo, claro está que do ponto de vista hierárquico, a Irmandade do Rosário tinha proeminência sobre as outras, principalmente porque o templo onde elas estavam abrigadas pertencia ao Rosário.⁸⁷

O autor não especificou sob qual parâmetro a Irmandade dos Martírios era considerada pelo compromisso como “mais trabalhosa”. Talvez ocupasse mais espaço do templo, ou pode ser, ainda, que ocorressem mais tensões entre as duas associações. Outra possibilidade é a de os integrantes dos Martírios possuírem mais condições financeiras, e, portanto, poderiam arcar

⁸⁶ LORETTO, Rosane Piccolo. *Op. cit.*, 2008, p. 236.

⁸⁷ CHITUNDA, Paulo Alexandre Sicato. *Entre missas e batuques: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Recife, Goiana e Olinda – século XVIII*. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, p. 128.

com um aluguel acima das demais. O que cabe destacar é mais uma vez a relação de espaço compartilhado entre os associados do Rosário e do Bom Jesus dos Martírios.

João José Reis apontou dois casos interessantes da devoção em torno dos Martírios. O primeiro seria o dos nagôs do reino de Ketu, na Igreja da Barroquinha.⁸⁸ O segundo diz respeito à região do Recôncavo Baiano, na Vila de Cachoeira. Lá, os jejes⁸⁹ da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios deixaram registrado em compromisso a hostilidade entre eles e os crioulos,⁹⁰ quando estabeleceram um valor de entrada 15 vezes maior para os crioulos em relação aos jejes, inclusive com direitos menores. Os crioulos ficavam, então, proibidos de acessar cargos na mesa regedora, regra que não valia para as mulheres crioulas. O autor então conclui que é concebível que os jejes estivessem cuidando de seus interesses afetivos, em uma realidade onde a presença feminina era bastante escassa.⁹¹ Outra consideração importante a se fazer a respeito da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios na Bahia é a importância que a associação assumiu para a sociedade do século XIX. Segundo Emerson Melo, apesar de um início de história muito singelo, no século XVIII a irmandade era uma das mais importantes da Bahia, e no século XIX tornou-se uma das mais luxuosas da província, atraindo inclusive a elite branca como associada.⁹²

Ao estudar as mulheres cativas na Paraíba do Norte, Larissa Bagano listou seis irmandades que teriam sido fundadas por pretos ou pardos na região, e entre elas citou a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios, criada em 1863.⁹³ Caso semelhante também foi observado por Magno Francisco, que ao discutir o cenário leigo em Sergipe, mais particularmente em São Cristóvão, listou os espaços associativos leigos, e entre eles constava o do Senhor dos Martírios dos Pretos.⁹⁴ O autor destacou também que no século XX a Igreja do Bom Jesus dos Martírios e o Hospício dos Capuchinhos estavam em ruínas.⁹⁵

⁸⁸ REIS, João José. *Op. cit.*, 1996, p. 5-6.

⁸⁹ Termo utilizado para designar os africanos da região de Benin, que falavam o fon e tinham na religião o culto aos voduns. Cf. OLIVEIRA, Daniela Matto Oliveira. *Nação Jeje Mahi: história e rituais do candomblé*. 2009. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2009, p. 26.

⁹⁰ Termo utilizado para se referir aos negros nascidos no Brasil. Cf. CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 3.

⁹¹ REIS, João José. *Op. cit.*, 1996, p. 8.

⁹² MELO, Emerson. *Entre territórios e terreiros: yorubá, velhos deuses no Novo Mundo*. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 178.

⁹³ DOURADO, Larissa Bagano. *Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)*. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p. 43-44.

⁹⁴ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *O prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 84.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 232.

Percebe-se que os trabalhos acadêmicos demonstram que as regiões que mais discutiram as irmandades do Bom Jesus dos Martírios, até agora, concentram-se na região Nordeste, mais precisamente nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Paraíba. Isso não significa que a associação não tenha existido em outras regiões do país, ou mesmo em outras províncias/estados do Nordeste, mas que a atenção dos estudos sobre essa associação é mais forte nessas regiões, ou mesmo que as fontes e os avanços dos estudos historiográficos permitiram mais reflexões em torno dessa questão. É notório que em todos os apontamentos aqui levantados sobre o Bom Jesus dos Martírios a irmandade está associada à presença de escravizados. Além disso, percebe-se que em diversos casos há uma relação entre o Bom Jesus dos Martírios e a Irmandade do Rosário (associação também fortemente difundida entre a população escravizada no Brasil). Obviamente, tal afirmação necessita de mais estudos para uma comprovação definitiva, contudo esses dois fatores permitem inferir que a devoção ao Jesus dos Martírios nas regiões aqui apontadas está mais intimamente ligada às camadas populares e de escravizados; salvo o caso de Maceió, que proibia a entrada de cativos e libertos, mas que, conforme apontado por Félix Lima Júnior, também fora fundada por pretos.⁹⁶ Caso semelhante ocorreu também com a Irmandade da Cidade das Alagoas, que proibia a associação de cativos em seus quadros, algo comentado anteriormente.

Mesmo com tais restrições, não se pode ainda, dentro do campo historiográfico, negar a relação entre os pretos e a fundação da Irmandade de Maceió, ou mesmo a relação entre a Irmandade do Rosário com a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios das Alagoas, e seu aceite para as camadas populares, apesar da restrição com os cativos. Convém destacar que o texto do compromisso não exclui os *libertos* do leque do público permitido para associação, o que leva a crer que não havia entraves para o aceite desse grupo nos quadros dos Martírios das Alagoas.

2.5 – As irmandades em Maceió e suas relações com o poder civil

Desde 1839, a capital da Província das Alagoas foi transferida das Cidade das Alagoas para Maceió. A mudança do *status* afetou as duas localidades, o que levou a disputas entre as elites das Vilas e da própria população. Isso será discutido mais adiante. O que convém destacar no momento são as relações que foram estabelecidas na mais nova capital entre algumas irmandades (principalmente as que estavam ligadas aos chamados *homens bons*) e o poder civil.

⁹⁶ Ver notas 18 e 19 da página 18.

Essas relações estão registradas em alguns documentos oficiais dos presidentes da província, em atas de entrada de documentos em seus gabinetes e documentos diversos.

Como destacado anteriormente, as irmandades religiosas necessitavam da aprovação religiosa e civil para poder funcionar plenamente. Essa primeira informação chama atenção para o fator da relação entre as irmandades e o poder civilmente constituído. Contudo, é relevante destacar que essas ligações não paravam por aí. A depender da “importância” de uma associação religiosa, suas conexões com o poder civil poderiam ser mais ou menos harmoniosas. Na documentação que será analisada mais adiante, serão destacados alguns exemplos que reforçam essa afirmação.

A relação entre as irmandades religiosas e os assuntos fúnebres foi explorada pela historiografia brasileira. Apesar de o tema necessitar de mais produções, pode-se destacar a obra de João José Reis⁹⁷, que discutiu de que forma a construção de um cemitério sob a supervisão do poder civil afetou a população de Salvador. Antes da construção dos cemitérios públicos, como se sabe, os enterramentos ficavam a cargo das irmandades sediadas nas igrejas. Uma série de problemas ligados ao higienismo que ganhava força no século XIX, aliados aos entraves cotidianos que o elevado número de enterramentos causava nas igrejas, fez com que cada vez mais se popularizasse a criação de espaços específicos para os enterramentos, fora dos espaços cotidianamente frequentados pela população, o que deu origem aos cemitérios públicos. Em Alagoas, tal debate foi levantado por Lydio Rossiter Neto, que destacou que mesmo após a criação do cemitério público de Maceió as relações entre os poderes público e religioso permaneciam ainda interseccionadas. Segundo o autor, em 1856, era necessária a aprovação do representante religioso, geralmente o vigário, bem como do agente da polícia sobre as circunstâncias de falecimento.⁹⁸ Em relação às irmandades religiosas, que tinham perdido parte de sua influência sobre os enterramentos, convém destacar um pedido curioso registrado no livro de petições do ano de 1884. No dia 14 de maio, lê-se a seguinte anotação: “Confraria de N. Senhora dos Prazeres desta Capital, pedindo a posse da metade de catacumbas no cemeterio publico, a q. tem incontestavel direito e em cuja posse se acha a Irmandade do Sacramento.”⁹⁹ Percebe-se, então, que mesmo após a criação do cemitério público as irmandades ainda conseguiam exercer influência sobre as questões da morte em Maceió. É

⁹⁷ REIS, João José. *Op. cit.*, 1991.

⁹⁸ ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. “*Casos de vida e morte*”: ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e o ultramontanismo em Alagoas (1845-1875). 2020. 75 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019, p. 39.

⁹⁹ APA. Caixa 174. Alfândega de Alagoas, 1884, p. 9.

óbvio que não apenas os enterros concerniriam à morte, mas toda a ritualística perpetrada pelo catolicismo (as rezas, as velas, o choro etc.). Assim sendo, mesmo se se leva em consideração que o local do enterramento não limitaria completamente o poderio das associações religiosas sobre as questões da morte, o documento demonstra que os tentáculos das associações continuavam abarcando também o cemitério. E cabe considerar, do cemitério *público* de Maceió. No pedido, destaca-se um conflito entre duas associações tradicionais da cidade, a do Santíssimo Sacramento, largamente conhecida na historiografia brasileira por ser uma associação ligada às elites brancas, e a do Livramento, que por sua vez abrigava pessoas livres.¹⁰⁰ Tal disputa destaca também as tenuidades entre público e privado, que começavam a sofrer modificações ao longo do século XIX. Outra questão interessante foi publicada no periódico *Evolucionista*, que também destaca uma confusão em relação às catacumbas do cemitério público e suas relações com as irmandades. Na edição nº 246 do ano de 1906, o periódico noticiou a morte do tenente Joaquim Pontes de Miranda Filho, alegando que

Foi sepultado hontem o cadaver do estimado conterraneo e bravo militar tenente Joaquim Pontes de Miranda.

Às 8 horas da manhã depois das ceremonias religiosas celebradas na igreja do Senhor dos Martyrios foi levado o fêretro ao cemiterio publico, em carros especiaes da Trilhos Urbanos, com o concurso de grande numero de pessoas.¹⁰¹

A edição seguinte traz uma afirmação particularmente curiosa: “Pedem-nos que declaremos não pertencer à Irmandade do Senhor dos Martyrios a catacumba n. 29 em que foi sepultado o nosso saudoso amigo tenente Joaquim Pontes de Miranda, e sim, á Irmandade do santissimo Sacramento.”¹⁰² Por ser considerado pessoa importante na sociedade maceioense, houve um pedido, provavelmente de associados da Irmandade do Santíssimo Sacramento, para que a informação sobre a celebração da missa na Igreja dos Martyrios não confundisse os leitores a respeito da associação proprietária da catacumba: Pontes de Miranda foi enterrado em solo do Santíssimo Sacramento, e essa informação precisava ser veiculada de forma clara. Percebe-se, assim, que a limitação dos enterros nas Igrejas não impediu que as irmandades adquirissem catacumbas e as utilizassem para seus associados.

¹⁰⁰ MÉRO, Ernani. *Op. cit.*, 1983, p. 42.

¹⁰¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Evolucionista: Jornal da Tarde*, Maceió, ano V, 1906, n. 246, p. 2.

¹⁰² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Evolucionista: Jornal da Tarde*, Maceió, ano V, 1906, n. 247, p. 2.

Outro registro no livro de petições contém a solicitação feita pela Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, que solicitava auxílio financeiro para a conclusão das obras de seu templo.¹⁰³ Como esse livro arquivava informações como um livro de protocolo, os detalhes e o pedido escrito especificamente não puderam ser localizados, apenas o registro do pedido pode ser consultado. Não se sabe também se o governo decidiu ou não auxiliar a irmandade em suas obras.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, também no ano de 1884, solicitou ajuda de verbas ao governo para a festa de Corpus Christi.¹⁰⁴ Além disso, fora registrado outro pedido, também em nome da mesma Irmandade, mas desta vez da Cidade das Alagoas, na qual há um convite ao presidente da Província, além da solicitação de um batalhão de honra da cidade, em comemoração à Paixão de Cristo.¹⁰⁵

O presidente da Província também foi convidado para outros eventos sediados nas irmandades de Maceió. No ano de 1888, foi enviado o seguinte convite ao governo:

Havendo de ter lugar no Domingo 10 do corrente a procissão de penitencia do Senhor Bom Jesus dos Martyrios, cujo sahimento será ás 4 horas da tarde, esta Confraria para maior realce da solenidade, impetra a honra da presença de V. Ex.^a de maneira que nada fique a desejar-se no esplendor da procissão d'aquelle excelso senhor.

Deos guarde a V. Ex.^a Illm.^o e Exm.^o Snr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado, M. D. Presidente da Provincia.¹⁰⁶

Um convite bastante curioso foi enviado ao governo no ano de 1888. Faz-se necessário, antes, fazer uma breve análise do contexto político em questão. Na década de 1880, os grupos republicanos ganhavam cada vez mais notoriedade e força nos debates através dos periódicos no Brasil. Para além disso, o republicanismo ganhava força no mundo, diante das transformações de caráter liberal que vinham ocorrendo em diversos países. Assim, o século XIX ficou marcado pela derrocada do absolutismo como sistema de governo e triunfo do Estado burguês.¹⁰⁷ No Brasil, tal debate não passou despercebido, e a monarquia, então incapaz de

¹⁰³ APA. Caixa 174. Alfândega de Alagoas, 1884, p. 1.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ APA. Caixa 0456. Clero, 1857, p. 1-2.

¹⁰⁶ APA. Caixa 2051. Autoridades províncias, 1888, p. 1.

¹⁰⁷ FERRER, Walkiria M. H.; ROSSIGNOLI, Marisa. O Estado brasileiro e o desenvolvimento econômico: uma análise pela perspectiva da economia política. *Revista Húmus*, v. 10, n. 28, 2020, p. 133. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12632>. Acesso em 25: set. 2023.

atender às demandas de novos grupos sociais que surgiam na época, sucumbiu frente à Proclamação da República, feita a partir de um golpe militar.¹⁰⁸

Em julho de 1889, D. Pedro II chegou a sofrer um atentado de um jovem republicano português, ocorrido no Rio de Janeiro:

Um único episódio de ultraje explícito a Dom Pedro II aconteceu quatro meses antes, na noite de 15 de julho de 1889, por volta das 23 horas, quando, ao sair do Theatro Sant'Anna, um dos principais da capital, o Imperador foi abordado por um jovem imigrante português ao grito de “viva a República!”. O rapaz correu em seguida para a porta do café Maison Moderne, nas proximidades, e dali disparou um tiro de revólver para o alto, assustando a pequena multidão que saía da casa de espetáculos.¹⁰⁹

Ninguém foi ferido no atentado. O curioso é que, por mais que Alagoas estivesse distante do centro político do país, localizado na época no Rio de Janeiro, o evento teve desdobramentos na Província. Em 1º de agosto de 1889, um convite foi enviado ao governo:

Temos a honra de convidar V. S^a e os empregados da repartição que é muito digno chefe, para no domingo 4 do corrente as 5 horas da tarde, na Igreja dos Martyrios, assistirem ao Te-Deum que em acção de graças pelo mallogro do attentado feito na Augusta pessoa de S. M. Imperador, manda esta Imperial Sociedade cantar.¹¹⁰

Uma ação de graças pelo fracasso do atentado foi organizada pela Imperial Sociedade Filarmônica Minerva, realizada na Igreja dos Martyrios de Maceió. Tal ato demonstra que, além da proximidade com o governo da província, tanto a sociedade filarmônica quanto a associação religiosa buscavam também um posicionamento frente às autoridades nacionais. Ao realizar o *Te-deum*, ambas afirmavam um posicionamento favorável à Coroa e aos princípios monárquicos.

Duas considerações cabem a respeito dessas relações: 1) as irmandades mencionadas eram compostas em sua maioria por brancos ou pardos, o que demonstra a *priori* uma maior aproximação desses grupos com o poder civilmente constituído. Há uma clara ausência de pedidos como esses advindos de irmandades compostas pelos pretos de Maceió, como, por exemplo, a Irmandade do Rosário e de São Benedito. Isso não significa, no entanto, que tais pedidos não existiram, visto que a política de conservação documental é bastante precária no

¹⁰⁸ ROCHA, Leonel Severo. A institucionalização do republicanismo no Brasil: o papel de Rui Barbosa na Constituição de 1891. *Revista Fapad*, Curitiba, v. 1, 2021, p. 12. Disponível em: <https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/gtp/article/view/29>. Acesso em: 24 set. 2023.

¹⁰⁹ MENDES, José Sacchetta Ramos. Um tiro contra o Imperador. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 2, 2008. p. 74. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/um-tiro-contra-o-imperador/>. Acesso em: 31 out. 2023.

¹¹⁰ APA. Caixa 2051. Autoridades províncias, 1889. p. 1.

Estado. Os documentos podem ter sido simplesmente descartados ou perdidos pela má conservação. Há, ainda, a possibilidade de que outros documentos estejam nos arquivos, organizados de forma separada, o que dificulta a localização e identificação de seus conteúdos. Contudo, as implicações iniciais apontam para um menor grau de relações entre as associações de pretos e o poder civil; 2) a aparente relação entre os grupos aqui mencionados (Santíssimo Sacramento, Martyrios, Livramento, Prazeres) reforça o que foi dito por Caio César Boschi, quando o autor destacou o caráter assistencialista das irmandades em Minas Gerais. Assim, essas associações eram conformadas no papel de instituições de caridade cristã, e jamais contestavam o sistema. Antes, tinham papel fundamental na política de Estado colonizadora:

Mesmo quando o Estado acentuou sua presença e se consolidou em Minas Gerais, elas não perderam as suas funções sociais. Antes, solidificaram-nas. Com isso, ainda que possa parecer paradoxal, indiretamente essas agremiações atendiam aos interesses do Estado, na medida em que este lhe transferia o encargo de certas obrigações essenciais ao convívio social, particularmente aquelas relativas ao assistencialismo. Com tal comportamento, as irmandades aliviavam o Estado da onerosa responsabilidade social para com seus súditos e, ao mesmo tempo, se integravam e passavam a se constituir em um dos instrumentos básicos da política colonizadora portuguesa para a área mineradora.¹¹¹

Entende-se, assim, a motivação das irmandades em solicitar ajuda financeira para procissões, reformas de templo, bem como a presença de grupos pertencentes ao Estado em seus eventos: elas atuavam, também, como aliadas do poder civil em seu papel governamental. Por outro lado, convém lembrar que, se havia irmandades privilegiadas com recursos e presença de membros do governo em seus eventos, havia também as não privilegiadas, que por diversos motivos incomodavam as autoridades, seja pelo grupo social que as compunha, seja pelos ritos religiosos sincréticos que preservavam. Enquanto algumas igrejas ou irmandades eram elogiadas nos periódicos de Alagoas, outros grupos eram duramente criticados:

Um facto bem significativo dá se agora no Bebedouro depois de se haver dado na capital muitas vezes e fora d'ella desde longa data. Começando a festa antepozeram á inauguração religiosa a abertura escandalosa dos jogos na praça da Egreja. Tanto tem sido bastante para afastar do leilão a maior senão toa concurrencia e dezertar os limiares sagrados, pois para os actos religiosos e concurrencia ás demais solemnidades da festa é necessário certa decencia ao passo que nas barracas dos xangueiros e roleteiros entra toda a casta de gente e são acolhidos trapilhos filhos familias e escravo de par com alguma gente sã e moralizada que lá igualmente se apresenta; porque dizem eles, é o tostão que entra. Abaixo, pois, a immoralidade!¹¹²

¹¹¹ BOSCHI, Caio César. *Op. cit.*, 1984, p. 41.

¹¹² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Orbe*, Maceió, ano VI, 1885, n. 65, p. 1.

Assim, permanece a interpretação dialética das irmandades religiosas como locais de acomodação/enfrentamento ao sistema estabelecido. Se algumas buscavam mais relações com o poder civil, outras o questionavam, de forma mais explícita ou não. As batucadas não autorizadas pelas lideranças religiosas em períodos festivos podem ser interpretadas como formas de enfrentamento à ordem estabelecida, por exemplo.

3 – A Cidade das Alagoas

3.1 – A mudança da capital

No processo colonizatório da região que mais tarde passou a ser denominada de Alagoas, um núcleo de povoamento foi considerado um dos mais importantes da região: a Vila de Madalena. Criada em 12 de abril de 1636, a localidade recebeu diversas nomenclaturas. Primeiramente, foi nomeada de *Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul*, na sua fundação, pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho.¹¹³ Depois, o território passou a ser conhecido por outras nomenclaturas, como *Alagoas*, *Lagoa do Sul* ou simplesmente *Cidade das Alagoas*. Com o passar do tempo, foi renomeado de *Marechal Deodoro* em 30 de novembro de 1939, pelo Decreto Estadual n. 2.435. A mudança foi proposta como forma de homenagear o primeiro presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, nascido na localidade.¹¹⁴

Como se sabe, a vila de Madalena, assim como Alagoas de forma geral, pertencia à Capitania de Pernambuco.¹¹⁵ O território não obteve independência política até 1817, quando ocorreu a *Revolução Pernambucana*, movimento de grande repercussão no Brasil que pretendia criar uma república compreendendo algumas províncias do Nordeste do país. Consequentemente, propunham uma separação entre a república que surgia e o Rio de Janeiro (sede da corte portuguesa e, portanto, representantes do poder português no Brasil), que tinha como seu soberano, à época, D. João VI. A família real estava no Brasil desde 1808, e o surgimento de uma revolta em Pernambuco ameaçava a integridade territorial:

Para Flávio J. Gomes Cabral, a Revolução Pernambucana de 1817 foi a “mais importante revolução brasileira. A única que saiu das reuniões entre quatro paredes, tomou as ruas e derrubou o governador régio instalando uma república que durou mais de 70 dias”. Em comparação com outros movimentos sediciosos pelo Brasil afora, 1817 foi uma libertação do colonialismo português conquistada em vias de fato e não somente uma conspiração. Desse modo, a Revolução teria testado os limites da capacidade da Monarquia portuguesa em preservar a ordem de dominação¹¹⁶

¹¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. XIX, p. 96.

¹¹⁴ GOVERNO DE ALAGOAS. *Op. cit.*, 2018, p. 9.

¹¹⁵ CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As Capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa* (século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 83.

¹¹⁶ SILVA, Fred Cândido da. “*Não sigo partidos*”: Francisco Muniz Tavares na Independência do Brasil, do radicalismo de 1817 à moderação em 1824. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

Após a vitória das tropas reais sobre os revolucionários, Alagoas foi desmembrada do território de Pernambuco. Alguns historiadores consideram que a medida foi uma das muitas punições dadas aos pernambucanos:

Os principais chefes foram executados com requintes de crueldade no Recife e em Salvador. Cabeças e mãos dos executados foram decepadas e exibidas nas suas localidades de origem. Mais de quatrocentos participantes da Revolução foram aprisionados em Salvador, onde permaneceram cumprindo pena durante quatro anos. Centenas de militares pernambucanos foram enviados para a Província Cisplatina. Ainda como punição, a comarca de Alagoas foi separada de Pernambuco e elevada à capitania.¹¹⁷

Nessa interpretação, um rei ressentido com o movimento revolucionário de Pernambuco, teria encontrado como forma de vingança o desmembramento do território. Os alagoanos assumiriam, assim, o papel passivo dos traidores que buscavam recompensas junto à Coroa. Outra perspectiva sugere, porém, que a principal motivação para a emancipação política de Alagoas residia no fato de o território já possuir, em 1817, elementos suficientes para a concessão da independência, como a autonomia econômica. A Revolução de 1817 teria apenas apressado a decisão régia. Um dos autores a trazer essa nova perspectiva foi Dirceu Lindoso. Para ele, a emancipação

Não foi um ato gracioso de um rei. As Alagoas já existiam como espaço físico autônomo, com população, vida econômica e social diferenciadas do resto da Capitania de Pernambuco. [...] O estatuto real que estabeleceu a autonomia política da então Capitania apenas veio institucionalizar as razões subjacentes de ordem econômica, física e social. Repito. Não foi um ato gracioso de um rei. E muito menos o reconhecimento real pela fidelidade da ainda não Capitania à Coroa. O estatuto real, assinado por D. João VI há 163 anos, reconheceu o perfil de autonomia que simples relatórios de capitães gerais já esboçavam.¹¹⁸

Assim, com a separação política de Pernambuco, Alagoas deixou de ser Comarca e passou a ser reconhecida como Província em 1817.¹¹⁹ Sua primeira capital, a Vila das Alagoas, ocupou esse posto por um curto período de tempo: até 1839. Em seu lugar, estava a recém-surgida Maceió. Pretende-se fazer uma breve discussão sobre os desdobramentos dessa transferência, bem como as motivações para tal mudança.

¹¹⁷ SOUZA, George F. Cabral de. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v74n1/v74n1a03.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

¹¹⁸ LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da província: estudo da cultura alagoana*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015, p. 79.

¹¹⁹ DECRETO DE 16 DE SETEMBRO DE 1817. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimp-D_52.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

A mudança da capital foi um tema bastante discutido na historiografia de Alagoas, visto que tal acontecimento opôs, durante considerável tempo, os moradores de Maceió contra os das Alagoas. Em 1952, Aminadab Valente publicou a obra *A mudança do cofre*, que analisava o processo de mudança da capital da Província. Antes de chegar ao seu objetivo de fato, o autor construiu a trajetória tanto de Alagoas quanto de Maceió, e convém destacar o relatório feito por Antônio Batalha e mencionado pelo autor, que alertava para o nível de pobreza na Vila, e que conseqüentemente a opõe a Maceió:

O relatório é desprimoroso para Alagoas, pois contém informações desabonadoras. Entre outras referências diz que “a villa está em plano de inclinação para sua total ruína. Os moradores habitam na Villa miseravelmente em casas de palha, e que, mais da metade das casas foram tiradas da coleta, porque em ruínas –”. Há outras referências deselegantes para os habitantes pobres ou para pobreza, que diz – se ocupa miseravelmente da pesca insignificante.

O manuscrito tem palavras agradáveis para Maceió dizendo da – “sua posição a borda do porto de Jaraguá, tornando comercial, e seus habitantes, sem costumes, ao princípio de sua fortuna”, – fazendo referência a passagem frequente de marinheiros e pessoas que chegam do interior a necessitar socorros de justiça”, – e diz que “Maceió ficaria ao desamparo e na dependência da Vila das Alagoas, o que as circunstâncias da população e comércio não permitem sofrer”.¹²⁰

Antônio José Ferreira Batalha, na época, sugeriu a elevação de Maceió à condição de Vila, pedido que foi atendido em 5 de dezembro de 1815.¹²¹ Também era Batalha que ainda ocupava o cargo de Ouvidor da Comarca no ano de 1817, e seu posicionamento favorável à Coroa difundiu a interpretação histórica comentada anteriormente, a de que Alagoas só alcançou sua emancipação por ter permanecido fiel ao rei e traído os revolucionários.¹²² Em seu discurso, pode-se perceber que a “atrasada” Vila das Alagoas, na qual os habitantes se ocupavam *miseravelmente da pesca insignificante*, se opunha a Maceió, que, segundo ele, era mais desenvolvida.

O autor também mencionou fatos interessantes que opunham as duas vilas, como, por exemplo, a recusa do primeiro presidente da província, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, a morar na então capital, e posterior mudança para as Alagoas, após o protesto da população da capital em 1821.¹²³ Ali já se desenvolvia aparente rivalidade entre os moradores das duas localidades, visto que os habitantes de Maceió estavam cientes de suas vantagens e tentavam

¹²⁰ VALENTE, Aminadab. *A mudança do cofre*: acontecimento, histórico – ano de 1839. Maceió: Imprensa Oficial, 1952, p. 12-13.

¹²¹ Ibid., p. 13.

¹²² Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Batalha, Antônio José Ferreira”. Acesso em: 12 out. 2023.

¹²³ VALENTE, Aminadab. *Op. cit*, 1952, p. 22-23.

discutir politicamente seu papel como nova capital, e os habitantes da Vila das Alagoas lutavam para manter seu posto.

Em 12 de outubro de 1839, o Tribunal do Tesouro Público Nacional determinou que se fizesse a mudança da Tesouraria da Província da Vila das Alagoas para a Vila de Maceió, a pedido do Inspetor Emidio Soares da Câmara, que elaborou um relatório elencando as vantagens em transferir a Tesouraria de Vila. Como resposta a essa medida, um abaixo-assinado com cerca de 106 assinaturas foi realizado, solicitando que o decreto fosse sustado. Na época, o então presidente da Província, Agostinho da Silva Neves, recebeu o pedido e alegou que aguardaria para ouvir os interessados em Maceió. Desconfiando do posicionamento do presidente, a população de Alagoas iniciou um protesto contra a mudança do cofre, que desembocou em prisões preventivas, visto que, segundo Valente, havia boatos de movimento armado nas Alagoas.¹²⁴

Um dos cabeças do movimento revoltoso na Cidade das Alagoas era Tavares Bastos,¹²⁵ que atuava na inflamação da população em torno de uma resistência armada contra a mudança do cofre. Cercado no palácio, o presidente da Província renunciou ao cargo, alegando que nada podia fazer perante a revolta popular. Tavares Bastos, como o 5º vice-presidente, assumiu o governo de forma interina e cancelou a transferência da Tesouraria para Maceió.¹²⁶

O então vice-presidente da Província, João Lins Vieira Cansação do Sinimbu,¹²⁷ alegou em documento que “permanecia no governo da província”, e conseguiu, através de uma

¹²⁴ VALENTE, Aminadab. *Op. cit.*, 1952, p. 32-34.

¹²⁵ José Tavares Bastos, filho de Joaquim Tavares Bastos, miliciano português, e de D. Anna Felícia de Jesus Moraes, nasceu na Comarca das Alagoas em 1813. Estudou direito em Olinda e formou-se bacharel em 1836. Em 1837, foi nomeado juiz de direito em Atalaia. Em 1838, foi eleito deputado provincial até 1839, e depois entre 1840-1841, 1842-1843 e 1844-1845. Entre outros mandatos como parlamentar e transferências como juiz, chegou a ser nomeado presidente da Província de São Paulo, em 1866. Também fez parte do Conselho do Imperador e fundou o jornal *O Alagoano*, na disputa contra Sinimbu, conflito conhecido como disputa entre os *lisos e cabeludos*. Cf. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Tavares Bastos”. Acesso em: 12 out. 2023.

¹²⁶ VALENTE, Aminadab. *Op. cit.*, 1952, p. 35-37.

¹²⁷ Nascido em 1810 em São Miguel dos Campos, Alagoas, filho de pai nobre e de mãe descendente de holandeses, oriundo de família proprietária de engenhos, foi preso aos 14 anos juntamente com sua mãe por participar da Confederação do Equador, em 1824. Em 1831, concluiu seus estudos em humanidades na Faculdade de Olinda. Bacharelou-se em 1835 em ciências jurídicas e sociais. Doutorou-se na Universidade de Iena, na Alemanha, em 1837. Foi deputado provincial em Alagoas nos períodos de 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845. Foi presidente da Província em Alagoas no período da mudança do cofre, além de ser presidente também no ano de 1840. Já em 1844, foi oposição a Tavares Bastos na disputa entre *lisos e cabeludos*. Em 1842, foi Ministro residente no Uruguai, além de deputado geral, presidente das Províncias de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul entre 1841 e 1855. Também foi senador por Alagoas até a queda do Império, em 1889. Em 1888, foi nomeado Visconde, além de muitas outras atividades desempenhadas no cenário político nacional. Cf. COSTA, Craveiro. *O Visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937, p. 23-43. Cf. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Sinimbu”. Acesso em: 12 out. 2023.

manobra política, evitar que Silva Neves, então governador que acabara de renunciar, voltasse para Maceió, em vez de sair da Província para a Bahia.¹²⁸

Na sequência, Alagoas foi ocupada por tropas, que não encontraram resistência dos moradores da capital:

No dia 14 de novembro, ainda temeroso, chega a Alagoas e segue para Palácio onde dias passados estivera preso sem comunicação.

Agora sem mais protesto torna efetiva a transferência para Maceió da Tesouraria da Fazenda, do pessoal, do arquivo e do cofre.

A mudança do cofre foi feita com calma, sem protesto e o povo das Alagoas assistiu impassível e sereno o que se tornou um acontecimento histórico, porque o cofre representa toda repartição, seu pessoal e os dinheiros públicos.¹²⁹

Desse modo, colocou-se fim a uma querela que durava anos, tumultuada por boatos e articulações por parte dos moradores das duas vilas. A mudança do cofre representou, nesse sentido, um reforço que afirmava a “superioridade” e o “desenvolvimento” de Maceió frente à “antiga” e “ultrapassada” Alagoas. Após a transferência do cofre, restou apenas a confirmação da mudança por Lei. Esta foi sancionada no dia 8 de dezembro de 1839.¹³⁰ A sede do governo foi instalada em Maceió no dia 16 de dezembro de 1839.¹³¹ Estava findada a querela envolvendo as duas Vilas de Alagoas. Ou não?

Outros historiadores se debruçaram sobre esse tema e teceram suas considerações a respeito da mudança da capital. Theodyr Augusto realizou uma abordagem histórica no processo. Entre os destaques de sua obra, o autor chamou atenção para o fato de que no século XIX o país passava por mudanças oriundas da Abertura dos Portos, que, com os seus múltiplos significados, lançou as bases para o estabelecimento do sistema liberal econômico.¹³² Com a abertura do comércio e a presença de ingleses na região, percebeu-se que estes buscavam muito mais os trabalhos voltados à atividade mercantil. Nesse aspecto, Maceió oferecia mais vantagens do que a então capital:

Apesar de ter sido Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, localidade que depois passou a denominar-se vila das Alagoas, o centro político e administrativo da

¹²⁸ VALENTE, Aminadab. *Op. cit.*, 1952, p. 37-38.

¹²⁹ *Ibid.*, 1952, p. 44.

¹³⁰ *Ibid.*, 1952, p. 50.

¹³¹ *Ibid.*, 1952, p. 56.

¹³² MATTOS, Renato de. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local*, v. 9, n. 17, p. 473-505, 2017, p. 479. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2145-132X2017000100473&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 13 out. 2023.

Capitania, Maceió oferecia, pela proximidade de seu ancoradouro, o de Jaraguá e pela privilegiada situação topográfica, perspectivas maiores que os demais lugares, para os que a procuravam para estabelecer-se em função da atividade mercantil.¹³³

Assim, Maceió se desenvolvia em contradição com a cidade das Alagoas. Enquanto a última era ligada aos engenhos e às práticas rurais, a primeira estava mais conectada ao surgimento de uma classe comerciante urbana, fruto da entrada dos produtos ingleses no país. Com relação à presença dos britânicos na Vila de Maceió, o autor destacou que

Não temos conhecimento de sua quantidade na terra alagoana porque os levantamentos realizados nessa época não computavam os estrangeiros.

É provável que tenham atingido um montante significativo, haja vista a ideia de construção de um cemitério para os membros de sua Igreja Episcopal em Jaraguá, em um terreno adquirido por seu governo em 1825.¹³⁴

Com a chegada dos ingleses, os cemitérios específicos para esses grupos foram comuns no Brasil, devido às práticas de ritos fúnebres estarem associadas à Igreja Católica, e esses professarem uma fé protestante. Assim, caso não houvesse cemitérios específicos para os grupos renegados pela Igreja, suas práticas fúnebres não seriam respeitadas.¹³⁵

Para Theodyr Augusto, uma das principais consequências da transferência da capital foi a estagnação das Alagoas, uma vez que os servidores da Província fixaram residência em Maceió, e conseqüentemente contribuíram para o declínio da vida social na antiga capital.¹³⁶ Em relação aos problemas que permeavam as Alagoas e tornavam difícil a manutenção de seu posto como capital, o autor elencou: a) pouca área para o crescimento urbano; b) falta de vias de comunicação terrestre; c) distância entre a cidade e o litoral.¹³⁷ Todas essas condições, desfavoráveis para Alagoas, eram favoráveis para Maceió. Além disso, foi identificada a participação da então burguesia comerciante residente em Maceió, visto que, para esse grupo, especificamente, a proximidade da Alfândega facilitava consideravelmente seu cotidiano:

Notamos que foi forte o empenho dos negociantes ingleses no burgo, no sentido de que se mantivesse a alfândega ali a fim de continuarem a realizar suas transações, próximo de um ancoradouro como o de Jaraguá. Além deles, era intuito também de

¹³³ BARROS, Theodyr Augusto. *O processo de mudança de capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica 1819 – 1859*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 1991, p. 34.

¹³⁴ BARROS, Theodyr Augusto. *Op. cit.*, 1991, p. 56.

¹³⁵ CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios Protestantes: marcas de um outro sagrado em uma outra terra. *Fazendo Gênero*, n. 9, 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276648276_ARQUIVO_ArtigoElisianaTrilhaCastro.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

¹³⁶ BARROS, Theodyr Augusto. *Op. cit.*, 1991, p. 122.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 134.

diversos Presidentes de Província que se conservasse a citada instituição da Fazenda Geral no mencionado ancoradouro.¹³⁸

Moreno Brandão também dedicou algumas páginas à mudança da capital; descreveu também, assim como os outros, os caminhos legais e as ameaças de revolta popular nas Alagoas. Com um discurso penoso, como os demais, o historiador declarou que “Nenhum protesto parecia dever assinalar mais o abandono em que ficava a pobre cidade, depreciada com um tão grande desamor, depois de uma vida oficialmente ruidosa”.¹³⁹

Brandão mencionou que houve uma tentativa de desfazer a decisão de Silva Neves no governo de Sinimbú, mas que ocorreu intimidação por parte dos habitantes de Maceió:

Porém, Silva Neves deixando o poder em janeiro de 1840, e governando o Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, alguns deputados alagoanos que formavam a maioria da Assembleia procuraram reaver para sua pequena pátria a categoria que lhe fora arrebatada.

E como previssem que a reação dos maceioenses seria sangrenta, conforme era de esperar pelos cartéis cheios de ameaças que apareceram um dia pregados às esquinas, dissolveu-se, apresentando como pretexto para assim proceder não poder a Assembleia funcionar na casa em que se achava e era indecente, acanhada e inconstitucional, discutindo-se ainda a legalidade do ato entre a presidência e a Assembleia.

O ponto designado para o funcionamento da assembleia fora o consistório da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.¹⁴⁰

As fontes que possam comprovar ou indicar que essas ameaças existiram não foram mencionadas, o que cabe destacar – e que chama bastante atenção, inclusive, é que os deputados, temendo as tais ameaças, teriam utilizado como desculpa para evitar a reunião, o local definido em Maceió para as reuniões da Assembleia: o consistório da Igreja do Rosário. Percebe-se, assim, que na nova capital ainda perdurariam os limites confusos entre a Igreja e a vida política, relação que sofreu mudanças ao longo do século XIX. Apesar da recusa dos deputados a participar da reunião na igreja, o fato é que o local ficou definido como o ponto de encontro dos deputados.

Craveiro Costa, ao analisar a situação política e econômica da Cidade das Alagoas, aponta para o fato de a capital não atender mais às demandas da Província, mostrando-se limitada:

¹³⁸ BARROS, Theodyr Augusto. *Op. cit.*, 1991, p. 136.

¹³⁹ BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas seguido de O Baixo de São Francisco: o rio e o vale*. Maceió: Edufal, 2015, p. 135.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 135.

Alagoas se entregara aos desregramentos da politicagem, fazendo a política de discórdias, vivendo da política exaltada dos grupelhos, na incompreensão das necessidades econômicas da província.

Sentia, de resto, sua decadência e para não rematá-la com o desmoronamento da sua supremacia política, levantou-se de armas na mão para [sic.] obstar a mudança da Tesouraria de Fazenda de Maceió.¹⁴¹

Entre os autores trabalhados até agora, exceção feita a Theodyr Augusto, Craveiro Costa parece ser um dos poucos que alegou em sua escrita que Alagoas não conseguiria acompanhar a província como capital, pois seu ritmo de crescimento e urbanização em relação a Maceió era demasiado lento. As outras narrativas demonstram, em maior ou menor grau, certo saudosismo e ressentimento com a mudança da capital.

Seguindo com o olhar de Craveiro Costa, é importante destacar que o autor, apesar de reconhecer que a mudança seria praticamente “inevitável”, responsabilizou o governador pelo tumulto que se formou na cidade. Além disso, trouxe mais detalhes sobre o nível de “desordem social” que se instalou na então capital:

Pode dar-se a Silva Neves a responsabilidade destas ocorrências exatamente pela sua intransigência, não quando a bernarda explodiu, tendo à sua frente o major Mendes da Fonseca; mas quando o povo lhe representou um desejo razoável – a sustação do cumprimento da ordem até que a câmara levasse sua reclamação ao poder competente. Essa atitude é que fez Tavares Bastos perder o apromo das suas responsabilidades, arengando à multidão censuras ásperas ao presidente.

Com a desordem na rua, a multidão invadindo os quarteis e a soldadesca sublevada, é que a transigência não era possível. O presidente foi inflexível. Sem elementos para restabelecer a ordem e sua autoridade, coacto pela tropa dentro do palácio do governo, Silva Neves, aceitou os fatos como eles se apresentavam na sua inexorabilidade e virulência – ficou prisioneiro da tropa.¹⁴²

Na conjectura de Costa, os transtornos causados pela multidão inconformada seriam evitáveis, caso o governador tivesse acatado o pedido da população alagoana. Mas resta questionar, também, se a elite agrária e política da então capital permitiria que a situação se desenrolasse sem maiores transtornos para o governador, dada a possibilidade de perda de prestígio político na província.

Ignorando datas referentes às leis que provocaram as mudanças de capital, Jayme de Altavila, parecendo abusar um pouco de certa “licença poética”, alegou que Maceió virou capital ainda em 1818:

¹⁴¹ COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. 3. ed. Maceió: Editora do CESMAC: EDuneal, 2020, p. 163.

¹⁴² *Ibid.*, p. 164-165.

Pode-se dizer que a Capital da Capitania e depois Província das Alagôas, passou a ser em Maceió desde o dia em que o primeiro governador Francisco de Mello e Póvoas, neto do Marquez de Pombal, saltou no porto de Jaraguá, aos 27 de dezembro de 1818. Mello Póvoas, homem de espirito lucido e de acção, mal tomou posse de seu cargo na veneranda cidade das Alagôas, [...] retornou á pequena e aprasivel Villa de Maceió, onde começou imediatamente a trabalhar: [...] ¹⁴³

Luana Teixeira também apontou o desenvolvimento do capitalismo, fruto da Revolução Industrial que lançava suas bases na província no período apontado. ¹⁴⁴ A autora foi além dos apontamentos feitos por Theodyr Augusto a respeito da comunidade comercial inglesa, pois os aprofundou com base em documentação e análise mais detalhada:

A transformação sócio-política no sentido de favorecer o crescimento econômico de uma classe “capitalista”, nos termos da época, é uma das características desse processo. Nesse sentido, Maceió foi uma cidade fundada e sustentada por sua posição comercial e por seu porto, e, portanto, seu desenvolvimento estava diretamente relacionado ao comércio marítimo. Impulsionada pelos interesses comerciais, administrativos e políticos do Império, desde 1839 a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor tocava a capital alagoana, recém alçada àquele posto. ¹⁴⁵

Algumas questões não foram bem resolvidas entre os defensores de ambas as regiões, e muito tempo depois ainda houve debates nos jornais de Alagoas. No periódico *Gutenberg*, lê-se a seguinte publicação, escrita a pedido de Leão Tavares Bastos, sobrinho de Tavares Bastos, envolvido na revolta contra a mudança do cofre:

«Lendo, hontem, a *A Tribuna* de domingo, deparei na Historia de Alagoas, que o illustre sr. Pedro Nolasco Maciel descreve, uma affirmativa infiel.

S. s. referindo-se á mudança da capital de Alagôas da velha cidade para *Maceió*, declarou que o meu tio sr. Conselheiro José Tavares Bastos, promoveu uma revolução por se achar *despeitado* com o governo, devido á sua nomeação para juiz de Villa Nova.

Naquelles tempos os homens tinham idéaes sem visar o interesse pessoal.

A mudança da capital trazia ao povo de Alagoas serios prejuizos, o que fez a massa se levantar. Por isso o conselheiro Tavaees [sic.] Bastos collocou-se ao lado de seus conterraneos, não olhando sacrificios e protestou contra a violencia do acto, pelo qual o povo se levantava.

Obrigue-se, S. s., em homenagem á vigorosa personalidade do Conselheiro José Tavares Bastos, a emprestar-lhe tão somente brios que lhe eram peculiares e não sentimentos que elle nunca alimentou.

¹⁴³ ALTAVILA, Jayme. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: Typographia Alagoana, 1933, p. 39.

¹⁴⁴ Fenômeno histórico que trata das transformações nas técnicas produtivas, iniciadas na Inglaterra e parte da Escócia no século XVIII. Cf. SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. *Op. cit.*, 2014, p. 370-373.

¹⁴⁵ TEIXEIRA, Luana. *Negócios da escravidão em Alagoas: o comércio interprovincial de escravos em Maceió e Penedo (1842-1881)*. Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017, p. 47.

Percebe-se, assim, que em 1908, cerca de 69 anos após o episódio que envolveu José Tavares Bastos no centro das disputas sobre a transferência do cofre, restou ainda a disputa narrativa sobre suas reais intenções, ao tentar articular a resistência dos habitantes das Alagoas contra a mudança. Claro que, sendo sobrinho de Tavares Bastos e carregando seu nome, Leão Marinho certamente viu-se na obrigação de ofertar aos leitores um ponto de vista mais brando quanto às ações de seu tio.

No ano de 1850, *O Correio Maceioense* deu sequência às suas publicações intituladas *Notas históricas acerca das administrações desta Província das Alagoas desde a sua criação*. Em sua publicação, a seção trouxe um resumo dos governos de *Agostinho da Silva Neves*, que governou a Província de abril de 1838 a janeiro de 1840, e de *João Lins Vieira Cansação do Sinimbu*, que a governou de janeiro a julho de 1840. Sobre o breve governo de Sinimbu, o jornal traz uma nota interessante a respeito da então recente mudança da capital: “Aconteceu durante a presidencia do Dr. Cansação, que tendo de reunir-se em sessão ordinaria (a 3 de maio de 1840) a Assembleia Provincial eleita, cuja maioria reprovava a recente mudança da capital, mas não tinha o apoio do presidente para um regresso; [...]”.¹⁴⁷ Inclusive, segundo Aminadab Valente, a pressa pela publicação da Lei n. 11, que criou a nova capital, pode ser explicada pela posse da nova Assembleia, que tentaria travar o processo de transferência da capital.¹⁴⁸

Em 1914, a *Revista Comercial e Agrícola das Alagoas*, ao publicar um artigo com informações sobre os vales do Sumaúma, Jetituba e Coruripe, destacou o estado de decadência da cidade das Alagoas: “Compunge-nos o coração ver o estado de decadencia da bella cidade, que seria uma das mais ricas do paiz, se não fora a impolitica transferencia da capital.”¹⁴⁹ É claro o tom de exagero da revista ao reclamar a “injustiça” sofrida pela cidade das Alagoas, mas convém refletir que o discurso em uma revista agrícola pudesse ver com desdém o desenvolvimento de Maceió, localidade com um desenvolvimento urbano maior. Um tom parecido foi adotado na *Revista Comercial das Alagoas*, periódico que se intitulava *dos interesses das classes comerciais e industriais do Estado*. Em comemoração ao aniversário de

¹⁴⁶ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ano XXVIII, n. 240, 1908, p. 2.

¹⁴⁷ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Correio Maceioense*, Maceió, ano I, n. 22, 1850, p. 3.

¹⁴⁸ VALENTE, Aminadab. *Op. cit*, 1952, p. 44-45.

¹⁴⁹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Revista Comercial e Agrícola das Alagoas*, Maceió, ano 3, n. 6, 1914, p. 15.

um ano do governo de *Clodoaldo da Fonseca*, relembrou a trajetória da família Fonseca e também criticou a mudança da capital:

Por ocasião da impatriótica transferencia da capital para esta cidade, que retardou o nosso progresso por mais de meio seculo, tomou ainda parte activa no movimento politico, estando ao lado da boa causa, pugnando pela felicidade da provincia que lhe foi berço, esse homem energico e patriota, que, sendo major de exercito, não duvidou sacrificar sua carreira militar e a tranquillidade da familia no cumprimento dos deveres cívicos.¹⁵⁰

O trecho específico se refere a Manoel Mendes da Fonseca, então capitão do exército nacional e avô do governador. É interessante como mais uma vez o tom de crítica foi associado à transferência. Dessa vez, a definiram como “impatriótica”. O que chama atenção, contudo, é que, apesar de a revista intitular-se como comercial, há também a menção, na mesma página na qual se festeja o primeiro ano de Clodoaldo da Fonseca, a afirmação “Dedicada aos interesses do **Commercio, Industria e Lavoira**” [grifo do autor]. A probabilidade de haver grupos ligados à agricultura explica os lamentos e as acusações sobre a mudança da capital.

Assim, percebe-se que a transferência do cofre da Tesouraria e consequente transferência da capital foram processos que envolveram as populações de Maceió e de Alagoas, e que esses foram fortemente conflituosos, tanto para a população que se envolvia nas discussões quanto para a elite política da Província. Estiveram ligados a um aparente esgotamento da Cidade das Alagoas frente às novas demandas que surgiam, em uma Província que passava por transformações de ordem econômica e material. As disputas em torno da memória desses eventos perduraram por muitos anos depois, e seguem sendo revisadas pela historiografia contemporânea até os tempos atuais.

3.2 – Aspectos econômicos

Com relação à formação econômica da região das Alagoas, convém ressaltar um breve histórico sobre a formação econômica do Brasil. Como colônia de exploração, via de regra, o território foi submetido aos interesses portugueses por meio da economia agroexportadora. Assim, havia demandas portuguesas que precisavam ser atendidas, e o papel reservado ao ultramar era supri-las, por meio do fornecimento do pau-brasil, açúcar produzido nos engenhos,

¹⁵⁰ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Revista Comercial das Alagoas*, Maceió, ano 2, n. 5, 1913, p. 5.

plântio de algodão ou café ou mineração de metais preciosos (principal motivação para as colonizações do século XVI). Sobre o cultivo de açúcar no Brasil, Celso Furtado declarou que

Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto.¹⁵¹

Como se sabe, esse sistema econômico estava fundamentalmente baseado na exploração das populações indígenas e africanas, por meio da escravização.¹⁵² A presente pesquisa investiga, em grande parte, uma das muitas consequências advindas também do sistema herdado das bases econômicas do país. Muito se discutiu sobre os efeitos desse sistema não só no Brasil, mas também na América Latina de forma geral. O modelo econômico imposto pelas metrópoles europeias, comumente, é apontado por economistas como um dos principais motivos para o atraso econômico e subdesenvolvimento dessas populações:

Na quase totalidade dos países subdesenvolvidos a maioria da população vive de atividades agrícolas. Demais, longe de ser uma *atividade econômica*, a agricultura constitui a base da organização social e política. O grau de monetização e comercialização do conjunto das atividades econômicas, o sistema de crédito, a repartição da renda, o tamanho da família e a natureza das relações familiares, o grau de urbanização e a forma dos aglomerados urbanos, o grau de mobilidade social e a forma de estruturação do sistema de poder, enfim tudo está ligado ao regime de propriedade dos recursos naturais (terra e água) e à forma de apropriação do excedente agrícola, isto é, da parte do produto agrícola que não é consumida diretamente nas unidades produtivas.¹⁵³

Percebe-se que, seguindo o ritmo implementado por Portugal, Alagoas (que no século XVI ainda era parte de Pernambuco) foi fortemente explorada na agricultura e na pecuária. Já no século XIX, a província também foi produtora do algodão. Sob esses parâmetros, a região cumpria seu papel de agroexportadora. Obviamente que para todas as regras existem exceções, e em relação à leitura dos ciclos econômicos no Brasil atualmente se sabe que, paralelamente às atividades econômicas hegemônicas, houve mercados que garantiram o abastecimento interno da população quanto aos produtos de necessidades básicas. Segundo Francisco Carlos Teixeira, “Mesmo os mercados mais distantes, ao sul da Bahia, recebem a carne-seca do Ceará,

¹⁵¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 31.

¹⁵² *Ibid.*, p. 35.

¹⁵³ FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 157.

bem como o abastecimento de naus e tropas, o comércio atlântico, constituir-se-iam rapidamente em mercados cativos”.¹⁵⁴

Em relação ao território de Alagoas, Cícero Péricles destacou as atividades econômicas desempenhadas por cada parte dos núcleos de povoamento:

Vencida a presença francesa e consolidada a expulsão dos índios, começava a distribuição das terras mediante a doação de sesmarias e a implantação dos primeiros engenhos de açúcar. Nesse período, algumas atividades econômicas surgem no espaço alagoano. Na parte norte, os engenhos vão se estabelecendo próximos aos rios que desembocam no litoral. Ao lado da cana, a pecuária espalhava-se pelos vales dos rios litorâneos da zona da mata, avançando, depois, pelas margens do São Francisco. Na parte sul, a principal atividade econômica foi a criação de animais, seguida da produção de farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, destinada a abastecer o maior núcleo urbano da capitania e os engenhos, localizados em torno de Olinda e Recife.¹⁵⁵

Assim, seguindo a análise de Cícero Péricles, Santa Madalena da Lagoa do Sul (mais tarde, cidade das Alagoas) foi uma região onde houve as atividades do plantio de cana-de-açúcar, além da pecuária, visto que sua localização central e tão próxima à zona da mata facilitaria o desenvolvimento de ambas as atividades.

Um marco importante para o desenvolvimento econômico da região foi também a invasão holandesa. Segundo historiadores e economistas que discutem o desenvolvimento da região, o período marcou o território por meio de uma “desorganização” da vida econômica, que crescia desde os primórdios da colonização:

E esses efeitos refletiram-se na economia local, prejudicando a agricultura da cana-de-açúcar que começava nas Alagoas a ampliar-se em bases sólidas. Entre os engenhos incendiados, contam-se que os que em 1636 os holandeses destruíram: dois de Cristóvão Botelho, um de Bartolomeu Lins, outro de Rodrigo de Barros Pimentel, outro de Cristóvão Dias Delgado. Do relatório de Walbeeck e Moucheron, de 1643, consta que Domingos Rodrigues de Azevedo estava preparando madeira para reparar o engenho; faltavam-lhe a casa da moenda e a roda d’água.¹⁵⁶

Assim, uma região que dependia fundamentalmente do cultivo da cana-de-açúcar, dada suas características econômicas, viu-se privada de sua principal fonte de economia, quando holandeses, visando dominar a região, atearam fogo em diversos engenhos. Além disso, o Quilombo dos Palmares foi mencionado como uma organização que travou a expansão

¹⁵⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1997, p. 146. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>. Acesso em: 22 out. 2023.

¹⁵⁵ CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. Ed. Maceió: Edufal, 2015, p. 13.

¹⁵⁶ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006, p. 105.

portuguesa para os sertões,¹⁵⁷ o que, conseqüentemente, também prejudicou a expansão da economia portuguesa que se praticava na região.¹⁵⁸

Quanto aos primeiros registros da ocupação do território que viria a ser a Cidade das Alagoas, Manuel Diégues Júnior conseguiu mapear as doações de terra que levaram a criação de engenhos:

O papel que coube a Diogo Soares da Cunha na região da Madalena, foi, em parte, o mesmo que a Cristóvão Lins coube no norte, isto é, o de repartir as terras, fundar engenhos de açúcar, levantar vila, etc. É o que se deduz de uma concessão de terra, feita em 1611, a Manoel Antônio Duro. Na escritura, Henrique, de Carvalho, na qualidade de procurador de Diogo Soares, diz que este diz que este “lhe dava poder para repartir algumas terras pelos moradores” e adiante registra que a concessão é feita para que o doado faça “uma casa de sobrado coberta de telha na dita povoação do dito Diogo Soares e seu filho, sita em Subauma e isto dentro de um anno.”¹⁵⁹

Existe ainda o registro de uma doação mais antiga, dada a Diogo Melo e Castro, datada do ano de 1591.¹⁶⁰ É entendido, no entanto, que somente a partir de Diogo Soares da Cunha iniciou-se efetivamente a colonização do território, com a criação de engenhos e de concessão de terras a seus aliados.

Para no século XVIII, Cícero Pércles destacou a importância da exploração das matas das Alagoas para a fabricação de embarcações. O autor menciona, ainda, que havia uma “indústria” naval no território, com estaleiros no Jaraguá, Barra de São Miguel, Jequiá, Pajuçara e Porto do Francês. Ali foram construídas sumacas, fragatas e outros tipos de embarcações.¹⁶¹ Ainda no século XVIII, no ano de 1706, Alagoas foi reconhecida como Comarca, com sede na Vila das Alagoas. Uma das justificativas utilizadas pelo governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, foi o crescimento populacional e a expansão econômica do território. Assim, fazia-se necessário dividir o território para melhor governar:

O desenvolvimento da população vinculada à atividade canavieira tinha se expandido desde o norte até o centro do território, demandando a criação de mecanismos mais próximos da administração central. Por outro lado, a desordem social e a violência eram intensas, numa sociedade que tinha passado pela experiência da guerra contra os

¹⁵⁷ Entende-se como sertão as áreas ainda não exploradas do território. Segundo Hermann, era um “Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. Trazia, porém, o risco das forças destrutivas da ‘natureza rebelada’: onças, tigres...”. Cf. HERMANN, Jacqueline. Sertão. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 528-529.

¹⁵⁸ CARVALHO, Cícero Pércles de. *Op. cit.*, 2015, p. 21.

¹⁵⁹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Op. cit.*, 2006, p. 67.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Diogo Melo e Castro”. Acesso em: 22 out. 2023.

¹⁶¹ CARVALHO, Cícero Pércles de. *Op. cit.*, 2015, p. 37.

indígenas, lutado na invasão holandesa e contra o Quilombo dos Palmares, necessitando da presença mais forte do Estado português.

No entanto, a efetivação prática dessa decisão real de outubro de 1706 somente ocorreu anos depois, em 1711, com a nomeação de José da Cunha Soares para o cargo de Ouvidor-Geral, função que assumiu em maio de 1712.¹⁶²

Interessante é perceber que em 1706 o temor de “desordem social” no território era utilizado como justificativa para uma maior presença governamental, conforme destacou Cícero Péricles. Mesmo após a criação da Comarca, e após o desmembramento do território de Pernambuco, quando Alagoas passou a ser reconhecida como Província, essa desconfiança ainda existia em relação à população mais pobre. Danilo Luiz Marques observou, no século XIX, discurso semelhante sobre a população:

Da forma como Alagoas era descrita por delegados e chefes de polícia, parecia que a província era um celeiro de crimes, “coute de malfeitores” e escravizados insubmissos. Em 20 de novembro de 1880, o delegado do termo de Traipú comunicou à secretaria de polícia de Maceió o “estado de anarquia” daquela vila e pediu que seu destacamento fosse completado. Já no dia 2 de setembro de 1880 foram recolhidos à cadeia de Maceió sete escravizados do engenho Satuba, propriedade da firma comercial Felix Bandeira Coutinho. Presos pelo tenente da polícia Laurindo Bandeira de Mello, eram acusados de estar se preparando “para levantar-se contra o administrador do mesmo engenho conforme fora nesta repartição por ele denunciado e requeridas as providências”.¹⁶³

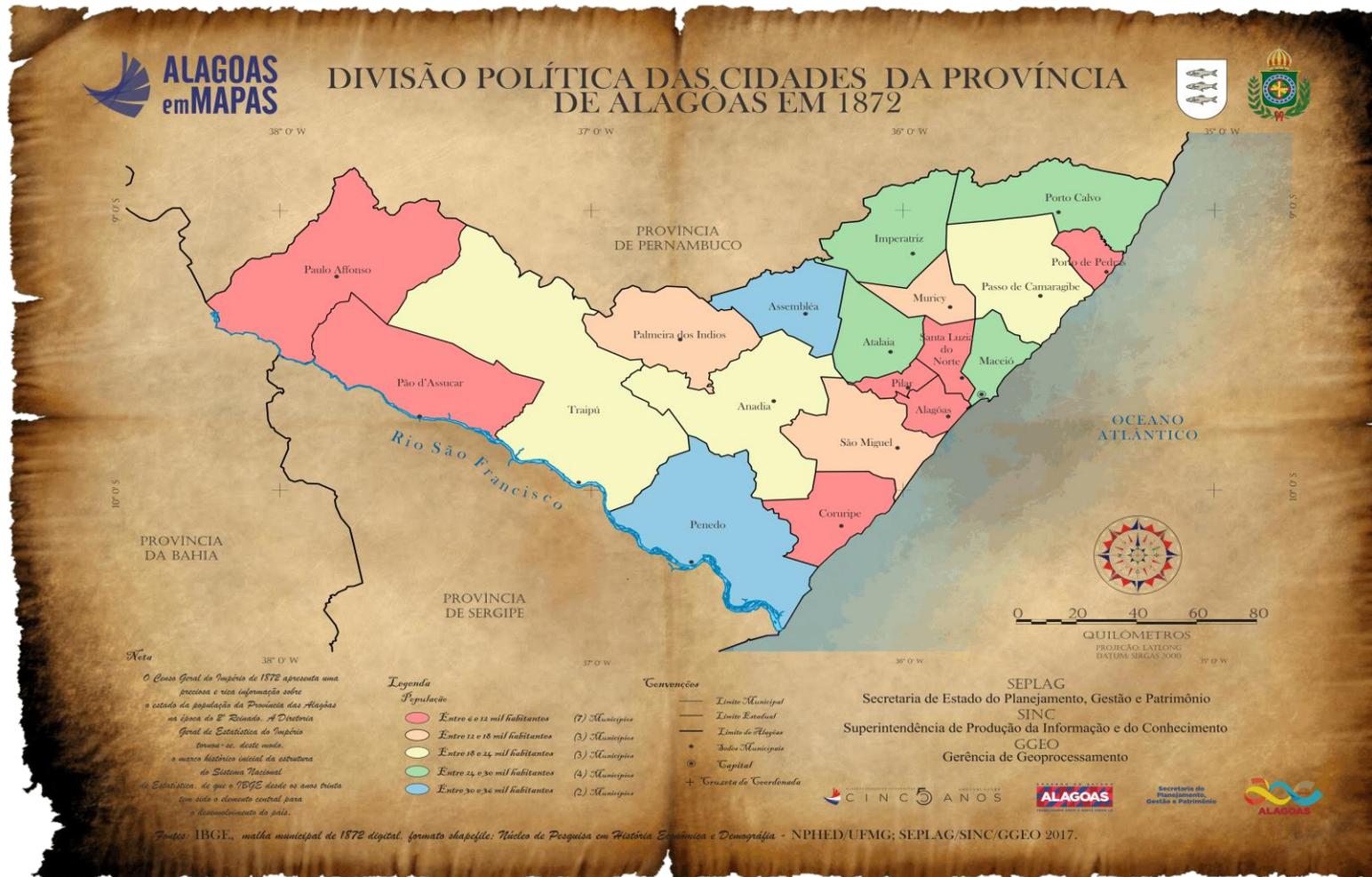
O século XIX também trouxe problemas de ordem social ao território. Centralizados em Pernambuco, os acontecimentos mais marcantes que afetaram Alagoas foram a *Revolução Pernambucana*, em 1817, a *Confederação do Equador*, de 1824, e a *Revolução Praieira*, de 1848. Além desses movimentos, também repercutiram na recém-reconhecida província o *Mata-Marinheiro*, de 1822 e 1831, o *Ronco da Abelha*, ocorrido entre 1851 e 1852, o *Quebra-Quilos*, entre 1874 e 1875, e a *Guerra dos Cabanos*, de 1832 a 1850.¹⁶⁴ O território também cresceu com o reconhecimento de outras vilas. Em 1872, assim se organizava o território:

¹⁶² CARVALHO, Cícero Péricles de. *Op. cit.*, 2015, p. 109-110.

¹⁶³ MARQUES, Danilo Luiz. *Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista*. São Paulo: e-Manuscrito, 2020, p. 410.

¹⁶⁴ CARVALHO, Cícero Péricles de. *Op. cit.*, 2015, p. 145.

Mapa 1 - Divisão política das cidades da Província de Alagoas em 1872¹⁶⁵



¹⁶⁵ DIVISÃO POLÍTICA DAS CIDADES DA PROVÍNCIA DE ALAGÔAS EM 1872. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/tl/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/323b9a53-16d8-45e5-b34a-ad5db74b1df5>. Acesso em: 22 out. 2023.

Percebe-se, assim, o avanço administrativo pelo qual o território passou: de três regiões principais de povoamento para uma área mais detalhadamente dividida. Com relação à economia, é importante destacar que, além dos fatores mencionados, com a abertura dos portos a partir da chegada da família real no Brasil, viu-se uma abertura da economia para o capital inglês. Com isso, foram construídas estradas de ferro no país, e em Alagoas não foi diferente. Em 1881, foi inaugurada a ferrovia Piranhas-Jatobá, que interligava Médio e Baixo São Francisco, e em 1884 a ferrovia Maceió – Imperatriz conectava os vales do Mundaú e do Paraíba.¹⁶⁶

Para ter uma ideia da situação econômica no século XIX, convém destacar o número de engenhos registrados, tanto em Alagoas como em Maceió, no Almanaque do Estado (1891). Nesse ano, para o município foram incluídos 33 engenhos na lista: a saber, *Amizade, Ascaris, Aurora, Bamburral, Cachoeira do Mirim, Canôas* (dois engenhos de mesmo nome), *Cantinho, Duas Boccas, Engenho Velho, Fazenda, Flôr do Bosque, Genipapo, Golandim, Incendiado, Jussára, Lagôa Vermelha, Latas, Mariopolis, Milagres, Piabinha, Ponte Grande, Pratagy da Praia, Pratagy Grande, Rio do Meio, Rio Prata, Santa Rita, S. Bento, S. Cypriano, S. Francisco, Serra d'Água, Trapiche e Tres Boccas*.¹⁶⁷ Já a freguesia de Alagoas contava com um total de 28 engenhos, sendo eles *Bento Moreira, Cafundó, Cobra, Congó, Cumbe, Engenho Velho, Fazendinha, Flôr da Sumaúma, Galhofa, Gororoba, Gurganema, Horisonte, Hortelã, Ilha do Porto, Lama, Linda Vista, Manguinho, Novo Manguaba, Oiteiro, Pontal, Prata, Praturaes, Riacho Branco, S. Bento, S. Caetano, Santa Catharina, Sumaúma e Tijuco*.¹⁶⁸

Com relação a comércio e indústria, o Almanaque destacou a inexistência de indústrias nas Alagoas, bem como um comércio “acanhado”. No documento, alegou-se que a cidade contava com 20.000 almas:

É resumido e ainda muito acanhado o commercio, que se limita a umas poucas casas, que adiante mencionaremos, de vender fazendas, miudezas, generos da estiva. Quanto as industrias, nenhuma existe digna de menção, exceptuada a da pesca, que é feita nas aguas da lagôa, por meio de redes e tarrafas, curraes, caiçaras e outras armadilhas, e nisso consiste a profissão habitual e diaria do proletariado da cidade, da margem da lagôa a canaes.¹⁶⁹

¹⁶⁶ CARVALHO, Cícero Pércles de. *Op. cit.*, 2015, p. 158.

¹⁶⁷ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 216-217.

¹⁶⁸ *Ibid.*, 1891, p. 231-232.

¹⁶⁹ *Ibid.*, 1891, p. 220-221.

Quanto à capital, que na época contava com 36.000 almas, o mesmo periódico afirmou: “Commercio – O de importação e exportação é feito directamente com diversas praças estrangeiras pelo porto de Jaraguá e também com as principais praças do paiz, especialmente Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro”.¹⁷⁰

Percebe-se, assim, que mesmo com mais comércio e vida urbana, Maceió também passava a frente das Alagoas na quantidade de engenhos. Alagoas configurava-se como uma localidade que já não atendia as demandas das novas dinâmicas econômicas e sociais do século XIX. Pelo menos, não como capital da província; é o que se pode concluir por enquanto.

3.3 – Aspectos religiosos

No presente tópico, pretende-se fazer indicações sobre os caminhos que a pesquisa historiográfica tomou a respeito dos aspectos religiosos na Cidade das Alagoas. Sabe-se que a religião está interligada com diversos fatores, como a política, a cultura e mesmo a economia de uma região. A compreensão do fenômeno religioso auxilia, assim, no entendimento de outras dimensões da sociedade. Espera-se que esse debate ajude a elucidar um pouco mais as questões sobre a Cidade das Alagoas, onde funcionava a Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios.

Os primeiros pontos de povoamento do território que mais tarde foi reconhecido como a Província das Alagoas foram três: 1) no Litoral Norte, em Porto Calvo; 2) no centro do Litoral, nas Alagoas; 3) no Sul, em Penedo.¹⁷¹ Por questões óbvias, aqui abordar-se-ão apenas as questões referentes às religiosidades na região central, que tinha como foco de povoamento Santa Madalena da Lagoa do Sul, que mais tarde foi reconhecida como Alagoas.

Álvaro Queiroz destacou a presença dos carmelitas no centro da costa alagoana entre os séculos XVII e XVIII. Segundo o autor,

Com relação à presença e atuação dos religiosos do Carmo na região do complexo lagunar Mundaú-Manguaba, existem algumas referências em documentos, antigos livros e trabalhos publicados nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, tais como o de Dias Cabral e Pedro Paulino da Fonseca. Porém, não existem registros, nesta área, de ação missionária entre os alagoíndios de nenhum dos ramos da Ordem Religiosa de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Portanto, a sua participação neste ciclo litorâneo fica circunscrita ao que já foi anteriormente relatado.¹⁷²

¹⁷⁰ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 123-126.

¹⁷¹ QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a história da igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015, p. 35.

¹⁷² QUEIROZ, Álvaro. *Op. cit.*, 2015, p. 43-44.

Em suas observações, Queiroz também comentou sobre a presença dos franciscanos na atual Alagoas. Contudo, seus apontamentos a respeito da presença desse grupo no território citam principalmente a região norte, com foco em Porto Calvo, e uma rápida menção à Pilar, região mais próxima à Cidade das Alagoas. Inclusive, os franciscanos construíram um convento na região central do território, datado do século XVII. O convento foi estudado por Ana Cláudia Vasconcellos, sob o ponto de vista arquitetônico, e entre os principais objetivos de sua pesquisa está a relação da construção e dos franciscanos com a natureza. No histórico do convento levantado pela autora, por exemplo, a chegada dos franciscanos no território tem relações com a ocupação holandesa no Nordeste.¹⁷³ Conforme destacou Vasconcellos:

Em agosto de 1635, frades franciscanos entraram em Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, junto com uma comitiva fugida dos holandeses. Enquanto a maior parte deles seguiu viagem em direção à Bahia, um grupo menor permaneceu no lugar, incluindo o custódio Frei Cosme de São Damião, e para seu abrigo, levantou, em caráter provisório, uma choupana, feita de palha e ramagem. [...] Tendo sido preso pelos holandeses, não deu mais notícias o que levou os frades que haviam ficado no povoado a se deslocarem para a Bahia abandonando o abrigo.¹⁷⁴

Ou seja, mesmo com a ocupação dos franciscanos mais ao norte do território, durante o período holandês, alguns deles chegaram à região central. Alguns anos mais tarde, em 1684, foi colocada a pedra fundamental de construção do convento.¹⁷⁵ De forma geral, a autora defende que o convento foi construído em interação com a paisagem, como com a Lagoa Manguaba, além da interação com a própria população das Alagoas. Sua trajetória passou por adaptações que o transformaram também, em 1984, no Museu de Arte Sacra da cidade.

Vasconcellos também analisou a relação entre a morte e a paisagem urbana a partir do contexto religioso. Sua análise diz respeito à atual Marechal Deodoro, mas convém destacar as relações que a autora instituiu entre a morte e o Convento de Santa Maria Madalena:

Nessa perspectiva, a priori, o Convento de Santa Maria Madalena, foi eleito como o lugar privilegiado na cultura funerária. Afinal, a Ordem dos Menores inspira uma relação especial com esse tema, uma vez que a perspectiva de finitude da vida corporal opera na vida dos frades a partir de uma visão de familiaridade de tal forma que nenhuma outra entidade religiosa faz.

¹⁷³ MACHADO, Janderson Clayton F. O despertar do Recife no Brasil Holandês. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 4, n. 7, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/752>. Acesso em: 15 out. 2023.

¹⁷⁴ MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. *Frades, artistas, filósofos: o Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje*. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005, p. 57.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 60.

[...] Tratar separadamente do Convento, não apenas sob o viés da materialidade, mas, sobretudo, pela força com que conduziu as questões funerárias no ambiente urbano, permitiu reconhecer sua importância como agente privilegiado dessa cultura, atuando decisivamente na formação da mentalidade do lugar.¹⁷⁶

Assim, além de se constituir como espaço destinado ao convento e às missas, a morte integrava os múltiplos significados do convento para a população das Alagoas, e quando se leva o período de sua construção em consideração, antes do surgimento dos cemitérios como locais específicos para os enterramentos. Esse processo se deu a partir da disseminação do discurso higienista, aliado aos problemas decorrentes dos enterros em igrejas, assim os cemitérios públicos foram se multiplicando ao longo da segunda metade do século XIX.¹⁷⁷

Quanto às divisões paroquiais, Álvaro Queiroz chamou atenção para a intersecção entre os poderes civil e eclesiástico: “Mormente nas Alagoas a Freguesia era a unidade primária da organização social, não só eclesiástica, mas também política.”¹⁷⁸ Na região das Alagoas do Sul, a freguesia era a de *Nossa Senhora da Conceição*. Segundo o autor, desconhece-se a data de sua ereção, porém a Paróquia já existia no ano de 1633. Na sede da freguesia existiam duas casas religiosas: uma era o Hospício do Carmo da Observância e a outra o Convento Franciscano de Santa Maria Madalena, que foi comentado anteriormente. Em cerca de 1777, a Freguesia tinha 4.899 pessoas e 10 engenhos. Além disso, possuía 6 capelas filiais e 4 igrejas na sede: a *Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, a de *Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*, a de *Nossa Senhora do Amparo* e a do *Senhor Jesus do Bom Fim*. Em 1871, a população da Freguesia contava com 16.380 habitantes, entre estes 12.695 livres e 3.685 escravizados.¹⁷⁹

Esses dados são importantes, e, no caso específico da presente pesquisa, merece mais destaque a informação da existência de uma Igreja voltada a Nossa Senhora do Rosário em 1777. Não se sabe ao certo de qual igreja se trata, visto que é sabido que na Vila das Alagoas havia três voltadas à devoção de Nossa Senhora do Rosário.¹⁸⁰ Contudo, no século XVIII, essa devoção já tinha força na Vila, de forma tal que era suficiente para a construção de uma igreja. Também se pode questionar se a construção dessa igreja foi fruto de uma irmandade religiosa. Assim, fortalece-se a perspectiva de um caráter tradicional na devoção ao rosário no século XIX na Cidade das Alagoas.

¹⁷⁶ MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. *Igrejas, conventos, cemitérios: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas*. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018, p. 283-284.

¹⁷⁷ ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. *Op. cit.*, 2019.

¹⁷⁸ QUEIROZ, Álvaro. *Op. cit.* Maceió: Edufal, 2015, p. 89.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 92-93.

¹⁸⁰ ALVES, Fabianne Nayra Santos. *Op. cit.*, 2018. p. 66.

Além do catolicismo, verificou-se que no território das Alagoas houve a presença de outras crenças religiosas. É inegável que como a colonização do território era feita em conjunto com a Igreja Católica a documentação produzida pelos agentes portugueses privilegiou as ações e informações referentes ao catolicismo. Contudo, nenhuma crença hegemônica abarca a totalidade de uma população, e no caso específico do território hoje conhecido como Alagoas as pesquisas realizadas revelaram um cotidiano bastante diversificado e distante da unidade difundida pelo discurso colonizador oficial.

Álvaro Queiroz apontou para a presença dos protestantes em Alagoas, com a chegada dos holandeses. Com uma colonização católica em andamento, os holandeses aproveitaram os espaços dedicados à fé e os ressignificaram:

Entre as igrejas estruturadas com seus próprios consistórios estavam as de Porto Calvo e a do Forte Maurício no rio de S. Francisco, em Penedo. E dentre as congregações figurava a de Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro). Portanto, consoante as informações de Schalkwijk, no território alagoano, o cristianismo reformado contava com duas igrejas – Porto Calvo e Penedo – e uma congregação – Alagoas do Sul.

Ainda segundo o historiador neerlandês, os cristãos reformados adaptaram os templos católicos já existentes nas terras alagoanas para servirem aos ofícios religiosos da sua Igreja, como aconteceu, por exemplo, com a Matriz de N. Sra. Da Apresentação de Porto Calvo.¹⁸¹

Mais importantes ainda foram as manifestações religiosas ligadas ao culto de africanos e indígenas que habitavam a região. Entretanto, a repressão imposta pelo sistema colonial dificultou a criação de documentos que mencionassem tais práticas, o que pesa até hoje na historiografia, visto que, entre diversos fatores, os silenciamentos também são produzidos pela falta de fontes que tornem viável o trabalho dos historiadores. Contudo, pode-se fazer pelo menos uma inferência para as Alagoas com base na historiografia produzida.

Abelardo Duarte analisou a presença de uma pequena comunidade de malês em Penedo, no foco de povoamento mais ao sul do território. O curioso é que, como um dos três pontos de povoamento, o território foi marcado fortemente pela presença da Igreja. Assim, o cotidiano desses muçulmanos deveria carregar uma série de *negações* da sociedade colonial de então: a racial, a da condição de escravizado, a social, a religiosa, entre outras possibilidades. Apesar de um grupo pequeno, Duarte chamou atenção para a ortodoxia do grupo:

Não eram os negros muçulmanos do Penedo numerosos; porém ortodoxos. Impressionavam não pelo número, mas pelo credo religioso. Seguiam o Islão nas suas práticas religiosas. Até quase findar o período do cativo ainda mantinham certas

¹⁸¹ QUEIROZ, Álvaro. *Op. cit.* Maceió: Edufal, 2015, p. 149-150.

dessas práticas; ainda realizavam a sua Festa dos Mortos e ainda seguiam muita coisa do ritual dos do seu grupo.¹⁸²

Na historiografia nacional, o grupo ficou conhecido pela Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, e que foi, principalmente, analisada por João José Reis.¹⁸³ Ocorrida em 1835, a Revolta dos Malês foi marcada pela tomada das ruas de Salvador pelos escravizados.¹⁸⁴ O movimento foi fortemente reprimido pelo poder imperial:

A rebelião aconteceu num momento de expansão do islã entre os africanos que viviam na Bahia. Não sabemos exatamente se ela foi uma consequência natural, um episódio culminante dessa expansão, ou se a busca de novos adeptos à religião já seria parte de um plano de ruptura com a ordem. Acreditamos que tenha havido um pouco das duas coisas. O sucesso dos malês em constituir uma comunidade religiosa relativamente coesa e atraente deve ter inspirado idéias de ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo poder dominante, idéias de revolta que, uma vez amadurecidas, levaram os líderes a pensar também no aumento das bases muçulmanas como uma estratégia específica de tomada do poder.¹⁸⁵

Vinte e um anos antes, em 1814, houve uma revolta em Salvador, e os “revoltosos que conseguiram escapar teriam fugido para Sergipe e Alagoas e conspirado, no sentido de dar continuidade a seus projetos de liberdade.”¹⁸⁶ Já no território de Alagoas, em 1815, houve uma tentativa de revolta atribuída aos malês. O movimento foi reprimido na Cidade das Alagoas, contudo, segundo Abelardo Duarte, a então capital da comarca não era a cabeça do movimento, e sim Penedo, de onde saíram as ordens para a organização. Em uma conexão maior, o autor infere que a grande líder do movimento seria a Bahia, apontando para uma rede maior de comunicação dos malês no país. Segundo ele, a revolta ocorreria no Natal de 1815.¹⁸⁷ O responsável por organizar as forças de repressão ao movimento foi o Ouvidor da Comarca Antônio Batalha. Segundo Danilo Luiz Marques,

O ouvidor Batalha relatou ter sido informado, no dia 12 de julho, de 1815, de que na comarca de Alagoas “os escravos negros seduzidos por alguns que se escaparam da sedição da Cidade da Bahia se pretendiam sublevar”. Assim ao descobrirem os planos dessa revolta, as autoridades se articularam e tomaram algumas providências, como a solicitação da colaboração de autoridades civis e militares e do auxílio de tropas formadas por cerca de 200 indígenas, as quais se juntaram às ordenanças e milícias.

¹⁸² DUARTE, Abelardo. *Negros muçulmanos nas Alagoas (os malês)*: memória. Maceió: Caeté, 1958, p. 36.

¹⁸³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁸⁴ REIS, João José. *Op. cit.*, 1986, p. 106.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 137.

¹⁸⁶ MARQUES, Danilo Luiz. *Op. cit.*, 2020.

¹⁸⁷ DUARTE, Abelardo. *Op. cit.*, 1958, p. 35.

A ideia era sufocar o levante antes que este reunisse um número maior de adeptos, o que evidenciava um grande medo da eclosão de uma revolta na região.¹⁸⁸

Aparentemente, Antônio Batalha não era uma pessoa muito chegada a revoltas, fossem elas de qualquer natureza. Obviamente, como ouvidor, seu posicionamento contra os escravizados é mais que evidente, visto quais questões estavam em jogo numa revolta protagonizada por escravizados. Contudo, mais tarde, em 1817, quando ainda ocupava o cargo de ouvidor, foi ele um dos grandes fiéis à Coroa, quando ocorreu a Revolução Pernambucana. Revolta burguesa ou malê não lhe interessava, se isso lhe distanciasse do Rio de Janeiro e de Dom João VI.

Analisando o século XIX e o cenário religioso da Cidade das Alagoas, numa proximidade temporal mais contemporânea, a existência da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, é interessante chamar atenção para o que os Almanques alegavam sobre a situação da população e a religião de forma geral: por volta de 1880, Alagoas contava com 3 povoados, a saber: 1) *Alagoas*, com 1.000 fogos e 5.800 habitantes; 2) povoação de *Taperaçuá*, com 100 fogos e 1.500 habitantes, além de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Bonfim; e 3) *Santa Rita*, contando com 50 fogos, 1.250 habitantes e uma “pequena capella” de Santa Rita.¹⁸⁹ Assim, segundo os dados, a cidade tinha, por volta de 1880, aproximadamente 1.150 fogos,¹⁹⁰ com um total de 8.550 habitantes. Para uma análise comparativa, e como a querela entre a antiga e nova capital foi debatida aqui, Maceió contava, à mesma época, com 9 povoados, 3.301 fogos (aproximadamente) e população total de 19.761 habitantes.¹⁹¹ Percebe-se, assim, que a diferença de habitantes entre as duas localidades era discrepante, e o número de fogos e moradores da antiga capital era mais um demonstrativo de seu “declínio” na segunda metade do século XIX.

As revoltas ocorridas no território ao longo do século XIX já foram ressaltadas, e convém destacar a participação da Igreja Católica nas negociações ocorridas em torno do fim da Guerra dos Cabanos, ocorrida entre 1832 e 1850. De forma geral, o movimento buscava, no

¹⁸⁸ MARQUES, Danilo Luiz. *Op. cit.*, 2020, p. 75.

¹⁸⁹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1873 a 1880*, Maceió, 1880, p. 82.

¹⁹⁰ Nome comumente dado a unidade familiar. Cf. MARCILIO, Maria Luiza. Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 131-143, dez. 1972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143266>. Acesso em: 15 out. 2023.

¹⁹¹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1873 a 1880*, Maceió, 1880, p. 81-82.

início, a restauração da monarquia, propondo a volta de D. Pedro I ao trono.¹⁹² Contudo, com o passar do tempo, ganhou contornos populares, e os revoltosos, formados por indígenas, escravizados e população das classes mais baixas, passaram a lutar pela posse de terras e libertação da população escravizada.¹⁹³ A empreitada do bispo Dom João da Purificação Marques Perdigão, ao visitar as terras ao sul de Pernambuco, fora acompanhada pelo Cônego Domingos José da Silva, que na época era vigário de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul.¹⁹⁴ Tal embate entre o governo e os revoltosos, intermediado pela Igreja Católica, é útil para refletir sobre os múltiplos papéis que a Igreja assumia na sociedade. Em situações de revolta, ela poderia surgir como mantenedora da ordem.

Em relação às Igrejas, o Almanaque de 1880 trouxe os seguintes dados:

Convento de S. Francisco, orago Santa Maria Magdalena; é um edificio antigo porém de solida construcção. Contigua ao convento está a igreja pertencente á respectiva Ordem 3.^a, cujo orago é S. Francisco.

Convento do Carmo, situado em um dos mais bellos e pittorescos pontos de vista; annexa está a igreja da Ordem 3.^a do Carmo. O orago tanto do convento como da igreja é Nossa Senhora do Carmo.

Matriz, é uma antiga igreja, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição.

Amparo, tem por orago Nossa Senhora do Amparo.

Rosario, que tem por orago Nossa Senhora do Rosário.

S. Felix, é uma capellinha erecta na rua mesmo nome.

A um quarto de legua da cidade fica a povoação de Taperaguá, onde existe um templo edificada [sic.] ha mais de 100 anos sob a invocação do Senhor do Bom-Fim.¹⁹⁵

Nos Almanques de 1891 e 1894, algumas informações estão mais completas, principalmente no tocante às irmandades religiosas das Alagoas. Em 1891, a informação do Almanaque é que existiam cerca de 20 mil almas na Cidade. Contudo, até a data da publicação, o novo recenseamento não estava concluído.¹⁹⁶ Em relação às igrejas, as listadas na década de 90 do século XIX são as mesmas, exceto pela “capellinha” de S. Felix. A essas, acrescenta-se na lista a capela de *Nossa Senhora das Dores*, a capela de *Santa Rita de Cássia*, na ilha de Santa Rita, a capela de *Santa Cruz*, no “Taboleiro”, a de *Nossa Senhora de Guadalupe* no engenho Lama e a de *São Caetano*, no engenho de mesmo nome.¹⁹⁷

¹⁹² NUNES, Márcio Manuel Machado. *A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFAL, Maceió, 2016, p. 34-35.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 35.

¹⁹⁴ LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do tombo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 361.

¹⁹⁵ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1873 a 1880*, Maceió, 1880, p. 170.

¹⁹⁶ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 220.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 220.

Quanto às irmandades, as listadas foram: a do *Santíssimo Sacramento*, de *Nossa Senhora da Conceição*, a do *Senhor Bom Jesus dos Martyrios*, de *Nossa Senhora do Rosário*, de *Nossa Senhora do Amparo*, a de *São Benedito*, a de *Nossa Senhora do Carmo* (ordem 3ª), do *Senhor do Bomfim* e de *Nossa Senhora das Dores*.¹⁹⁸ Interessante é notar que junto à informação das irmandades que funcionavam na Cidade estavam os cargos de mesa e seus ocupantes. Contudo, todas as irmandades tinham no máximo dois cargos de mesa informados. Tal situação pode ter se dado por uma ausência de membros que ocupassem esses espaços, deixando-os vagos. Esse pode ter sido um dos efeitos do esvaziamento das irmandades religiosas no fim do século XIX, a partir do surgimento de novas sociabilidades, conforme comentado. Outra possibilidade é a de que as informações tenham sido enviadas para publicação de forma incompleta, contudo essa hipótese é improvável. O que interessa para o caso estudado, primeiramente, é a informação de que a associação continuava funcionando na Igreja de Nossa Senhora do Rosário; além disso, na mesa regedora constituída nos Martyrios, apenas um cargo fora informado para o Almanaque: o de tesoureiro, ocupado na época por Ananias Emiliano de Andrade Guerra.¹⁹⁹ É possível encontrar no livro de entrada os dados do então tesoureiro, e nele consta que sua entrada se deu no ano de 1863, e seus anuais foram pagos até 1881. Além disso, Ananias residia no Pilar e era solteiro.²⁰⁰

A partir dos dados, percebe-se as limitações que o registro impõe à análise. Ananias Emiliano não permaneceu na Irmandade até o ano de 1881, visto que o ano de sua atividade como tesoureiro é 1891. Pode ser, ainda, que ele tenha saído da Irmandade e retornado para ocupar um cargo específico por falta de pessoas com uma base mínima educacional, questão básica para ocupar um cargo de registro tão importante em uma irmandade quanto o de tesoureiro. Ademais, os registros das demais irmandades seguem um padrão parecido, algumas informam apenas o nome do tesoureiro, ou juiz e tesoureiro, ou ainda provedor e tesoureiro.

Para se ter uma clareza maior dessas informações, as irmandades da capital, Maceió, informaram, em sua maioria, quatro cargos de mesa: o de juiz, escrivão/secretário, tesoureiro e procurador. Em alguns casos há a função/cargo e o campo para o nome dos ocupantes está em branco.²⁰¹ É o caso, por exemplo, da Irmandade de São Benedito de Maceió, que não tem nome

¹⁹⁸ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 229-230.

¹⁹⁹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 229.

²⁰⁰ LIVRO de entrada de irmãos da Irmandade Bom Jesus dos Martyrios, 1845 a 1900. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, armário 7, caixa 69. p. 2.

²⁰¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 182-183.

informado para o cargo de juiz.²⁰² Assim, é pouco provável que as irmandades das Alagoas tenham repassado as informações incompletas, o que sugere que as informações do Almanaque são um forte indicativo de associações religiosas esgotadas, apesar do crescimento do número de igrejas, considerando o aumento entre a edição de 1880 e 1891. Provavelmente, com o número cada vez mais reduzido de irmãos ocupando cargos nas mesas, houve também cada vez menos atividades relacionadas às irmandades religiosas, e essa perspectiva mostra que ao fim do século XIX essas irmandades enfrentavam uma “morte gradual”.

Apesar de serem mais raras as notícias sobre festas religiosas na Cidade das Alagoas, algumas podem ser consultadas nos periódicos de Maceió. A respeito dessa raridade, importa questionar se a pouca quantidade de notícias advém da pouca atividade religiosa nas Alagoas, fruto de um esvaziamento das irmandades religiosas, ou se para os jornais de Maceió não era relevante noticiar atividades religiosas da cidade. Sobre essa última hipótese, cabe ainda ressaltar que a rivalidade criada com a mudança da capital pode ter reforçado esse fator.

N’*O Orbe*, em 1900, lê-se a seguinte notícia:

FESTA DE S. JOSÉ

Da velha cidade das Alagoas nos escrevem:

«Cheia de consolação foi a festa do Glorioso Patriarcha São José, a qual realisou-se no convento de São Francisco, erecto n’esta freguesia começando no dia 1.º do Março findo.

Sem que se poupe o illustrado snr. vigario padre Americo Vasco em promover o bem espiritual de seus parochia nos [sic.], ao que é assas conducente, qualquer que seja o seu estado de saude, solemnisou todas as novenas com canticos religiosos e acompanhamento do harmonium, prestando-se para isso diversas devotas que tambem se encarregaram nem só da ornamentação do altar em que sobressahia a riquissima imagem de São José, como tambem da aquisição de esmolas para maior esplendor de tão salutar devoção.

[...]

Teve lugar a ultima ladainha ás sete horas da noite, tendo recebido a comunhão, durante o mez, cerca de seis centos catholicos.

Outro sim, por parte do Apostolado do Santissimo Coração de Jesus e dos confrades da Sociedade de São Vicente, o Carnaval n’este anno passou-se n’esta freguezia no recolhimento e na adoração ao Santissimo Sacramento que conservou-se exposto durante tres respectivos dias.²⁰³

A notícia demarca o convento de São Francisco como um ponto importante no cotidiano da cidade. Contudo, outras notícias abordaram nos anos finais do século XIX um estado

²⁰² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1891, p. 182.

²⁰³ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Orbe*, Maceió, ano XXII, 1900, p. 3.

deteriorado do convento. Em 1899, o *Gutenberg* publicou na primeira página uma impressão da leitura do periódico *O Vigilante*, de Pilar. Apesar de o periódico estar disponível na hemeroteca, há poucas edições, e o ano de 1899 não está disponível para consulta. Na capa, lê-se a referência não só ao valor religioso, mas também arquitetônico e artístico do convento:

Parece ser lastimavel o estado de abandono em que se encontra agora o outr'ora magnifico convento de S. Francisco, na velha cidade de Alagoas.

Lemos no *Vigilante*, do Pilar uma publicação que sobre ruina do alludido convento faz o revm. sr. padre Francisco Maria que n'esse artigo appella para o erudicto frei Camillo Lellis, superior da Ordem de S. Francisco, e hoje residente em Penedo.

Predio que atesta não só a fé religiosa em que se abrazaram os nossos antepassados, como tambem o florescimento das artes na antiga capital do Estado, alli acham-se verdadeiros primores de architectura, de talhe, de briquetaria, de pintura e mais obras de esthetica e de valor incomparaveis.

Vale a pena volver olhospiedosos [sic.] para aquelle monumento.²⁰⁴

Infelizmente, pela inviabilidade do acesso à publicação d'*O Vigilante*, não há como saber mais detalhes da publicação; se ela se referia, necessariamente, ao convento ou também à igreja de mesmo nome. Nota-se, ainda, o tom utilizado para se referir à antiga capital: a *velha cidade*.

Ainda no século XIX, refletindo sobre as relações entre a Igreja Católica e o poder civil, Lydio Rossiter Neto destacou os conflitos ocorridos entre as duas instituições no contexto da epidemia de cólera, que então assolava a província. Em meio ao aumento do número de mortes, uma disputa entre o Vigário das Alagoas, Padre Domingos José da Silva, as autoridades civis e o guardião do Convento de São Francisco, o vigário alegou ao vice-presidente da província que o guardião do convento teria ordenado um sepultamento de uma mulher, mesmo após as proibições de enterramentos nas igrejas.²⁰⁵ Tal embate entre os poderes civis e eclesiásticos também traz questões de ordem maior que tomavam novas formas no século XIX, como o problema dos enterros. O caso em questão também evidencia a importância do convento não apenas para o cotidiano de missas e procissões da cidade, mas também para questões da morte da população local.

²⁰⁴ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ano XVIII, 1899, p. 1.

²⁰⁵ ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. *Op. cit.*, 2019, p. 51.

4 – As irmandades do Bom Jesus dos Martyrios e do Rosário a partir de seus compromissos

4.1 – O Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios

A devoção ao Senhor Bom Jesus dos Martyrios carrega um longo histórico não só no Brasil, mas no catolicismo português de forma geral. Aliás, o martírio tem um papel fundamental na teologia cristã, pois sem o sofrimento e o sacrifício toda a base da fé perderia o sentido:

Após o martírio original, aquele primeiro exemplo foi seguido pelos seus apóstolos e por muitos outros de seus seguidores dos primeiros séculos. O relato em torno da paixão de Cristo tornou-se o paradigma de uma morte santa, reforçado pelos acontecimentos nos séculos posteriores, de recorrentes perseguições, que produziram centenas de narrativas de sofrimento, torturas e mortes violentas em nome da fé, espalhadas por todo o território do Império Romano, na Europa, Ásia Menor e norte da África. Repetindo a trajetória de Cristo, o sofrimento destes mártires teria servido de exemplo para as nascentes comunidades cristãs.²⁰⁶

Riolando Azzi abordou a importância do projeto colonizador na inserção do *Bom Jesus Sofredor* na América portuguesa. Assim, destacou a relevância que as etapas concernentes à *Paixão de Cristo* possuíam na colonização lusitana, como o forte apelo popular que a devoção carregava.²⁰⁷

O Bom Jesus era cultuado tanto em oratórios domésticos, como em cruzeiros e vias-sacras erigidos em lugar de destaque perto ou mesmo dentro de vilas e cidades coloniais. Com frequência a devoção era incrementada através de confrarias e irmandades, cujos membros se encarregavam da construção da capela ou ermida, bem como zelavam pela manutenção e pelo brilho de suas festas. Nesse tipo de organização religiosa atuavam principalmente os homens, e só paulatinamente as mulheres foram abrindo espaço para a sua presença.²⁰⁸

Deste modo, a Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas não estava isolada historicamente, pois fazia parte de uma rede muito mais ampla, que ultrapassava os limites provinciais e até mesmo do ultramar, levando em consideração o entendimento do que era o Brasil no período proposto.

²⁰⁶ CYMBALISTA, Renato. *Op. cit.*, 2010, p. 44.

²⁰⁷ AZZI, Riolando. Do bom Jesus sofredor ao Cristo libertador. *Perspectiva Teológica*, v. 18, n. 45, p. 215-233, 1986, p. 218. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1821>. Acesso em: 7 abr. 2022.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 217.

Mesmo em Alagoas, a irmandade não foi a única a portar o Bom Jesus como orago. Já foram apontadas anteriormente as questões de mais destaque sobre a Irmandade dos Martyrios de Maceió. Para iniciar a análise sobre a confraria do Bom Jesus dos Martyrios das Alagoas propriamente dita, é importante observar o que está disposto em seu compromisso. Nesse aspecto, leva-se em consideração que os compromissos funcionavam como uma carta regulamentadora das associações religiosas e continham aspectos gerais de sua composição do ponto de vista formal. Eles determinavam, por exemplo, quanto custavam as despesas dos associados, qual o perfil racial do grupo, seu santo protetor etc. Muitos aspectos cotidianos escapavam a esse documento, portanto é impossível ter um diagnóstico amplo de como funcionavam as associações levando em consideração apenas seus compromissos. Infelizmente, esses são a grande maioria das fontes sobre as irmandades religiosas em Alagoas, o que limita, em certo aspecto, as análises desenvolvidas sobre esses espaços.

Para que um compromisso fosse aprovado, era necessária a anuência civil e religiosa, o que reforçava a estrutura do Padroado Régio, no qual a Igreja estava legalmente submetida aos domínios do poder imperial.²⁰⁹ Isso significa que o imperador, além de deliberar sobre as questões civis, também controlava as principais decisões referentes à Igreja Católica, que até então era legalmente considerada a religião oficial do Império.²¹⁰ Por si só, esse sistema levou a muitos desentendimentos sobre quais seriam os limites do Padroado, principalmente no embate entre ultramontanos e regalistas.²¹¹ A regulamentação do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas foi aprovada no âmbito civil em 1861, pela Resolução n. 376 de 20 de julho. No âmbito religioso, sua aprovação se deu em 19 de maio de 1860, pelo bispo de Olinda, Dom Frei João da Purificação Marques Perdigão. Apesar de emancipada do território de Pernambuco em 16 de setembro de 1817, a província de Alagoas ainda estava ligada à Diocese de Olinda eclesiasticamente, o que submetia o território às aprovações do bispado olindense. Essa situação só mudou a partir da criação do bispado de Alagoas, ocorrida em 1900.²¹²

A estrutura do compromisso analisado é dividida em 8 capítulos e 39 artigos.²¹³ A seguir, será feita a análise de cada capítulo para uma melhor compreensão do como essa confraria se organizava formalmente. Antes do primeiro capítulo, o compromisso ressalta que

²⁰⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Op. cit.*, 2015, p. 47-90.

²¹⁰ BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil*. Art. 5. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

²¹¹ GOMES, César Leandro Santos. “Deus Guarde Vossa Excelência”: o clero católico, ultramontanismo e regalismo na Província de Alagoas (1838-1861). In *Quaestionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, ano III, n. 3, 2018, p. 4-44.

²¹² NUNES, Márcio Manuel Machado. *Op. cit.*, 2016.

²¹³ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, 1872.

A irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da cidade das Alagoas tem por fim constituir uma associação religiosa dedicada ao culto de Deus e de sua Mãe Maria Santissima. Para que ella sustente esse divino culto e dê a conhecer o amor, respeito e adoração que devemos consagrar ao nosso Creador. E para que se perpetue uma tão pia devoção, tem assentado fixar para seu regimento as regras seguintes.²¹⁴

Um aspecto fundamental contido no documento merece destaque: a Irmandade dos Martyrios da cidade das Alagoas não possuía templo próprio, e os associados utilizavam o espaço cedido pela Irmandade do Rosário. Um apontamento relevante para o problema em questão é que esse relacionamento entre diferentes associações no mesmo templo era algo comum. Lucilene Reginaldo, analisando as irmandades africanas e crioulas na Bahia setecentista, destacou que

A maioria destas confrarias não possuía templo próprio, estando assim alocadas em igrejas seculares e conventos das ordens religiosas. A igreja do Colégio de Jesus abrigou diversas irmandades, entre elas a confraria do Corpo de Deus, que congregava os cidadãos e moradores mais respeitosos da cidade [...]²¹⁵

Marcelo Mac Cord também ressaltou essa característica nas associações do Recife. O autor apontou que

Este tipo de agremiação permeava toda a composição social da cidade, representando algum tipo de interesse e grupo social. Elas alojavam seus santos pelos altares das igrejas e, certamente, esta distribuição espacial apontava sua importância e posicionamento na hierarquia coletiva. No altar principal encontramos o santo da igreja, cuidado com zelo pela respectiva irmandade. Já nos altares colaterais, em contrapartida, encontramos os santos de irmandades menos aquinhoadas.²¹⁶

A Irmandade dos Martyrios tinha uma estreita relação com a do Rosário da cidade das Alagoas. Geralmente, nessas relações entre os diferentes grupos, cobrava-se uma espécie de aluguel pelos altares laterais, o que também ajudava financeiramente o grupo proprietário do templo. Contudo, o compromisso do Senhor Bom Jesus dos Martyrios estabeleceu no capítulo VIII, que trata das *Disposições geraes*, artigo 38, que

²¹⁴ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, 1872, p. 31.

²¹⁵ REGINALDO, Lucilene, *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 60-61.

²¹⁶ CORD, Marcelo Mac. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife (1848-1872)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p. 37.

Como não haja igreja própria e a adorada imagem do nosso Protector se ache collocada na capella de Nossa Senhora do Rozario, fica da parte da nossa irmandade concorrer com o que for possível para limpeza e decencia da dita capella.²¹⁷

Dessa forma, o texto não menciona nenhum tipo de pagamento pelo uso do espaço, a não ser a contribuição com a limpeza e a decência do templo. Uma questão interessante é pensar nos vínculos e suas implicações entre as irmandades, pois a confraria do Rosário foi marcadamente um espaço de devoção dos cativos. João José Reis afirmou que

Em Salvador, os jejes mantinham, desde 1752, sua própria Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, que funcionava na igreja do Corpo Santo, na freguesia da Conceição da Praia. Os angolas se acomodavam em muitas irmandades – sobretudo as dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, as mais numerosas e disseminadas por todo o Brasil –, tendo sido provavelmente os primeiros a criarem confrarias, pois foram os primeiros africanos importados em massa para a Bahia.²¹⁸

Assim, um espaço constituído por cativos abrigava em sua capela um grupo que proibia a entrada dessas pessoas na associação. Essas relações, aparentemente contraditórias, eram constantes no Brasil e também no território de Alagoas. Deve-se levar ainda em consideração que o não aceite de escravizados do Bom Jesus dos Martyrios pode ser fruto de uma condição imposta pela Irmandade do Rosário, para que as associações não disputassem o mesmo segmento de fiéis. Outra perspectiva para a exclusão de escravizados do espaço pode residir nos “empecilhos” administrativos e sociais que o aceite destes poderia causar, como, por exemplo, as limitações de datas para os períodos festivos e a autorização dos senhores, visto que, de forma geral, os escravizados não tinham autonomia social para decidir efetivamente ingressar em uma irmandade, ao menos no aspecto formal. Os pagamentos de anuais, entradas e demais despesas eram geralmente acertados pelos senhores.²¹⁹ Contudo, é também admitido por historiadores que em casos específicos os escravizados arcassem com as próprias despesas, a exemplo dos escravos de ganho.²²⁰ O que se tem são hipóteses, que por falta de documentação específica não podem ser comprovadas, pelo menos no momento.

O capítulo I do compromisso aborda o perfil dos irmãos e suas obrigações. Composto por quatro artigos, esse capítulo contém aspectos relevantes sobre a aceitação de associados na confraria. O artigo 2º determina o perfil de pessoas que poderiam ser aceitas no espaço:

²¹⁷ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 239.

²¹⁸ REIS, João José. *Op. cit.*, 1996, p. 5.

²¹⁹ Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Livia Gomes sobre as irmandades de homens pretos em Maceió. Geralmente, essas condições eram exigidas em irmandades que aceitavam pessoas cativas. Cf. SILVA, Livia Gomes. *Op. cit.*, p. 39.

²²⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 15, p. 89-109, 1985.

Art. 2.º Esta irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios compôr-se-ha de todas as pessoas de ambos os sexos que forem livres e que professem a religião catholica, apostólica romana, e forem de reconhecida conducta moral e religiosa e tementes a Deus.²²¹

A partir do artigo, pode-se perceber uma exigência excludente para o acesso à associação: a condição de liberdade. Essa característica, por si só, impedia que parcelas expressivas da população conseguissem sequer ter o pedido de entrada considerado pelo grupo. Outro aspecto importante é a exigência da conduta moral, algo largamente solicitado por diferentes irmandades, principalmente para as mesas regedoras. A dicotomia entre inclusão e exclusão foi problematizada por Lucilene Reginaldo, que, ao analisar as irmandades de africanos e crioulos na Bahia do século XVIII, observou que os associados utilizavam mecanismos contidos em seus compromissos para impedir o acesso de um grupo africano/nação diverso de tomar o controle da confraria.²²² Desse modo, num parâmetro racial, as irmandades negras excluía a partir do princípio do controle como forma de afirmação de suas identidades e espaços de poder. Esse mecanismo poderia também ser utilizado nas associações de pardos. Sobre a exclusão nos espaços associativos, Reginaldo afirma ainda que

Nesse sentido, pode-se afirmar que a exclusão sem justificativa era um privilégio reservado aos brancos. Aos pretos e pardos, não era possível, por exemplo, recusar a entrada de brancos em suas irmandades. Podiam, isto sim, reservar a estes lugares específicos [...]²²³

A partir da problematização de Reginaldo, pode-se inferir que a exclusão por si só de escravizados aponta para um projeto de irmandade produzido por uma elite, ou de um grupo médio em ascensão, que produz a exclusão de terceiros, ao mesmo tempo que busca por elementos de diferenciação. Chama atenção a probabilidade de existência de tensões entre os dois grupos, visto que, ao não aceitar escravizados entre seus membros, o grupo do Bom Jesus dos Martyrios procurava afirmar-se de um ponto de vista hierárquico social diferenciado em relação aos pertencentes à Irmandade do Rosário, composta em sua maioria por cativos. Insubordinações diversas podem ter ocorrido nas relações entre ambas as irmandades, o que infelizmente não pode ser explorado por falta de documentação apropriada.

²²¹ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 231.

²²² REGINALDO, Lucilene. *Op. cit.*, 2011.

²²³ *Ibid.*, p. 159.

Na sequência, uma característica relevante sobre o aspecto formal do compromisso é destacada no texto:

Art. 3.º As pessoas, que já se acharem alistadas nesta irmandade antes do presente compromisso, serão consideradas como irmãos fundadores della e as que depois o pretenderem dirigirão á mesa seus requerimentos, os quaes serão decididos á maioria de votos, vencida a admissão. O secretário lavrará termo de entrada em livro competente, declarando sua idade, estado, residencia e profissão ou modo de vida.

O próprio texto do compromisso afirma que a associação funcionava antes do Compromisso aqui analisado, advindo do processo de aprovação civil e religiosa (nos anos de 1860 e 1861). Além disso, o livro de entrada tem registros a partir de 1845, o que indica um espaço temporal de pelo menos 15 anos entre os registros de entrada e a aprovação religiosa. Contudo, é pouco provável que uma irmandade funcionasse sem as devidas autorizações, o que leva a crer que o texto aqui analisado tenha sido fruto de um processo de reformulação. Para isso, torna-se necessário mencionar a chamada *Lei dos Entraves*, como ficou conhecida a Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860, que tomava “providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades”.²²⁴ A lei, decretada em 1860, afetava diretamente o funcionamento das irmandades, pois as obrigou a reformular seus Compromissos. Segundo David Lacerda:

A lei de 1860 fortaleceu, assim, as prerrogativas de intervenção do Estado na organização da vida econômica e do mercado interno no Brasil monárquico, mas também demonstrou o seu interesse em normatizar o funcionamento de associações civis de natureza diversa – como as de socorros mútuos.

A partir dessa conjuntura tornou-se obrigatória para essas entidades a escrita e o envio de um pedido de autorização e aprovação de estatutos junto ao governo que, caso julgasse conveniente, acionaria o Conselho de Estado a fim de viabilizar o funcionamento da sociedade requerente. O “círculo de suas operações” deveria ser prescrito “pelos seus estatutos”, e caso as associações fossem “dirigidas de um modo contrário às condições e regras estabelecidas por eles ou pela presente Lei”,⁸ poderiam sofrer multas que variavam dos 1:000 aos 5:000\$000 contos de réis.²²⁵

A relação entre o Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios e a *Lei dos Entraves* pode ser reforçada pelo ano de aprovação de ambos: 1860. Além disso, convém destacar que a aprovação do Compromisso da Irmandade do Rosário é do mesmo ano. Assim,

²²⁴ LEI nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm. Acesso em: 9 out. 2023.

²²⁵ LACERDA, David P. *Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. 2011. 220 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011, p. 17-18.

é plausível inferir que a Lei nº 1803 de 1860 tenha imposto uma nova realidade aos associados da Cidade das Alagoas, o que pode ter levado a própria Irmandade do Rosário a exigir de sua “locatária” a reformulação de seu compromisso, para a permanência da associação no templo. Evidentemente, uma irmandade regulada não queria problemas com a Justiça por conta de um grupo ocupante de seus altares laterais. Em 10 de novembro de 1860, o Ministro Silva Ferraz mandou executar o decreto 2.686, que determinou que, em um prazo de 60 dias, bancos, sociedades *de qualquer natureza* e companhias anônimas deveriam requerer autorização e aprovação de seus estatutos.²²⁶

Prosseguindo com a análise do compromisso, o primeiro capítulo preza ainda pela obrigatoriedade de aceite dos cargos por parte dos irmãos, da participação nos eventos da associação, e estabelece o pagamento de 2\$000 (dois mil réis) de entrada, assim como a contribuição anual de \$320 (trezentos e vinte réis). Apesar das diferenças monetárias, pode-se obter uma percepção de quanto valiam essas taxas. Observa-se, por exemplo, o preço de gêneros alimentícios de necessidades básicas, visto que no período ainda não havia a uniformização do salário mínimo. No jornal *Gutenberg*, em 1883, há uma nota interessante sobre a escalonada do preço de 10 litros da farinha de mandioca:

Os atravessadores e os fiscaes. – Nesses ultimos dias attingio a farinha de mandioca o preço de 1\$600 e 2\$000 réis por 10 litros, em nosso mercado.

A alta é extraordinária, porquanto ainda no dia 11 do corrente ella não tinha ido além de 1\$000 réis.²²⁷

Nesse sentido, o valor de entrada chegava a comprar 10 litros de farinha no ano de 1883, ainda que esse valor seja aproximado e não corresponda a uma projeção total do período. O valor do anual, de 320 réis, correspondia, nesse caso, a aproximadamente 1,5 litro de farinha de mandioca. Esses valores não se configuram como uma quantia impossível para as camadas mais populares, o que poderia garantir a entrada de parte delas, desde que não fossem cativos. Além disso, analisando dados da província de Pernambuco, os menores recebiam, no Arsenal de Guerra, 1/30 de quarta de farinha nas ceias de domingo, terça e quinta.²²⁸ Sabendo que a quarta de farinha equivalia a 20 litros, chega-se a uma porção aproximada de 600 gramas de farinha. Comparando os preços da notícia com a informação do Arsenal de Guerra, há um gasto

²²⁶ LACERDA, David P. *Op. cit.*, 2011, p. 18-19.

²²⁷ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ano IV, n. 35, p. 1.

²²⁸ ARQUIVO Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-12. fl. 291.

aproximado de 4\$000 réis por mês apenas com a farinha necessária para a ceia de cada menor. Evidentemente, esse seria o gasto aproximado para famílias que tivessem acesso a alimentação diariamente, e essa não era a realidade de todas elas.

Apesar do recorte da pesquisa ser de 55 anos e das inflações ocorridas com os preços dos produtos, a proposta com essas comparações é fornecer uma ideia aproximada dos valores de gêneros de necessidade básica em relação aos valores cobrados para entrada na irmandade. Com certeza, a importância de 2\$000 tinha um peso diferente comparando a década de 1860 com a de 1880. Também não se sabe se esses valores podem ter sido reajustados ao longo das décadas, ainda que informalmente, uma vez que as alterações oficiais nos compromissos poderiam significar um processo legal moroso.

Além dos valores de produtos básicos, havia os pagamentos das diárias de trabalhadores especializados. Com a falta de trabalhos que apontem para esses dados em Alagoas, pode-se expandir o olhar para províncias mais próximas, que é o caso de Pernambuco. Mac Cord chamou atenção para os valores pagos por diária em 1865: um oficial de pedreiro ganhava entre 1\$600,00 e 3\$000,00. Já oficiais de carpina recebiam entre 1\$600,00 e 3\$800,00, enquanto serventes ficavam entre \$800,00 e 1\$000,00.²²⁹ Embora as diárias fossem altas para os padrões da época,²³⁰ os dados permitem um vislumbre dos valores pagos a trabalhadores especializados. Obviamente, o cenário na Cidade das Alagoas deveria ser completamente distinto do de Recife, pois na década de 1860 Alagoas não era mais a capital da província, e Maceió fora escolhida como a nova capital também pelo dinamismo econômico diferenciado em relação à antiga.²³¹ Outro fator importante a considerar é que, provavelmente, não havia um trabalho diário garantido, mesmo para os especializados, o que aumentava a incerteza quanto à renda desses trabalhadores. Em 1887, um artigo em *O Gutenberg* atentava para o problema do vício nas loterias:

O pobre operário, cujo salario é de tres mil reis por dia, vê que se lhe torna mais difícil a lucha pelo seu lar, a mulher sem vestidos, os filhos doentes são outros tantos remorsos que o perseguem, e o desventurado só encontra uma salvação para os seus – a loteria! Aos vigesimos, succedem-se os vigesimos e, em pouco tempo, aquelle honesto operario é o mais desenfreado jogador!²³²

²²⁹ CORD, Marcelo Mac. *Andaimés, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. 377 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009, p. 256.

²³⁰ Ibid.

²³¹ VALENTE, Aminadab. *A mudança do cofre: acontecimentos históricos – ano de 1839*. Maceió: Imprensa Oficial, 1952, p. 26-27.

²³² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ano VI, n. 21, 1887, p. 2.

Apesar de generalizar o valor da diária dos operários, o texto menciona o baixo salário que dificultava a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Antes, em 1851, a *Parte Official* publicada n' *O Correio Maceioense* decretava o seguinte a respeito de obras na Levada:

Dito. – A' thesouraria provincial, dizendo-lhe que mande abonar d'ora em diante aos Indios que trabalham na obra da Levada a diaria de 600 rs., a que fica elevado o salario que percebem nos dias uteis; bem como ao administrador da referida obra Anolino Tavares de Macêdo, que accumula o trabalho de apontador, a gratificação de 50:000 rs. mensaes, que lhe deverá ser paga desde o dia 4 do corrente, em que d'ordem da presidencia entrou naquella administração.²³³

Assim, em 1851, indígenas que trabalhavam na Levada em Maceió recebiam um pagamento diário de \$600,00 (seiscentos réis). Percebe-se, assim, que para os que conseguiam trabalho com mais frequência o valor de entrada de 2\$000,00 era, de fato, baixo. Cabe reforçar que esse valor era pago uma única vez, restando após esse pagamento os valores dos anuais. Caso discrepante ocorria com os valores cobrados pela Mesa Regedora, e isso será tratado mais adiante.

4.1.1 – A mesa diretora masculina da irmandade dos Martyrios

O capítulo II do compromisso aborda as questões referentes à diretoria, suas eleições e atividades. Como se sabe, a constituição de uma mesa diretora era crucial para a estrutura das associações, e esse grupo deveria ter funções específicas conforme as eleições dos cargos disponíveis. De acordo com o compromisso, a irmandade teria “um juiz, um escrivão, um secretario, um thesoureiro, quatro procuradores e doze irmãos de mesa”²³⁴. O texto também determinava que todos os componentes de mesa teriam voto deliberativo, e que ela só poderia funcionar com pelo menos oito irmãos presentes, incluindo o juiz. O mais interessante é que no capítulo específico sobre a mesa diretora o texto não menciona nada sobre as associadas, tampouco sobre uma mesa específica de mulheres.

A data de eleições da mesa é determinada no artigo 6º: “No dia dois de Fevereiro de cada anno se reunirá a irmandade no consistório da Igreja de Nossa Senhora do Rosario, templo em que se acha collocado o Senhor Bom Jesus dos Martyrios, afim de se proceder á eleição da

²³³ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Correio Maceioense*, Maceió, série III, n. 75, 1851, p. 2.

²³⁴ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 232.

nova mesa.”²³⁵ O que chama atenção na data escolhida é que no mesmo dia se festeja o dia de *Iemanjá*. Segundo Tatiana Maria Damasceno,

A presença da devoção à Iemanjá é percebida pelo menos a partir do século XIX por testemunhos e investigações como as de Nina Rodrigues (1977) e Manuel Querino (1988). Diferente de outras festas que se voltam à celebração de algum santo católico, ela comemora uma divindade africana através de ritos e brincadeiras. Iemanjá é cultuada em diversas cidades brasileiras e do mundo.

Na Bahia Iemanjá é homenageada no dia 2 de Fevereiro. A maior festa acontece no bairro do Rio Vermelho em frente à colônia de pescadores, mas a Rainha das Águas também é reverenciada em outras regiões litorâneas da Bahia; no Município de Cachoeira em Santiago de Iguape; Praia de Buraquinho em Lauro Freitas; Amoreira em Itaparica; e Ilhéus. No Rio de Janeiro, em Copacabana, a festa acontece no final de dezembro. Geralmente três ou quatro dias antes da festa da passagem do ano (*réveillon*).²³⁶

A equivalência de datas entre festejos católicos e africanos foram fruto de uma hibridização cultural e religiosa, resultado das relações culturais conflituosas no contexto da dominação portuguesa sobre o Brasil. Em suma, as datas festivas para africanos ganhavam significados para os fiéis católicos, e vice-versa, ainda que não em um processo pacífico; ou seja, em última análise, essas trocas ocorreram sob uma lógica de dominação.²³⁷

Ainda sobre a mesa diretora, o compromisso estabelece as funções específicas de cada membro no capítulo V, intitulado *Dos empregados da irmandade*. O documento inicia descrevendo as funções atribuídas ao *juiz*, cargo de maior prestígio e poder dentro das associações religiosas. Segundo o texto, o juiz deveria ocupar o papel de presidente da mesa; convocá-la extraordinariamente; dirigir as festas, alocando os recursos necessários para isso; determinar os serviços necessários para a irmandade; marcar o tempo das sessões da mesa; acompanhar todos os atos religiosos com vara; apresentar para sua atual diretoria os candidatos a nova eleição; contribuir com a joia de 50 mil réis ou mais.²³⁸

O compromisso segue abordando a função do *capelão*, cargo não eletivo. O posto tratava-se de um serviço remunerado, segundo o próprio regimento. Suas obrigações seriam o acompanhamento da irmandade em todos os atos religiosos; a encomenda dos associados falecidos; rezar as missas; e fiscalizar a decência do culto. Os valores pagos ao capelão também

²³⁵ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 232.

²³⁶ DAMASCENO, Tatiana Maria. *Nas águas de Iemanjá: um estudo das práticas performativas no candomblé e na festa à beira-mar*. 235 fl. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Rio de Janeiro, 2015, p. 16-17.

²³⁷ BARBOSA, Wilson do Nascimento. A discriminação do negro como fato estruturador do poder. *Sankofa*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 71-103, 2009, p. 75. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88739>. Acesso em: 9 out. 2023.

²³⁸ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 235.

não são explicitados no regulamento.²³⁹ Sobre o convívio entre irmãos e clero, convém destacar que algumas vezes o cotidiano poderia ser bastante conflituoso, visto que os capelães eram pagos pelas associações, e os templos e grupos constituíam-se como espaços privados. A depender da relação entre eles, a autoridade dos padres poderia ser, muitas vezes, questionada ou até mesmo desafiada. Uma carta do Cônego Vigário João Barbosa Cordeiro, em 4 de novembro de 1856, explicita essas tensões:

Illmo. Exmo. Sr.

Alguns fieis zelosos do decoro dos templos persuadidos que eu ainda posso, como Parocho, vedar desacatos nestes lugares sagrados, representarão-me contra uma serenata ou pathuscada (ou como melhor nome mereça) praticada, a noute passada dentro da igreja do Rosário para que eu desse providencia a não repetir-se semelhante escândalo. E como nenhuma força tenho para por a casa do Senhor a coberto das irreverencias que soem praticar-se nella em dias de eleições por tolerância indesculpável da parte do Poder, que há muito devera ter evitado essas e outras profanações, recorro a V. Excia. solicitando qualquer providencia a respeito a fim de que taes irreverencias se não repitão.

Deus guarde a V. Excia.

Maceió, 4 de novembro de 1856.

Illmo. Exmo. Senhor Doutor Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província.

João Barbosa Cordeiro, Cônego Vigário da Freguezia.²⁴⁰

No documento acima, percebe-se que o embate não se encontra apenas na relação entre o cônego e os associados do Rosário de Maceió. Em seu discurso, há uma clara responsabilização do poder público pelas “irreverências”, visto que seria sua função evitar “essas e outras profanações”. A fala explicita a acusação do poder eclesiástico contra o poder civil, que escalonaram durante o século XIX, levando à Questão Religiosa. Alguns historiadores consideram, inclusive, que essas disputas foram um dos principais fatores que levaram à queda da monarquia no Brasil.²⁴¹ Logo, apesar de uma tentativa da Igreja de fazer das irmandades um espaço harmonioso em conformidade com os preceitos e as hierarquias católicas, as tensões e contradições nunca deixaram de fazer parte, por vezes mais, por vezes menos, do cotidiano de seus associados.

²³⁹ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 235.

²⁴⁰ APA. Caixa 456. Clero, 1856.

²⁴¹ MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. *Dom Vital: a questão religiosa e a crise político-institucional no Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2020, p. 196.

As funções específicas do *escrivão* são definidas pela contribuição da joia de 20 mil réis; substituição do juiz em caso de necessidade, gozando dos mesmos direitos e deveres que ele.²⁴²

O *tesoureiro* era responsável por cuidar do cofre, das joias e dos objetos pertencentes à confraria; arrecadar as entradas, joias e anuais dos associados; arrecadar as doações e títulos concedidos à irmandade; prestar contas ao secretário das receitas e despesas; mandar celebrar as missas pela alma dos associados, assim como realizar o pagamento necessário por elas; realizar as cobranças relativas à irmandade; prestar contas da confraria em junho de cada ano; e substituir o juiz, na falta do *escrivão* para fazê-lo. Segundo o regulamento, o *tesoureiro* não pagaria anuais ou joias, exceto se quisesse.²⁴³

Ao *secretário* cabia fazer as notas no livro da associação; escrever as atas, escriturações, despachos e correspondências da associação; cuidar dos livros de entrada, de eleições, atas de mesa, inventário de bens, objetos e esmolos; inventariar as joias e bens da confraria, lavrar termos e comunicar aos componentes regedores; e ceder ao *tesoureiro* uma lista dos irmãos que faleciam. O cargo de secretário também era desobrigado de pagar os anuais e as joias.²⁴⁴

Dos *procuradores*, a função era de arrecadar doações toda quarta-feira pelas ruas, repassar essas doações ao *tesoureiro* e apresentar o recibo da doação para a mesa; e auxiliar em quaisquer necessidades, atendendo também aos pedidos do *tesoureiro*. Esses irmãos também estavam isentos do pagamento de joias e anuais. Contudo, quem não cumprisse com o seu papel estaria sujeito a pagar uma multa de 10 mil réis, salvo em casos justificáveis, que o compromisso não explicita.²⁴⁵

Os *irmãos* regedores deveriam assistir com assiduidade a todas as reuniões de mesa; votar nas sessões e pagar uma joia anual de 2 mil réis. A falta em reuniões poderia ser punida com 1 libra de cera.²⁴⁶

O compromisso ainda explicita a função relativa ao *sacristão*. Sobre essa função, o artigo 30 menciona uma “gratificação” ao *sacristão* da confraria do Rosário, sem necessariamente especificar valores: “Ao *sacristão* do Rosário, igreja em que se acha collocada a adorada imagem do Senhor Bom Jesus dos Martyrios, a mesa marcará uma gratificação e as obrigações inerentes de acordo com elle”. O texto cita um acordo entre o grupo e o *sacristão*

²⁴² COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 235.

²⁴³ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 235-236.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 236-237.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 237.

²⁴⁶ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 237.

do Rosário, pois, como mencionado anteriormente, a irmandade do Bom Jesus dos Martyrios não possuía templo próprio.²⁴⁷

Como se pode perceber, os cargos de diretoria demarcavam espaços hierárquicos que reproduziam as lógicas empregadas na sociedade brasileira do período. A partir das hierarquias, calculavam-se valores, funções, multas, atribuições. O grau de prestígio variava de cargo para cargo, fator que reafirmava os lugares sociais. É notável que secretários e tesoueiros não pagassem anuais e joias. Apesar de isso se aplicar também aos procuradores, estes estavam sujeitos a uma multa prevista pelo regulamento, caso não cumprissem com a devida função. Provavelmente essas “dispensas” de valores funcionaram como um atrativo para uma função que exigia conhecimentos básicos de escrita, leitura e contabilidade em uma sociedade onde o nível de analfabetismo era gritante.²⁴⁸

O capítulo IV trata da *posse da nova mesa diretora*, que deveria ocorrer no primeiro domingo de junho de cada ano, com a presença dos presentes na missa, associados e das duas mesas diretoras, a que findava seu mandato e a recém-eleita. Ao secretário caberia a leitura da ata das eleições, seguido da assinatura de todos os integrantes da nova mesa, por ordem de cargos. O capítulo trata ainda, em seu artigo 19, da função específica do *tesoureiro* que estivesse findando sua contribuição na mesa diretora:

Art. 19. O thesoureiro que acaba apresentará suas contas em mesa no dia marcado no artigo antecedente, sendo examinadas por uma comissão de tres membros, nomeada pelo juiz, da qual o secretario fará parte; e aprovadas pela mesa, se lavrará o competente termo que será assignado como se acha determinado no citado artigo. Prestarão igualmente contas todos os mais que tiverem recebido ou despendido dinheiros da irmandade, quando assim suceda.²⁴⁹

Foi possível encontrar, no arquivo da Cúria, um recibo referente à Irmandade dos Martyrios das Alagoas, que indica que seu funcionamento se estendeu pelo menos até 1910, como segue na fotografia:²⁵⁰

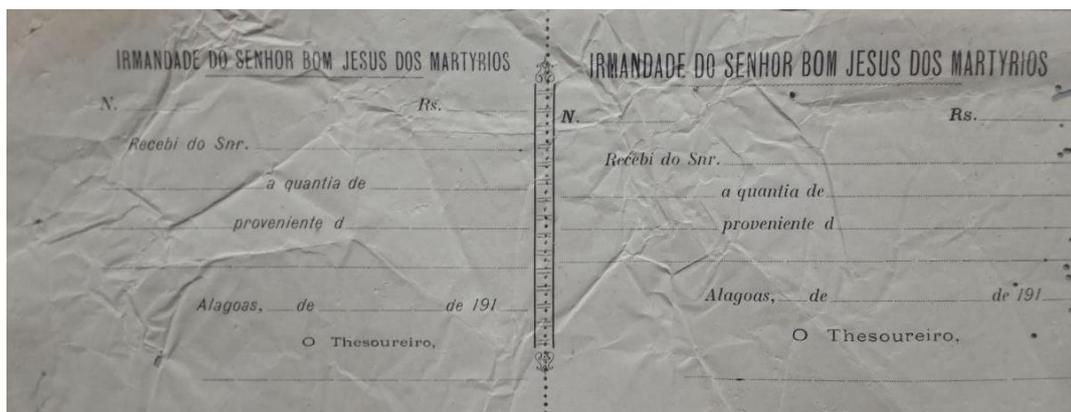
²⁴⁷ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 237.

²⁴⁸ Ver nota 52 da página 32.

²⁴⁹ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 234.

²⁵⁰ ARQUIVO da Cúria Metropolitana de Maceió. *Recibo da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas*. Armário 16, Caixa 129.

Figura 1 - Recibo: Irmandade dos Martyrios



Essas relações entre a saída e a entrada de um novo grupo regedor tendiam a ser bastante conflituosas. Isso porque inconsistências na prestação de contas poderiam provocar desentendimentos entre as duas diretorias. Marcelo Mac Cord destacou que esses impasses eram comuns, ao analisar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio do Recife

O novo Tesoureiro eleito, Cosme José Ferreira dos Santos, afirmou que Crispim, de forma desautorizada, não lhe entregou “as chaves do caixão de depósito em que se guardam ouros e pratas” e que, quando o fez, faltavam três rosários de ouro e as insígnias que ornavam a imagem da Senhora do Rosário [...]”²⁵¹

O desentendimento sobre as finanças do Rosário do Recife levou à denúncia do ex-tesoureiro ao subdelegado do bairro, assim como a sua expulsão como associado da confraria. A grave punição destaca a importância dos bens que uma associação poderia ter, fruto de doações, de festas promovidas para a construção e reformas de templo etc.

4.1.2 – A mesa diretora de mulheres da irmandade dos Martyrios

Outra questão de elevada importância é a participação das mulheres nos cargos da mesa diretora. Há uma evidente diferenciação entre os papéis assumidos por homens e mulheres na confraria, e o primeiro aspecto a ser observado no Compromisso é que o capítulo V aborda detalhadamente, cargo a cargo, as funções dos *irmãos empregados*, a menção às mulheres só ocorre no capítulo VIII, intitulado *Disposições geraes*. Seriam as mulheres eleitas para uma

²⁵¹ CORD, Marcelo Mac. *Op. cit.*, 2005, p. 106.

regência à parte? É o que aparenta a própria organização dos capítulos do Compromisso. O artigo 37 explicita que:

Art. 37. Haverá na nossa irmandade, além dos empregados mencionados no artigo 5.º uma juíza que pagará a joia de trinta mil réis e uma escritã, a qual dará a joia de quinze mil réis. Si estas empregadas não forem irmãs, serão admittidas sem mais formalidades, não pagarão quota alguma a titulo de entrada, e si o forem ficam isentos [sic] de pagar annual no anno que servirem estes empregos.²⁵²

Portanto, as funções de juíza e escritã cumpriam um papel que deveria ser preenchido ainda que não houvesse irmãs associadas para assumir a função. O compromisso não explicita quais as obrigações das mulheres, assim como faz com o papel dos homens na diretoria. Pode-se inferir, então, que as mulheres tinham as mesmas funções que os associados? De forma geral, não. As pesquisas realizadas sobre as mesas compostas por mulheres indicam uma distinção bastante comum entre as regências masculina e feminina. Segundo João José Reis, os cargos para mulheres não passavam de *cargos honoríficos*.²⁵³ Contudo, é provável que tanto a juíza quanto a escritã também deveriam ter educação formal, dada a importância dos cargos, ainda que para a organização de festas religiosas. Verônica Robalinho, em um estudo sobre as irmandades religiosas e o espaço em Maceió, afirmou sobre a Confraria de Nossa Senhora do Rosário:

A Irmandade de N. Sra. Do Rosário contava com duas diretorias: a principal masculina, e uma outra, feminina, composta de juíza, secretária e doze «*mordomas*». Pela insuficiência de informações no compromisso duas questões ficam suspensas: quais eram as funções da direção feminina no seio da confraria? E, quais eram as relações entre as duas diretorias existentes?²⁵⁴

Destarte, Robalinho também destaca a existência de duas mesas, com base na distinção do sexo dos indivíduos, além de apontar as dúvidas com relação ao papel exercido por essas mulheres. Ainda refletindo sobre essa problemática, Lívia Gomes menciona que enquanto um juiz teria autoridade para deliberar sobre diversas questões referentes à irmandade, uma juíza (em conjunto com as outras mulheres presentes na Mesa) teria a função de prezar pelas festas organizadas pelas associações, sem papel decisivo, tal qual a função do juiz.²⁵⁵ É importante ressaltar que, apesar das diferenciações, essa leitura não contribui para uma interpretação que invisibiliza a ação feminina, visto que a ausência de um papel decisivo não apaga a importância

²⁵² COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 239.

²⁵³ REIS, João José. *Op. cit.*, 1991, p. 70-71.

²⁵⁴ CAVALCANTE, Veronica R. *Op. cit.*, 2000, p. 9.

²⁵⁵ SILVA, Livia Gomes. *Op. cit.*, p. 42.

dessas mulheres. Dilermando Ramos fez nota da importância do caráter *vivencial* na religiosidade popular:

(...) o católico brasileiro não lia a Bíblia, pouco participava dos sacramentos (exceção feita ao batismo), e assistia esporadicamente à missa, celebrada em latim, incompreensível para a quase totalidade dos presentes, (...). Coube então às procissões e novenas a função de darem o caráter vivencial a religião, (...).²⁵⁶

Sobre a distinção das regências no Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas, pode-se elaborar a seguinte tabela, com base na diferenciação entre homens e mulheres:

Tabela 1 – Divisão dos cargos por sexo: Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios

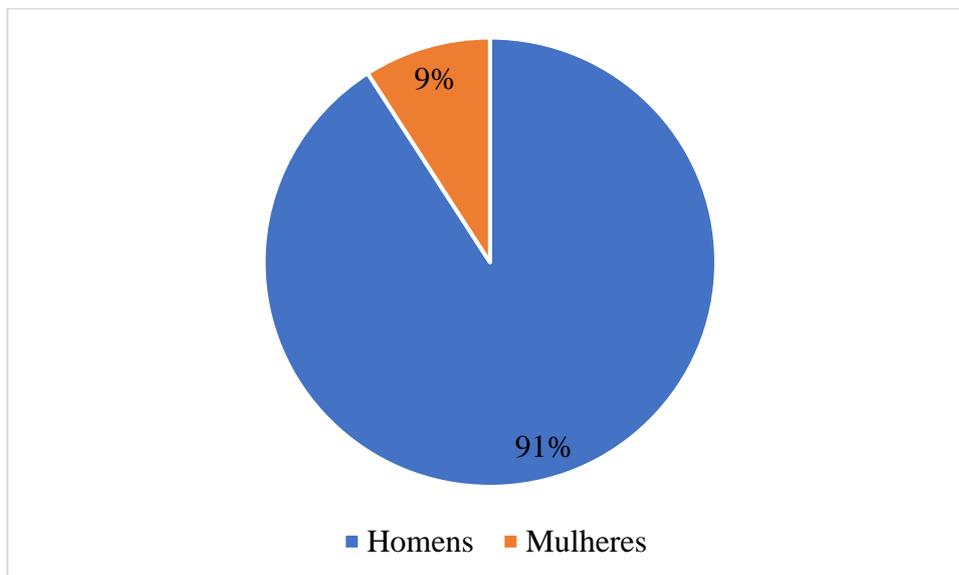
	Homens	Mulheres
Juiz	1	1
Escrivão	1	1
Tesoureiro	1	0
Secretário	1	0
Procurador	4	0
Irmão de Mesa	12	0

Essa diferença também pode ser representada para observar a porcentagem de cargos ocupados por homens e mulheres. Assim, 25% dos cargos eram ocupados por uma “ala feminina”, contra 75% de cargos ocupados por homens. Contudo, levando em consideração os cargos de decisão dentro da confraria, o número da participação de mulheres poderia ser reduzido para até 0%, conforme discutido anteriormente. Infelizmente, como o Compromisso não deixa as especificidades do cargo claras ao leitor, torna-se difícil fazer tal afirmação de forma conclusiva.

Há ainda uma segunda análise a ser realizada, que diz respeito à quantidade de mulheres e homens na mesa diretora, visto que os cargos de procuradores e irmãos de mesa comportavam mais de um integrante. Levando esse recorte analítico em consideração, obtém-se o seguinte gráfico:

²⁵⁶ VIEIRA, Dilermando Ramos. *Op. cit.*, 2007, p. 182-183.

Gráfico 1 - Quantitativo de homens e mulheres na Mesa Diretora na Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios



A participação feminina cai de 25% para 9% quando se leva em consideração a quantidade total de mulheres comparada à quantidade total de homens ocupando cargos na diretoria da irmandade, pois apenas duas mulheres (uma juíza e uma escritvã) faziam frente a vinte homens (um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um secretário, quatro mordomos e doze irmãos de mesa). Outra questão importante reside na diferença da contribuição da joia anual dos juízes e escritvães. Ao juiz, cabia a contribuição de 50 mil réis no ano em que ocupasse a mesa; à juíza, 30 mil réis. No caso dos escritvães, ao homem cabia o pagamento da quantia de 20 mil réis, enquanto para a escritvã a joia anual no ano de serviço era de 15 mil réis. Apesar de a taxa de entrada de associados comuns não diferenciar os valores entre homens e mulheres, a diferença para a Mesa pode refletir a própria materialidade inerente aos papéis de gênero do período. Além disso, também pode apontar para o *grau de importância* dos cargos. Em alguns compromissos de outras associações, a diferença nos valores também refletia em diferenças no número de missas a ser rezado pelas almas após a morte, e como exemplo pode-se reforçar com o caso da Irmandade do Rosário de Maceió, que explicitou isso em seu compromisso de 1830, conforme destacado anteriormente.

Como o Compromisso do Bom Jesus dos Martyrios não explicita, não é possível afirmar terminantemente a distinção nas missas como uma prática adotada pela irmandade. Contudo, é plausível que essa prática tenha ocorrido, visto que no período os elementos de diferenciação sociais atuavam como fortes e rígidos marcadores hierárquicos. De forma geral, esses dados revelam a pouca preocupação no oitocentos em inserir as mulheres nos espaços de poder, além

de escancarar o poder das categorias sociais como realidades produzidas e reproduzidas dentro dos espaços religiosos. Assim, os irmãos não eram tão *iguais* como se costuma pensar num primeiro olhar, e é importante destacar que essas desigualdades não eram mera coincidência. O catolicismo ibérico preocupava-se em demarcar bem as diferenças e os espaços de poder, inclusive nos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

4.1.3 – Festas, sepultamentos e disposições gerais

A sequência do compromisso trata da festa do Senhor Bom Jesus dos Martyrios em seu capítulo VI. Segundo o texto, a data comemorativa se dava no dia 3 de maio, ou no domingo seguinte, caso a data não caísse em domingos ou dias santos. Sem especificar muitos detalhes, o documento deixa claro que ao menos uma missa seria rezada na data, caso a associação estivesse ocupada em empenhar suas joias em construções ou demais obrigações.²⁵⁷ Com relação à festa, uma fonte interessante pode ser consultada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Há um documento com a listagem de doadores para a festa do Bom Jesus dos Martyrios, sem a especificação do ano de realização da festa.²⁵⁸ Vários nomes e valores doados podem ser consultados no quadro, como se verifica a seguir, numa transcrição realizada a partir da fonte:

²⁵⁷ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 238.

²⁵⁸ ARQUIVO da Cúria Metropolitana de Maceió. *Relação das pessoas que contribuíram para a festa S. B. dos Martyrios d'esta cidade*. Armário 14, caixa a catalogar.

Tabela 2 - Relação das pessoas que contribuíram para a festa S. B. dos Martyrios d'esta cidade

Silvestre P. de Araujo	30\$000	Transporte	136\$700	Transporte	166\$700	Transporte	182k700
Manuel Marques da Rosa	20\$000	D. Conceição	1\$000	Cap. ^m Manoel A. de Carvalho	1\$000	Domingos (Rua do Carmo)	500
D. Anna Valente	5\$000	D. Ignacia	1\$000	Um anonymo	1\$000	Vicente de Campos	500
D. Balbina	5\$000	D. Maria Ribeiro	1\$000	II II	500	José Quaresma	500
Dr. Juiz de Direito	5\$000	D. Amada	1\$000	D. Francisca Baracho	500	Pás Ferro	500
Dr. Antonio F. de Gouveia	5\$000	D. Bella (Praia)	1\$000	D. Generosa	500	Silvestre (Praia)	50[corroído]
Pharmaceutico Motta Lima	5\$000	D. Maria Thereza de Jesus	1\$000	D. Donina	500	Luiz Henrique	500
Cap. ^m Joaquim M. Sobrinho	5\$000	D. Santa	1\$000	D. Ritinha	500	José Alexandre	500
Antonio A. de Oliveira	5\$000	D. Mariquinha Paveiro	1\$000	D. Joanna M. do Espirito Santo	500	Gabirela	500
Affonso Fernandes	5\$000	D. Francisca Maria da Silva	1\$000	Snr. ^a Angela	500	José Cardoso	500
Manoel Francisco da Silva	5\$000	As filhas do Major Azarias	1\$000	Tia Joanna	500	Joaquim Felix	500
José Rufino	3\$000	Tenente José Thomaz	1\$000	Maria do Cyriaco	500	Mestre Benedicto	500
Joaquim Mariano ([p. ^r ?] outro)	3\$000	Professor Antonio [Lima?]	1\$000	Ambrosia e Veronica	500	Francisco José de Paula	500
Manoel F. de Gouveia	2\$500	II Avelino Marques	1\$000	Elisa (S. Felix)	500	Manoel Calixto	500
Cypriano Pinto	2\$200	Leonidas de S. Barboza	1\$000	Brigida	500	Francisco de [Cohype?]	500
D. Crescencia Leite	2\$000	Narcizo Farias	1\$000	Paulina Mendonça	500	Antonio Coêlho	500
D. Leandrinha Bastos	2\$000	Antonio Maia	1\$000	Francisca Cajueiro	500	Leão	500
D. Mariquinha Moura	2\$000	Francisco Marinho	1\$000	Uma devota	500	José Caciano	500
D. Maria Montenegro	2\$000	Candido [Trinsano?]	1\$000	Joaquim de Almeida	500	Francisco Major	500
D. [Teté?] Valente	2\$000	Manoel Pinto	1\$000	Olimpio M. Galvão	500	Antonio Damião	500

D. Gertrudes (Praia)	2\$000	Manuel da Barra	1\$000	Professor Benedicto	500	Luiz da Snr. ^a Bella	500
D. D. Maria e [Clotildes?] Nolasco	2\$000	Ursulino A. dos Santos	1\$000	Agostinho [Messias?]	500	Luzia do José Gomes	400
D. Messias	2\$000	Antonio Monteiro	1\$000	Candido Sant'Anna	500	Luzico Thomazia	400
Dr. Souza Lobo	2\$000	Cap. ^m Messias de C. Guimarães	1\$000	Vicente (Praia)	500	Silva Porciuncula	400
Cap. ^m Domingos J. Pinto	2\$000	Bento e Philomena	1\$000	Roque Cyriaco	500	Francisco Vicente	400
Cypriano Francisco da Silva	2\$000	Adiodato	1\$000	João Quaresma	500	Manoel Casa Velha	400
Luiz Gonzaga de Lima	2\$000	Teixeira (Riacho)	1\$000	Roque Adiodato	500	Manoel Quaresma	400
Francisco dos Santos Lima	2\$000	Francisco Ferreiro	1\$000	Cabral	500	Maria Tina	320
Bernardino de [Lima?]	2\$000	José Correia	1\$000	Balbino O. de Mendonça	500	Manuel Alves	320
Quintino da C. [Pedrosa?]	2\$000	Jose Candido de Moura	1\$000	José Joaquim [Pancha?]	500	Benedicto Serra-[Noelha?]	320
Dr. Manoel A. de A. Jorge	1\$000	Manoel F. Dezoito	1\$000	Manoel [Cambiro?]	500	Nascimento	[corroído]
	136\$700		166\$700		182k700		196\$[corroído]

Apesar de não haver especificação a respeito do ano da realização ou mesmo uma confirmação do local da festa, convém chamar atenção para o nome dos doadores: existem compatibilidades entre a lista de doadores e a lista dos associados do livro de entrada. Silvestre Pereira de Araújo, Cypriano Pinto, Crescencia Leite, Domingos Pinto, entre outros nomes, aparecem tanto na lista de doações da festa quanto na de associados. Isso não repele a possibilidade de a lista se referir à Irmandade dos Martyrios de Maceió, visto que muitos membros moravam em Maceió, e a doação para as atividades religiosas era também uma forma de afirmação social, bem como uma prática cultural. Contudo, tais compatibilidades reforçam que a lista se refere à festa ocorrida na Cidade das Alagoas, e o que infelizmente não se sabe é o ano de sua realização. Pode-se, ainda, somar o montante das doações recebidas pela Irmandade: 196\$000 (cento e noventa e seis mil réis) contudo, o valor final está corroído e a última doação listada também.

O capítulo VII aborda as questões referentes ao sepultamento dos associados. Esse aspecto compreende uma das principais funções executadas pelas irmandades, uma vez que o *bem morrer* era tão valorizado dentro da teologia católica.²⁵⁹ Segundo o Compromisso,

Art. 32. Fallecendo qualquer irmão, a irmandade mandará dar os signaes do estylo, prestará o caixão, acompanhará o corpo até á sepultura, que tambem lhe deve ser dada quando nada deva á irmandade, e se lhe mandará dizer oito missas por sua alma.

Art. 33. Sendo o juiz avisado e em sua ausencia o escrivão, ou o thesoureiro, de que é fallecido um nosso irmão, convocará immediatamente a irmandade para ir conduzir o irmão fallecido.²⁶⁰

Os artigos chamam atenção para alguns aspectos importantes. O primeiro atinge a própria questão material no momento do sepultamento, quando o Compromisso afirma a posse de um caixão para cessão de seus associados, além de alertar, como era bastante comum para o período, nos possíveis descontos para o auxílio no momento da morte, caso algum irmão faltasse com o pagamento dos anuais.

O capítulo VIII, último do Compromisso, intitulado *Disposições geraes*, além de abordar a inserção das mulheres na Mesa Regedora, trata de outros temas diversos. O artigo 34 reforça a importância do pagamento de anuais e joias e alerta para os casos de inadimplência de até 3 anos: “aquelle que não satisfizer até o terceiro anno, sará [sic.] advertido e si ainda

²⁵⁹ ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. *Op. cit.*, 2018, p. 46.

²⁶⁰ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 238.

assim uão [sic.] satisfizer se cobrará executivamente.”²⁶¹ Na sequência, uma informação relevante no que diz respeito às redes de relações entre o Bom Jesus dos Martyrios e irmandades de outras localidades:

Art. 35. Mudando-se qualquer irmão para fora da freguezia não fica por isso isento de satisfazer os seus annuaes ou joias quando sejam empregados, ficando a mesa autorisada a conceder cartas-patente ao irmão que requerer para outra província, cidade ou villa, ou a eliminá-lo quando elle requeira.²⁶²

Assim, as eventuais mudanças de quaisquer membros não necessariamente implicariam no desligamento do associado da irmandade. As cartas-patente funcionavam como documentos emitidos pelas irmandades e garantiam concessões ao portador, como o direito ao enterro e às missas pós-morte, bem como a inserção na associação equivalente da nova localidade com possíveis descontos nos valores de entrada. Segundo Itacir Marques da Luz,

Em suas viagens, ou em mudanças de domicílio, os “terceiros” (membros das ordens terceiras), como eram assim chamados esses primeiros membros da sociedade, tinham seus direitos de associados protegidos por convênios entre ordens da mesma denominação estabelecidas em diferentes vilas, cidades, capitánias, províncias, países e continentes. Bastava o viajante ou o imigrante apresentar sua carta patente para receber os serviços da ordem local ou ser nela admitido, pagando apenas parte da joia e evitando os rituais de iniciação a que estavam obrigados os noviços.²⁶³

Provavelmente essa condição, no texto do Compromisso, explique a presença do registro no livro de entrada de associados em localidades mais distantes, até mesmo na província de Pernambuco, dados a serem discutidos mais adiante, quando serão trabalhadas especificamente as informações contidas no livro de entrada.

4.2 – O Compromisso da Irmandade do Rosário da Cidade das Alagoas

A devoção ao rosário suscitou diversas pesquisas e debates a respeito de suas origens e implicações na América portuguesa. Convém ressaltar que, tal qual a devoção ao Senhor dos Martyrios, a devoção à Virgem do Rosário não é originária da América. Seu culto foi

²⁶¹ COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 238.

²⁶² *Ibid.*, p. 238-239.

²⁶³ LUZ, Itacir Marques da. Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *Educação em Revista*, v. 32, n. 3, jul./set. 2016. p. 122-123. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NhkvmqRz4F7sh7PdDxhBQ9K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

implementado através da colonização portuguesa, e aqui a devoção foi ressignificada e ganhou força, principalmente entre os cativos, marca principal da irmandade. Esse traço tem sido alvo de diversas discussões entre pesquisadores de diferentes áreas, e um dos principais questionamentos foi se as associações dedicadas ao rosário foram locais de acomodação do escravizado a uma nova ordem colonial baseada na fé cristã ou se eles utilizaram o espaço associativo como estratégia para lutar por seus interesses como grupo. Convém ressaltar, entretanto, que a dialética faz parte do processo histórico. Resistência e acomodação podem coexistir na mesma realidade e serem usadas pelo mesmo grupo em diferentes momentos, a depender da leitura do contexto de determinado grupo e de sua realidade sócio-histórica. Em meio às discussões, ganhou destaque a afirmação feita por Décio Freitas a respeito das irmandades negras:

As irmandades assumiam uma postura reformista perante o sistema escravista. Promoviam a alforria dos seus membros ou advogavam medidas para melhorar a condição dos libertos ou dos escravos, mas não negavam ou contestavam o sistema escravista. Nem se poderia tal esperar, dado que como se viu tanto as irmandades como muitos dos seus membros possuíam escravos. Isto explica porque é que nem mesmo no auge do movimento abolicionista se fez ouvir a voz das irmandades; bem assim, explica a oposição de muitos negros forros à Abolição.

Na medida em que incorporavam tais negros ao sistema - não apenas pela propriedade de escravos como pela adoção da ideologia escravista -, ou atenuavam a tensão entre os brancos e negros mediante o aceno à possibilidade de emancipação individual, as irmandades constituíam um importante ponto de apoio dos dominadores. Desencorajavam as revoltas ou pelo menos a adesão às revoltas dos escravos proletários. Nesse sentido, a irmandade se configurava como o *antiquilombo*; documentos fazem expressa menção a este papel das irmandades.²⁶⁴

Desse modo, Freitas as demarca como espaços opostos aos *quilombos*, que por sua vez eram espaços de luta e resistência direta da população negra contra o projeto colonizador português. Ser *antiquilombo*, nesse aspecto, significa estar enquadrado em um projeto *domesticador*,²⁶⁵ sem espaços para contestações, completamente conformado às expectativas do sistema. Até certo ponto, pode-se conceber as irmandades como tais espaços dentro da ótica colonizadora, como uma visão *idealizada* pelo sistema. Divergindo de seus propósitos originais, essas associações também foram utilizadas como espaços de resistência e enfrentamentos.²⁶⁶

²⁶⁴ FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 128-129.

²⁶⁵ REIS, João José. *Op. cit.*, 1996, p. 4.

²⁶⁶ QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

Uma querela muito interessante para pensar na dicotomia acomodação *versus* resistência reside na disputa ocorrida entre senhores e escravizados na Confraria do Rosário do Mosteiro de São Domingos de Lisboa, em 1526, já discutida. Percebeu-se que, mesmo dentro do sistema social português, os associados escravizados entraram em uma disputa contra os senhores em busca de seus interesses. Portanto, é equivocado enquadrar esses espaços apenas como locais de conformação com a ordem estabelecida.

Lucilene Reginaldo propôs uma perspectiva *atlântica* sobre as irmandades negras, visto que esses espaços permearam os continentes europeu, africano e americano.²⁶⁷ Saunders lançou a hipótese de que a razão pela qual a devoção ao rosário logrou bases tão sólidas entre africanos na diáspora reside no fato de que a “natureza semimágica, quase talismânica do rosário pode ter constituído um apelo aos africanos acostumados a feitiços”. Apesar de ressaltar que o contato mágico com o rosário não seria de exclusividade da população negra, Reginaldo afirmou que a hipótese é interessante como fator explicativo.²⁶⁸

Com a documentação escassa quando se trata de associações religiosas em Alagoas, muitas vezes se torna difícil identificar fontes de irmandades específicas. É o caso do Rosário da Cidade das Alagoas. Segundo Fabianne Nayra, na Vila de Alagoas havia três Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.²⁶⁹ A partir daí, uma questão se torna importante: essas três igrejas implicavam em três grupos distintos, funcionando de forma independente? Ou mais de uma pertencia à mesma irmandade? Como identificar em qual das igrejas estava alocado o altar do Bom Jesus dos Martyrios? Até o momento, o que se pode é sugerir as possíveis relações a partir da análise documental, pois no texto de seu compromisso, aprovado em 1860, há a menção a irmandades filiais:

Capítulo 16

Das Irmandades Filiaes

As Irmandades Filiaes dentro da nossa Igreja poderão organizar seu compromisso, contanto que não vão de encontro a algum dos Capitulos deste afim de que não haja desarmonia, e diversos [estatutos?] aprovados uns dos outros em uma mesma Igreja. Estabelecendo-se as ditas Irmandades as alfaias e ornamentos serão communs e todas [concorrerão?] para a sua [confraria?] bem como igualmente com as despesas que se fizerem com os reparos da Igreja, e obras que forem preciosas.²⁷⁰

²⁶⁷ REGINALDO, Lucilene. *Op. cit.*, 2009, p. 10-11.

²⁶⁸ SAUNDERS, A. C. de C. M. *apud*. REGINALDO, Lucilene. *Op. cit.*, 2011, p. 93.

²⁶⁹ ALVES, Fabianne Nayra Santos. *Op. cit.*, 2018, p. 66.

²⁷⁰ COMPROMISSO da Irmandade do Rosário das Alagoas de 1860. *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872 por Olympio de Arroxelas Galvão e Tiburcio Valeriano de Araújo*. Legislação e actos dos annos de 1860 a 1867. Tomo IV. Maceió, 1872. – Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. p. 13-14.

Além disso, conforme explicitado anteriormente, a aprovação da *Lei dos Entraves* e dos Compromissos dos Martyrios e do Rosário no ano de 1860 reforçam que os compromissos aqui analisados são das irmandades relacionadas. Dessa forma, é plausível que o Compromisso aprovado em 1860 pertença à irmandade proprietária do templo que abrigou ao Senhor Bom Jesus dos Martyrios, visto que, mesmo mencionando filiais, o texto não faz menção a valores a serem cobrados pelo “aluguel”, colocando como condição para as filiais que seus respectivos compromissos não fossem de encontro aos termos estabelecidos pela Irmandade principal, além de mencionar a divisão das despesas com possíveis reparos no templo e na divisão dos ornamentos e alfaias. Nesse aspecto, os dois regulamentos se complementam.

O compromisso é dividido em 17 capítulos e, como mencionado, foi aprovado em 1860. Entre suas principais características, pode-se destacar *a priori* a questão da condição dos irmãos da confraria, conforme exposto no capítulo 1º:

Toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que quiser entrar para Irmão desta Confraria dará de esmolla um mil reis de sua entrada, e assentará seu nome no livro para isso destinado, no qual o Escrivão fará um termo do dia, mes e anno em que entrou, e de como se obrigou a cumprir este Compromisso, assignando o novo Irmão, sendo fôrro, ou o Escrivão por elle a seu rogo; e sendo captivo se praticará o mesmo, tendo licença de seu senhor, que deverá apresentar por escripto, ficando obrigado o Irmão a pagar annualmente tresentos e vinte reis, e não pagando o que delles dever por sua morte se lhe descontará nas Missas que se lhe houverem de mandar dizer na forma do Capítulo 13º.

E porque acontece, que pêssoas idosas, por se verem proximas a morte, procurão por negocio em trar na Irmandade para terem seguros o enterro e os suffragios, não tendo prestado serviço algum á Confraria, accordão os Irmãos abaixo assignados, que não aceitam homens ou mulheres de mais de cincoenta anos, sem qui paguem de entrada seis mil reis, e annualmente os mesmos tresentos e vinte reis.²⁷¹

Em contrapartida à Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, a confraria do Rosário aceitava pessoas de qualquer “qualidade” e “condição”. Já no início do documento, os marcadores sociais são explicitados, quando se menciona a necessidade de o escrivão assinalar em nome do “fôrro”, numa óbvia referência ao analfabetismo. Além disso, conforme discutido anteriormente, a associação solicitava que os cativos poderiam entrar via licença de seus senhores.

O valor da entrada para novos membros custava 1\$000, 50% a menos que no Bom Jesus dos Martyrios (com a projeção elaborada a partir dos valores de 1883, o valor correspondia a

²⁷¹ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.* p. 3-4.

aproximadamente 5 litros de farinha de mandioca). Contudo, o valor dos anuais eram idênticos (de \$320 réis). A discrepância na entrada pode ser explicada pelo público-alvo da irmandade: as camadas mais pobres da cidade, visto que o Rosário foi amplamente conhecido no país por ser o local de ação e devoção de escravizados. Além disso, os valores não poderiam ser onerosos demais para os senhores, uma vez que, geralmente, eram eles os responsáveis pelos pagamentos de entrada e anuais.

O início do texto alerta ainda para a possibilidade de pessoas procurarem o auxílio da associação muito próximas ao momento da morte, na tentativa de despender menos e ainda assim garantir os benefícios assegurados aos irmãos. Como precaução, determina a entrada de 6\$000 (aproximadamente 30 litros de farinha de mandioca, nos valores explicitados de 1883). Essa medida era, de forma geral, bastante comum nas confrarias. Conforme destacado por Joceneide Santos, ao analisar as irmandades dos homens pretos em Sergipe,

A confraria de São Cristóvão e a de Lagarto tinham valores semelhantes para o pagamento de entrada e no momento das festas, os valores eram dois tostões para o homem solteiro e um cruzado caso fosse casado, esse valor seria pelos dois. E para a festa, quatro vinténs se solteiro e meia pataca se casado, esse pagamento correspondia ao valor também dos dois. Em Vila Nova, cada novo irmão ou irmã pagaria duas patacas pela entrada. E em caso de estar velho ou moribundo, deveria dar esmolas de 10 a 16 mil réis, ou seja, entrar na irmandade em um momento próximo do falecimento custaria mais caro.²⁷²

O Compromisso estabelece ainda que qualquer irmão que quisesse poderia pagar de entrada o valor de 10 mil réis além do valor cobrado pela entrada (mil réis), e isso o dispensaria de pagar anuais, exceto se fosse eleito para a Mesa Regedora, visto que os serviços na diretoria requeriam pagamentos anuais diferenciados.²⁷³

4.2.1 – A Mesa Regedora do Rosário

Para a Mesa Regedora, o texto do Compromisso também difere em alguns aspectos da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios. Em primeiro lugar, estabelece-se a eleição de um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um procurador, quatro zeladores e doze mordomos,²⁷⁴ de forma semelhante à confraria dos Martyrios. Contudo, há uma diferença notável no lugar assumido

²⁷² SANTOS, Joceneide Cunha dos. Um olhar sobre as irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas terras sergipanas (1750-1835). *Saeculum*, João Pessoa, v. 25, jul./dez. 2011, p. 15. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/13985/7865>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁷³ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 4.

²⁷⁴ *Ibid.*

pelas mulheres do Rosário, visto que o texto previa a eleição de uma juíza, uma escrivã e doze mordomas.²⁷⁵ Assim, conforme demonstrado por meio de tabela e gráfico, os dados podem ser apresentados da seguinte forma:

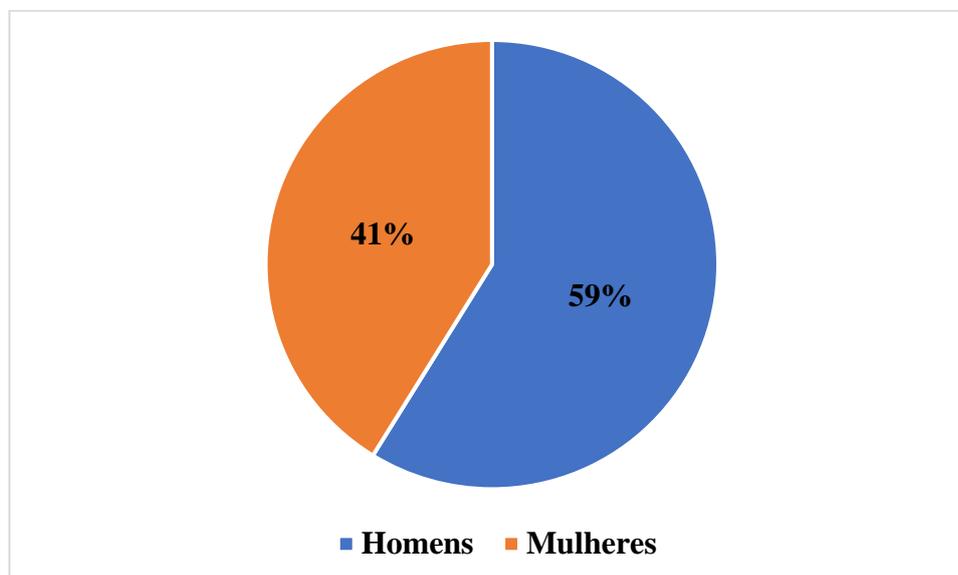
Tabela 3 – Divisão dos cargos por sexo: Irmandade do Rosário

	Homens	Mulheres
Juiz	1	1
Escrivão	1	1
Tesoureiro	1	0
Procurador	1	0
Zelador	4	0
Mordomos	12	12

Os cargos da Mesa Regedora eram ocupados em 33% pelas mulheres, enquanto homens ocupavam cerca de 67% dos cargos. Esse dado por si só destaca a maior participação feminina na diretoria da associação, ainda que essa presença não implique necessariamente em participação nas tomadas de decisões da irmandade, conforme discutido anteriormente. A participação feminina cresce ainda mais levando em consideração o número de participantes divididos por sexo:

²⁷⁵ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 5.

Gráfico 2 - Quantitativo de homens e mulheres na Mesa Diretora da Irmandade do Rosário



Nesse aspecto, pode-se perceber a grande discrepância entre as associações, em que uma confraria com características mais populares e aberta ao escravizados permitia uma inserção maior da mulher em seus espaços. Além disso, a própria estrutura do texto não trata da eleição de homens e mulheres de forma separada, em capítulos diferentes. Esses dados corroboram com a afirmação feita por Juliana Sampaio, que nas associações formadas por brancos de elite havia menos espaço para as associadas, diferentemente do que ocorria nas formadas por pretos e pardos.²⁷⁶ Apesar de o Bom Jesus dos Martyrios não ser um espaço exclusivo de brancos, a exclusão da população escravizada a diferencia em um nível social hierárquico, e isso mostra ao menos uma tentativa de distanciamento da realidade social da confraria do Rosário a partir da exigência da condição de liberdade.

A irmandade trata ainda, em seu 12º capítulo, dos direitos dos associados aos sufrágios. De forma semelhante à associação de Maceió, a quantidade de missas a ser rezada pela mesa diferenciava seus componentes a partir da ordem hierárquica e da divisão dos sexos:

Capítulo 12º

Dos sufrágios

Por falecimento de qualquer Irmão, mandará o Thesoureiro com a maior brevidade dizer Missas por sua alma na forma seguinte: Pelos Irmãos Juizes 22, por qualquer dos Irmãos Escrivão, Thesoureiro, Procurador, Zelador, e Mordomo 18, ou estejão

²⁷⁶ SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Op. cit.*, 2009, p. 122.

servindo actualmente, ou já tenham servido os ditos Cargos, e pelos demais Irmãos em geral, mandará dizer 12 Missas. Com a certidão do Rev.º Sacerdote que as celebrar, lhe levará a Mesa em conta.

As Irmãs Juizas em atenção a suas esmollas serem menores, terão por seu falecimento 18 Missas, e as Escrivãs e Mordomas 15.²⁷⁷

Os juizes recebiam 18,18% missas a mais que as juizas, enquanto os escrivães e mordomos recebiam 16,67% a mais que as escrivãs e mordomas. A justificativa para tal diferenciação reside, segundo o Compromisso, no valor pago de esmola para a assunção do cargo. Porém, as diferenciações da sociedade brasileira do oitocentos passavam por outros níveis. Além da própria materialidade inerente aos papéis dos sexos, que foi citada anteriormente, convém lembrar a visão construída pela própria Igreja em seus discursos e escritos sobre o papel da mulher na sociedade. Segundo Juliana Sampaio:

A mulher como fonte de todo o pecado, necessitava, de acordo com os discursos disseminados pela sociedade barroca católica, do comando da figura masculina, a única capaz de dominá-la e impedir a eclosão de sua maldade oculta. Estabeleceu-se, assim, uma hierarquia de gênero, uma divisão de papéis e poderes onde o homem aparecia como protagonista e a mulher como vilã ou, no máximo, coadjuvante. Mas era assim que deveria ser, segundo a Igreja, pois o homem – Adão deu origem à mulher – Eva e não o inverso, conforme registram as Sagradas Escrituras.²⁷⁸

Desse modo, pode-se concluir que uma série de fatores influenciaram e refletiram a condição das mulheres como subalternizadas. As condições materiais aliadas às questões ideológicas produziram e reproduziram esse *ideal* de mulher como coadjuvante, fortemente disseminado pela colonização portuguesa e na sociedade brasileira que se formou a partir da dominação ibérica.

Os valores pagos pela mesa regedora são estabelecidos no 3º capítulo do compromisso:

Dará o juiz de esmola no anno em que servir dez mil reis, o Escrivão cinco mil reis, os Mordomos dous mil reis, o Thesoureiro, Procurador e Zeladores nada darão por se esperar que o seu zello e bons serviços sejam de maior utilidade para a Confraria do que se dessem [suas?] esmolas. Da mesma forma dara a Juiza seis mil reis.

Os que servirem estes cargos ficão livres de pagar annual nesse anno.

Em comparação com a Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, percebe-se nitidamente a discrepância nos valores cobrados: os juizes da Confraria pagavam 80% a menos de esmolas, enquanto o escrivão doava um total de 75% a menos em relação aos Martyrios. Os mordomos

²⁷⁷ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 11.

²⁷⁸ SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Op. cit.*, 2009. p. 31.

deveriam arcar com a quantia de 2 mil réis, e o Compromisso não esclarece se as mordomas eram inclusas no texto. À juíza, era estipulada a esmola de 30 mil réis nos Martyrios, enquanto no Rosário, no mesmo cargo, o valor determinado era de 6 mil réis (com a notável diferença de 80% entre os valores). O texto não menciona também a quantia que deveria ser paga pela escritã. Percebe-se, assim, que as exigências colocadas para a assunção de cargos na mesa criavam uma segunda barreira a ser vencida pelos associados: a condição financeira.

Esses dados problematizam as mesmas situações apontadas anteriormente, pois uma irmandade que ocupava um altar lateral no templo possuía taxas decididamente maiores do que as de sua anfitriã. Os valores da associação podem ter sido pensados para a realidade de uma população livre ou forra. A regulamentação não explicita a inserção de escravizados nos espaços regedores. Contudo, é importante destacar que geralmente os escravizados ficavam de fora dos espaços de poder nas irmandades negras, visto que as obrigações colocadas para uma Mesa extrapolavam, na grande maioria das vezes, as possibilidades de locomoção social dos cativos. Além disso, fazer parte da diretoria requeria uma base mínima educacional, algo comumente negado à população escravizada. Segundo Maria de Jesus Santana Silva:

Percebemos que isso tenha ocorrido com relação aos requisitos exigidos em ambos os Compromissos para os cargos da Mesa Regedora que excluía cativos, pobres e analfabetos.

Outro mecanismo de controle que identificamos diz respeito ao fato de que os brancos que ocupavam os cargos nas Mesas das irmandades negras eram também, em grande parte, autoridades eclesiásticas, civis ou militares. E quando não, pessoas ligadas a elas por algum grau de parentesco.²⁷⁹

Se por um lado algumas associações foram reconhecidas como espaços produzidos por escravizados, libertos e parcelas mais pobres da população, por outro lado havia mecanismos que tentavam afastar essas populações dos espaços de poder das associações. É claro que isso, por si só, não era suficiente para impedir as ações das camadas mais populares. Convém lembrar a análise necessária de Thompson ao estudar os ingleses na passagem do século XVII para o XVIII, que identificou que, se havia uma elite ocupando os espaços de poder, as massas também se colocavam no cenário político como atores ativos de suas trajetórias, chamando a atenção dessa elite para o que precisava ser feito e quais as possibilidades e os limites dentro do jogo de poder.²⁸⁰

²⁷⁹ SILVA, Maria de Jesus Santana. *Devoção e resistência: as irmandades de homens pretos de Goiana (1830-1850)*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009, p. 85.

²⁸⁰ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, 1998.

Na sequência, o Compromisso aborda as obrigações de seus empregados, entre o 6º e 11º capítulo. Como cargo hierárquico mais alto, o primeiro a ser mencionado é o do *juiz*, que nesse aspecto não difere muito das funções estabelecidas no compromisso do Bom Jesus dos Martyrios: o juiz deveria presidir a mesa e tomar as principais decisões referentes à associação, além de ser um dos principais responsáveis pela realização da festa.²⁸¹

No Rosário, o papel do *escrivão* não se limitava a apenas substituir o juiz, mas o imbuía de outras funções. O texto do compromisso determina que:

Capítulo 7º

Do Escrivão

Ao Escrivão compete 1º Presidir a Mesa em falta do Juiz, e nessa ocasião, nomear qualquer Irmão que faça suas vezes. 2º Fazer toda a escripturação nos livros da confraria. 3º As actas das sessões da Mesa. 4º Convidar as outras irmandades para as Procissões. 5º Rubricar todos os documentos de Conta do Thesoureiro e Procurador. 6º Apresentar em Mesa depois da Festa uma Lista dos devedores. 7º Ler em a [primeira?] Mesa De cada anno e presente Compromisso e todas as Vezes que for exigido a leitura de qualquer artigo. 8º Dar ao Capellão as listas das Missas pelos Irmãos e falecidos, conforme se acha estabelecido neste Compromisso.²⁸²

Portanto, as atribuições do *escrivão* correspondiam também às funções referentes ao secretário do Bom Jesus dos Martyrios. Ao *tesoureiro* cabiam as atividades ligadas à administração das contas da Irmandade, aos registros no livro de receitas e despesas, bem como com a prestação de contas à mesa regedora.²⁸³

Os *mordomos*, *procuradores* e *zeladores* também tinham funções intimamente ligadas às posses da associação. A função do procurador concentrava-se, principalmente, na cobrança das esmolos dos empregados da mesa regedora. Aos zeladores cabia a função de anunciar, em seus respectivos distritos, das missas e eventos da confraria, bem como cobrar os anuais dos demais associados, para repassá-los ao tesoureiro. Aos mordomos cabia a petição de esmolos aos sábados e domingos, com a divisão de um mês para cada mordomo. O texto previa, ainda, a multa no valor de uma libra de cera para os que não cumprissem com suas obrigações.²⁸⁴

O 10º capítulo trata das funções do capelão, que, assim como na confraria do Jesus dos Martyrios, era contratado diretamente pela diretoria. Já no 11º, o compromisso menciona a função do sacristão, que estaria ligada aos cuidados internos com o templo, como altares,

²⁸¹ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 6-7.

²⁸² COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 6-7.

²⁸³ *Ibid.*, p. 7-8.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 8-10.

imagens etc. O sacristão também tinha a função de inventariar todos os bens que lhe fossem entregues. O texto indica o pagamento de um valor anual, acertado pela mesa, mas não especifica valores.²⁸⁵

O compromisso abre ainda a possibilidade para a continuidade da mesa regedora em caso de reformas no templo:

A Mesa em cujo tempo se fizerem os [ilegível] das obras, poderá continuar nos annos seguintes enquanto ellas durarem, com a obrigação porém de dar as esmolas determinadas no Capitulo 3º annualmente, e de prestar suas contas á Irmandade que se reunirá para esse fim e neste caso no dia marcado no Capitulo 15º. e então por este termo se declarará se presta seu consentimento para continuar a dita Mesa no anno seguinte.²⁸⁶

Esse aspecto do texto pode ter sido utilizado como um mecanismo que poderia garantir a continuidade de certos grupos no poder da irmandade, sem a necessidade de reeleição. É importante destacar também que o regulamento não menciona nenhum tipo de impedimento à reeleição, e que essa ausência pode ter sido proposital, visando ao controle da mesa por determinados membros, conforme discutido anteriormente.

4.2.2 – A caridade cristã aos mais necessitados

O compromisso menciona ainda, em seu 13º capítulo, a preocupação com a caridade entre seus membros pobres e doentes. Segundo o texto, a partir da informação do procurador ou zelador à mesa, os irmãos dariam esmolas para o socorro do associado. Para os casos em que um associado necessitado e adoecido morresse, há ainda a menção à doação de mortalha, para que os ritos cristãos fossem estritamente seguidos.²⁸⁷

Uma das principais marcas das irmandades religiosas no Brasil foi o exercício da caridade cristã. Por meio de serviços aos mais necessitados, as elites podiam afirmar seus papéis piedosos ao doar quantias em dinheiro para esse fim. Além disso, a ajuda horizontal entre os mais necessitados garantia no espaço associativo um lugar para a amenização dos problemas cotidianos, bem como a afirmação de uma identidade e um *status* no corpo social. As doações de terrenos ou outros bens possibilitavam a continuidade e ampliação do catolicismo no Brasil.

²⁸⁵ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 10-11.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 15.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 12.

Segundo Josué Eicholz, que analisou as relações entre as elites locais e a prática da caridade em Pelotas-RS,

Pertencer a um quadro diretivo, ser considerado — “benfeitor” e — “benemérito” de uma instituição de caridade e filantropia ressaltava as características de bom cidadão e igualmente preocupado com as demandas sociais da cidade. Nesse sentido a detenção de cargos diretivos expandia a rede de contatos em âmbito local e em muitas vezes até regional, conseqüentemente aumentando o status social desses indivíduos.²⁸⁸

Para os mais necessitados, a prática da caridade possibilitava o acesso a condições básicas da existência (por exemplo, a alimentação), e no caso específico das associações religiosas a caridade chegava a possibilitar o acesso a condições mínimas para a morte (ou o bem morrer, como foi debatido anteriormente). Segundo Johanna Wolfram:

Também os que tinham menos condições, como pobres e escravos, recorriam às irmandades para ter o enterro dentro das normas religiosas. Algumas delas, como a Irmandade dos Passos e a Irmandade do Rosário, destinavam parte de sua renda para enterrar os pobres e indigentes.²⁸⁹

Apesar de algumas irmandades auxiliarem de diversas formas os não-associados (exemplo mais conhecido é o da Santa Casa de Misericórdia), o compromisso do Rosário explicita a destinação de auxílios apenas para os associados. Contudo, convém ressaltar mais uma vez que as práticas cotidianas podiam extrapolar os termos aprovados.

4.2.3 – A preocupação com a ordem

De forma geral, as irmandades produziam discursos que prezavam pela manutenção da ordem social. Usualmente, os compromissos utilizavam como critérios para aprovação de um irmão a “boa moral” ou a “reta conduta”, reforçando o discurso pacificador religioso, embora as práticas tenham, muitas vezes, extrapolado essas recomendações.

O compromisso do Rosário alerta para as sanções previstas para os irmãos revoltosos em seu 14º capítulo.

²⁸⁸ EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas - RS (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2017, p. 84.

²⁸⁹ HEUER, Johanna Wolfram. *A normatização dos sepultamentos em Nossa Senhora do Desterro: uma história funerária*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 19.

Capítulo 14º

Dos Irmãos Revoltosos

E porque em todas as Confrarias acontece haver alguns revoltosos, terá a Mesa muito cuidado em examinar, e achando algum Irmão (o que Deos não permita) que seja revoltoso e perturbador da paz e socego desta Irmandade procurando nella ou fora della [ilegível] para formar novos Estatutos, ou servindo de cabeça de motim para se não observar estes, a Mesa o chamará [ilegível] [ilegível] e segundo ser [a?] cumprimento de seus deveres com bondade representará uma e outra vez, e não se emendando o riscará dos livros da Confraria para sempre, como inimigo declarado desta Irmandade, e ficará perdendo tudo quanto [puder?], ou tiver lucrado com seus serviços feitos, ou que houver de fazer.²⁹⁰

Um quesito interessante é observar que, apesar da valorização da manutenção da ordem, o regulamento menciona apenas atos cometidos contra as diretrizes internas da irmandade, com punições que poderiam chegar à expulsão. Não há menção, contudo, aos casos de irmãos que participassem de movimentos contra a ordem estabelecida fora da associação (como, por exemplo, os movimentos que ocorriam na região e que preocuparam as autoridades: a *Revolução Praieira* [1848], o *Ronco da Abelha* [1851-1852], o *Quebra-Quilos* [1874-1875], entre outros), e esse aspecto pode ter sido uma brecha no regulamento colocada de forma proposital, uma vez que a “reta conduta” não é mencionada no compromisso como fator essencial para o aceite de novos irmãos, tal qual é colocado no regulamento da irmandade dos Martyrios e na grande maioria das demais associações religiosas do período.

4.3 – Distanciamentos e aproximações

Analisando comparativamente os dois textos, pode-se perceber diferenças significativas entre os dois espaços associativos. Apesar de os regulamentos não abarcarem toda a realidade inerente às associações religiosas, pode-se obter algumas inferências a partir da leitura deles. Em primeiro lugar, o marcador social da condição é o elemento de principal destaque: enquanto a irmandade filial restringia o acesso a pessoas escravizadas, a matriz permitia a entrada de pessoas de qualquer condição. Essa discrepância pode ter ocorrido tanto pela intenção de diferenciar-se em uma sociedade hierárquica como ter sido fruto de uma negociação ou condição imposta pela proprietária do templo, numa tentativa de proteger o seu público-alvo.

Outro aspecto relevante é no tocante à participação das mulheres nas duas irmandades. Enquanto na confraria do Bom Jesus dos Martyrios essa presença era menor, no Rosário as

²⁹⁰ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 12-13.

mulheres contavam com uma participação maior na mesa regedora. Ademais, o compromisso do Rosário é mais específico nas diferenciações entre homens e mulheres, principalmente nas questões tocantes aos sufrágios. Os valores cobrados para a mesa regedora também se constituem como diferenciais importantes das associações. A principal explicação para isso pode residir no público-alvo da Irmandade do Rosário: a população escravizada e as camadas mais populares. Assim, os valores deveriam funcionar como atrativos tanto para os mais pobres como para os senhores, geralmente responsáveis pelos pagamentos de seus cativos. No Bom Jesus dos Martyrios, os valores cobrados como esmolas para a Mesa Regedora podem ter funcionado como uma espécie de barreira para impedir que os menos abastados acessassem esses espaços. Esse aspecto pode ser ligado aos marcadores sociais de ambos os grupos como também pode ser interpretado pela necessidade de a irmandade dos Martyrios conseguir fundos para a construção de um templo próprio, ainda que esse fator não seja mencionado no compromisso.

Apenas a irmandade do Rosário menciona a questão da caridade entre associados em seu texto, o que pode ser explicado pela maior proximidade da associação com as camadas escravizadas. No texto do Bom Jesus dos Martyrios, essa questão não se apresenta como um fator relevante, apesar de a noção de caridade permear, de forma geral, a *essência* do que poderiam significar os espaços associativos religiosos.

Como o texto do Rosário é mais detalhado com relação à materialidade, essa irmandade apresenta-se como detentora de uma maior quantidade de bens do que a confraria do Bom Jesus dos Martyrios. Esse fato pode ser explicado, provavelmente, por sua maior adesão entre as camadas mais populares, o que a poderia colocar como maior receptora de doações ou mesmo de pagamentos para a realização de enterros. A Irmandade do Rosário também poderia ter caráter mais tradicional (consequentemente, mais apelo popular), ainda que o texto não especifique sua data de fundação. Segundo o compromisso do Rosário,

Haverá um cofre seguro com trez chaves diversas, uma das quais ficará em poder do Irmão Juiz, outra no do Escrivão, e a outra no do Thesoureiro. No mêsmo Cofre se guardará não só o dinheiro que houver na Confraria, mas tambem este Compromisso, o livro da Receita e Despeza, o de Eleições, o de termos de entradas de Irmãos no qual se fará tambem a declaração do dia mez e anno em que falleceo á margem do respectivo termo.

Havendo consistorio seguro o Cofre deverá estar ali depositado, e na falta ficará em poder do Irmão Thesoureiro.

Haverá para os actos da Irmandade uma Cruz, e para o enterramento dos Irmãos um Guião com cerides, e uma tumba.²⁹¹

²⁹¹ COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade das Alagoas de 1860. *Op. cit.*, p. 15.

A preocupação com a posse de cofre para a guarda não só de livros de registro, mas também para a proteção do dinheiro, a menção à cruz, guião e tumba como bens utilizados para os atos da irmandade, além da posse de um templo, colocam a Irmandade do Rosário como maior detentora de bens. No regulamento dos Martyrios, a menção feita a bens ocorre nas funções atribuídas ao tesoureiro (e em outros momentos, de formas menos precisas), que tinha a função de guardar o cofre, as esmolas e as joias da irmandade,²⁹² além da menção a um caixão e sepultura.²⁹³ O texto não elucida se a sepultura era a mesma utilizada pela Irmandade do Rosário ou se havia sepulturas diferentes para as associações.

Essas diferenças ressaltam que, mesmo coexistindo no mesmo espaço religioso e social, essas irmandades apresentaram propostas diferentes em ambos os elementos, e apesar de serem poucas e residir em detalhes essas diferenças também podem ser notadas através da leitura de seus compromissos.

²⁹² COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Op. cit.*, p. 236.

²⁹³ *Ibid.*, p. 238.

5 – Análise do livro de entrada de irmãos (1840-1900)

No presente capítulo, será realizada uma análise dos principais aspectos contidos no livro de entrada dos associados da irmandade. Conforme discutido anteriormente, esse livro era utilizado para registrar informações importantes sobre a vida dos irmãos. O documento foi mencionado no compromisso da associação em seu capítulo I.²⁹⁴ Esse tipo de registro era bastante comum nas irmandades, e de forma geral as associações possuíam mais de um livro de registro, onde constavam pagamentos, receitas, esmolas, entradas e outras informações importantes.

O livro a ser analisado está disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió em bom estado de conservação. Nele, estão registrados 234 nomes de associados e associadas. Antes do início das discussões, convém reforçar: a escrita segue um padrão em um registro de 60 anos de história da irmandade, além de os nomes dos associados estarem, parcialmente, escritos em sistema de ordem alfabética. Esses fatores levam a crer que o documento utilizado na pesquisa não se refere ao livro de entradas original, portanto, pode se tratar de uma fonte reescrita ou ao menos “passada a limpo” pelo secretário da irmandade por volta de 1900.

Além disso, apesar de o compromisso especificar quais informações deveriam constar no livro de entrada, algumas anotações estão incompletas, como, por exemplo, o registro da idade dos associados, com 104 pessoas com idade especificada, num total de 234 nomes. Outras informações são imprecisas, como o estado matrimonial de alguns membros, além de não haver um padrão para referir-se aos locais de residência. Apesar dos problemas da falta de registro ou imprecisões, esses dados serão analisados, ainda que com ressalvas.

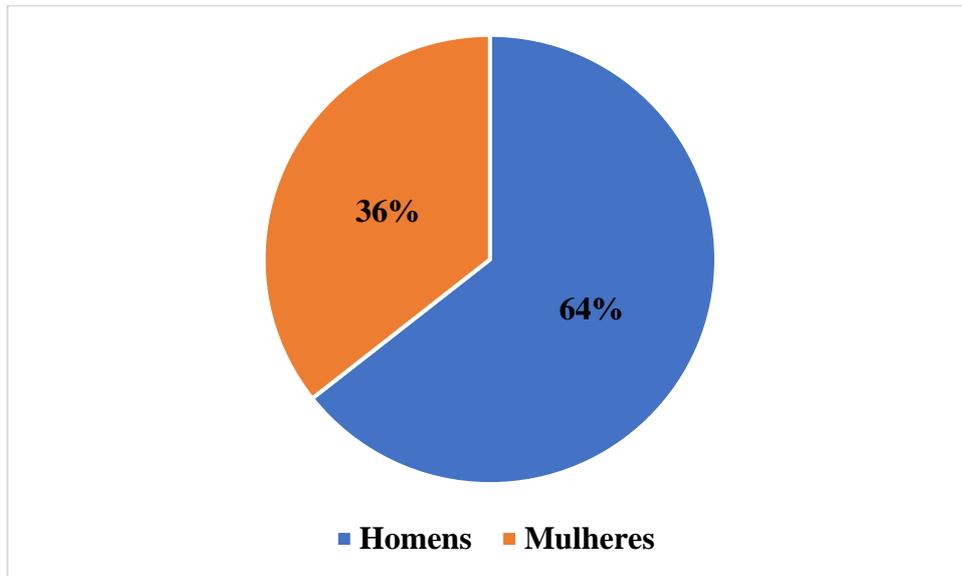
5.1 – Homens e mulheres

O primeiro aspecto a ser destacado é a dicotomia entre os sexos dentro da irmandade. No capítulo anterior, essa problemática apareceu evidenciada em relação ao compromisso e ao espaço oficialmente cedido a homens e mulheres na mesa diretora. Agora, o enfoque se dará a partir dos nomes assentados para entrada na associação.

Dividindo os associados por sexo/gênero, obtém-se o seguinte demonstrativo:

²⁹⁴ Ver pg. 88.

Gráfico 3 - Entrada de irmãos - divisão por sexo (1845-1900)



Assim, os homens compunham a maioria dos integrantes da irmandade. Para além desse dado, é importante perceber as discrepâncias contidas entre o livro de entrada e o compromisso. Enquanto o regulamento reserva 9% das cadeiras da mesa regedora para as mulheres e 25% dos cargos de mesa, os nomes das associadas totalizam 36% dos registros. Percebe-se, assim, que a disparidade dos espaços de poder não era proporcional à diferença total de associados no período analisado.

Mais uma vez, esses dados problematizam o poder relativo a homens e mulheres dentro das instituições católicas. Situações como a apontada acima eram comuns no cotidiano, e diversos historiadores identificaram práticas que reforçavam a submissão feminina nos espaços públicos.

5.2 – Solteiros, casados e viúvos

Outro aspecto relevante no livro é o estado matrimonial dos associados. De forma geral, percebe-se a importância do matrimônio entre os irmãos de ambos os sexos, visto que a maioria de homens e mulheres era casada. Em seguida, os solteiros compõem a maioria do corpo da irmandade, seguidos dos viúvos, que constituem minoria absoluta, tanto homens como mulheres.

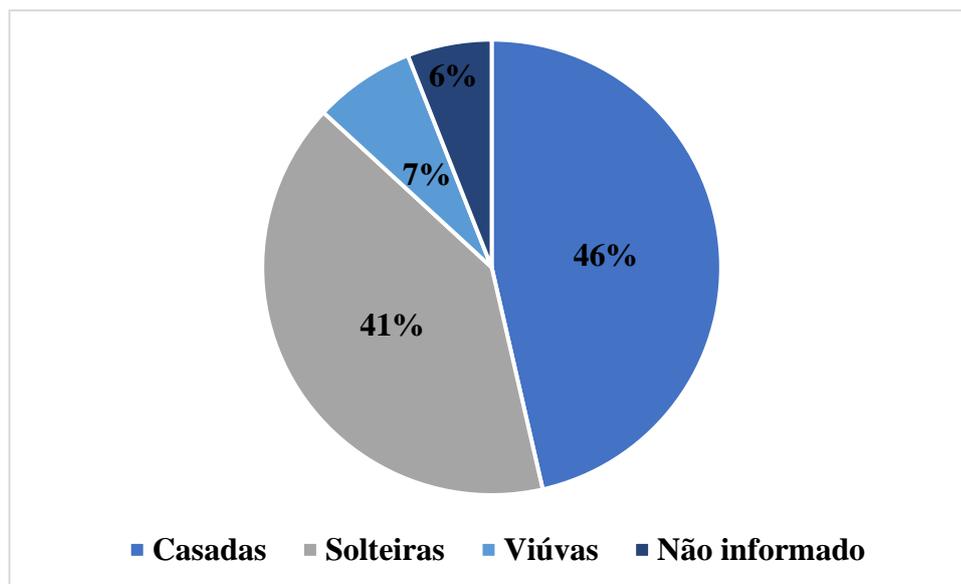
Ao analisar as Irmandades de São Miguel e das Almas em Porto Alegre no início do século XX, Mauro Dillmann destacou que:

Em geral, homens casados ingressavam como irmãos acompanhados de suas esposas. [...] Além dos casais, também comumente procuravam associar-se indivíduos viúvos(as), o que pode indicar tanto uma busca por espaços de sociabilidade e interação quanto por receio de desenvolvimento de doenças, de invalidez e de solidão na proximidade da própria morte.²⁹⁵

Assim, como espaços de sociabilidades, as irmandades também funcionavam como locais de interação familiar. João José Reis também pontuou a importância dos espaços para a busca de matrimônio, visto que nas irmandades africanas a participação de mulheres era desejada provavelmente para “aumentar o estreito mercado afetivo dos homens”.²⁹⁶

Ao estabelecer a relação matrimonial por sexo, obtém-se o seguinte resultado para as mulheres:

Gráfico 4 - Estado matrimonial das Mulheres da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios das Alagoas (1845-1900)



Pode-se observar, assim, que as mulheres casadas e solteiras constituem a maioria das componentes na associação. O casamento pode ter se constituído como fator importante para a inserção das mulheres nas irmandades, visto que entre elas a maioria era de mulheres casadas. Para o caso das mulheres assinaladas como solteiras, estão registradas simplesmente como

²⁹⁵ DILLMANN, Mauro. Representatividade social da irmandade e cemitério São Miguel e Almas na secularizada e republicana cidade de Porto Alegre/RS. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 17, p. 224-226, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8947/6561>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁹⁶ REIS, João José. *Op. cit.*, 1991, p. 70-71.

solteiras, sem laços de parentesco ou apadrinhamento destacados dentro da associação. Existe um segundo caso no registro das mulheres, quando seu estado matrimonial não é informado no livro, e geralmente seus nomes estão associados ao pai. Assim, há uma hipótese de que essas mulheres sejam também solteiras, visto que no período estudado há uma evidente tutela dos homens sobre as mulheres e uma transferência da responsabilidade sobre a mulher do pai para o marido. Segundo Lilian Sarat de Oliveira:

A história da mulher brasileira, como a história de tantas mulheres, é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal que, legitimada pela religião cristã ocidental, transmitiu o silenciamento do feminino em todas as esferas sociais. A mulher do Brasil oitocentista, formada e constituída socialmente nesta ordem, era subordinada e dependente do pai ou do marido, sendo feita propriedade do homem e silenciada por ele.²⁹⁷

Convém lembrar que, apesar do *ideal* social, muitas mulheres desafiavam os padrões estabelecidos e levavam suas vidas de forma contraditória às normas previamente determinadas. Contudo, destaca-se no trecho acima o cuidado sobre a mulher numa ordem patriarcal: primeiro o pai, responsável pela educação na infância e pelo estabelecimento dos valores cristãos; em seguida, a tutela seria transferida para o marido, responsável por proteger e sustentar. Provavelmente, a menção no livro ao pai demarca a solteirice dessas mulheres ou, numa última possibilidade, o grau de poder social do pai se sobrepondo ao do marido, conferindo-lhe preferência de menção no livro. Como a sociedade do período era extremamente hierarquizada e as posições sociais interferiam constantemente no cotidiano, essa possibilidade não pode ser completamente descartada.

Assim, esse segundo grupo está contemplado nos 6% de mulheres que têm sua condição matrimonial como não informada, o que poderia aumentar a porcentagem de solteiras para até 47%, colocando-as em par de igualdade com as irmãs casadas. Como não existem informações precisas sobre essas associadas específicas, o que se tem até o momento são sugestões e possibilidades.

Percebe-se, aí, a importância dos laços de sangue para a entrada de mulheres na irmandade. A situação contrária não ocorre com a mesma frequência em relação aos homens, visto que no livro de entrada há pouca associação dos homens com as mulheres. No caso dos

²⁹⁷ OLIVEIRA, Lilian Sarat de. Educação e religião das mulheres no Brasil do século XIX: conformação e resistência. In: *Simpósio temático fazendo gênero*, 8., Florianópolis, 2008. Resumos... Florianópolis: 2008, p. 1. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

casados, estes são assinalados apenas como casados, sem a menção de quem seriam suas esposas. Em relação aos solteiros, ocorre situação semelhante ao caso das mulheres, mas chama atenção os laços de parentesco estabelecidos entre os homens e suas famílias, com uma porcentagem maior de menção aos laços de sangue, como se verá mais adiante.

Outro aspecto interessante é o baixo número de viúvas presentes na irmandade: apenas 5 mulheres ao longo de 60 anos de registro. Convém ressaltar que esses dados podiam sofrer alterações ao longo do tempo, pois as anotações eram feitas no momento de entrada, porém a baixa porcentagem revela uma também baixa procura de viúvas pela irmandade. Esse “baixo” interesse pode ser explicado por diversos fatores, como a abrangência da irmandade. Apesar de não haver meios de comparar a associação com qualquer outra a partir do número de irmãos, visto que até então uma das únicas irmandades com livro de entrada disponível na então Província das Alagoas é a do Bom Jesus dos Martyrios, um dos apontamentos reside nas possibilidades de auxílio financeiro do grupo, que, convém ressaltar, não possuía sequer um templo próprio. Talvez, para uma viúva, fosse mais interessante buscar um espaço mais tradicional e com mais abrangência, e, conseqüentemente, com mais meios para prover o auxílio crucial em momentos de necessidade.

A viuvez foi e continua sendo alvo de debates entre historiadores. Entre as pesquisas realizadas, sobressai uma dicotomia: podia assumir aspectos diferentes, a depender das condições sociais da mulher; se rica, significava independência e comando dos negócios do falecido marido; se pobre, dependência de caridades para sobreviver. Segundo Carolina de Toledo Braga:

Para as mulheres ricas e proprietárias, reconhecidas socialmente como brancas, o papel desempenhado no mercado matrimonial tinha um significado de garantir a propriedade familiar. Essas mulheres iniciavam a vida como solteiras, passavam um tempo como esposas e outro como viúvas. Enquanto solteiras (e enquanto os pais estivessem vivos) as mulheres não administravam propriedade alguma da família. Quando casavam, lhes era passado por meio do dote algum patrimônio para iniciar o novo núcleo familiar. Ao tornarem-se viúvas passavam a ser legalmente proprietárias. Na prática, muitas mulheres casadas já eram as administradoras dos negócios ou propriedades do casal. Para as famílias de elite, legitimar os casamentos era uma marca de honra e de consolidação de poder econômico e político.²⁹⁸

É claro que nem todas as viúvas eram necessariamente desamparadas, mesmo na sociedade do século XIX. Estudos se debruçaram sobre a condição das viúvas tanto na Colônia como no Império, e pôde-se compreender o importante papel exercido por mulheres que

²⁹⁸ BRAGA, Carolina de Toledo. *Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos oitocentos (Pernambuco, 1842-1853)*. 173 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, p. 39.

passaram a controlar engenhos e pessoas. Porém, convém ressaltar que esses casos tratam de exceções, e a regra geral para o caso de viúvas era uma situação de desamparo, visto que na sociedade do período valorizava-se o papel do homem como o provedor do sustento, numa clara distinção dos ambientes públicos e privados. Se na visão *ideal* o mundo pertencia ao homem, à mulher pertencia o ambiente da casa.

Quanto à condição das viúvas das camadas mais populares, a autora destacou que a condição de incerteza as fazia trabalhar em diversos setores, e seus serviços eram oferecidos nos anúncios de jornais do Recife. Algumas viúvas empobrecidas ofereciam trabalho em troca de comida.

Uma mulher viúva se oferecia para ser ama de qualquer casa, mesmo que fosse só pelo sustento, e prometia dar fiador de conduta. No dia seguinte, João Izidro Lopes Lima anunciou na folha pública para tal mulher que tinha anunciado no dia anterior para ser ama de casa por sustento, fosse até a casa dele, na Rua Augusta, número 12,- ele lhe daria algum sustento e vestuário. As próprias senhoras que precisavam de amas, as vezes dividiam uma vida de miséria e pobreza com as empregadas. Uma senhora viúva, por exemplo, anunciava precisar de uma mulher de meia idade para cuidar dela, mas só dava em troca do serviço sustento e vestuário.²⁹⁹

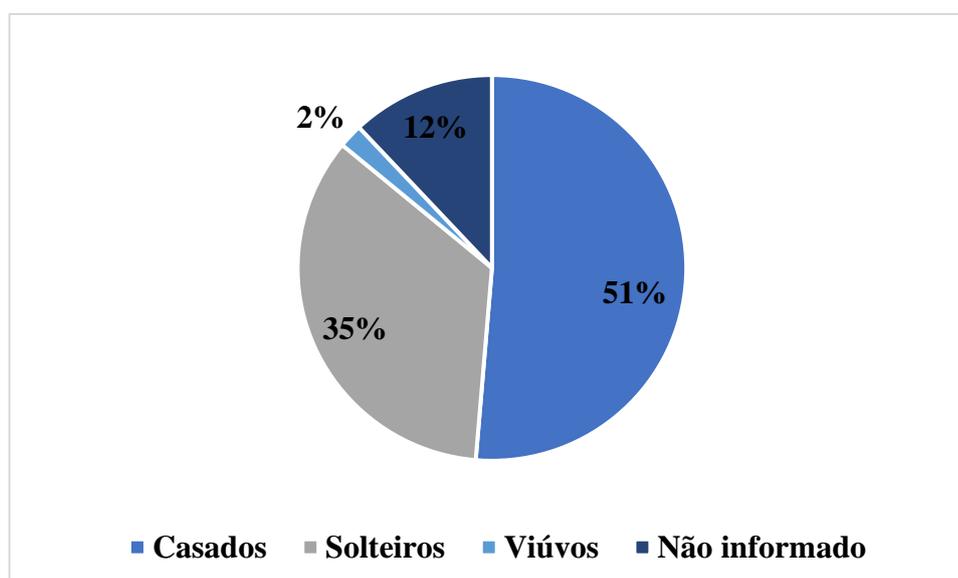
Compreende-se, assim, dadas as condições inerentes ao gênero, à raça e à classe, o porquê de algumas viúvas procurarem apoio junto às irmandades religiosas. Pertencer a esses espaços poderia garantir, no mínimo, o cumprimento dos ritos fúnebres, tão caros ao catolicismo do período estudado. Para o caso de associações com mais posses, poderia significar a garantia de ajuda em momentos de doenças ou necessidades frequentes.

Entre as mulheres registradas no livro, há pouquíssimos indícios de que elas pertenceriam de alguma forma às classes dominantes. Dada a falta de menção nos jornais aos nomes delas, pode-se inferir que as viúvas associadas à irmandade do Bom Jesus dos Martyrios não tinham as condições sociais mais confortáveis. Compreende-se, assim, suas razões para o ingresso em associações religiosas em busca de auxílio e amparo.

Em relação à condição matrimonial dos associados, as análises feitas sobre o livro de entrada demonstraram as seguintes informações:

²⁹⁹ BRAGA, Carolina de Toledo. *Op. Cit.*, 2019, p. 85.

Gráfico 5 - Estado matrimonial dos homens da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios das Alagoas (1845-1900)



Percebe-se que o demonstrativo sobre as condições matrimoniais masculinas pode levar a conclusões semelhantes sobre os dados conjugais das mulheres: *a priori*, convém destacar mais uma vez, que segundo os dados oficiais do livro, a irmandade é composta em sua maioria por homens casados. Mesmo sendo a maioria (assim como as mulheres), as informações registradas ultrapassam a casa dos 50%. Quanto aos homens declarados como solteiros (35%) e aos que não tiveram sua condição especificada (12%), somam os 47% o número de possíveis solteiros, na relação estabelecida anteriormente. Assim, aparentemente, o número de solteiros na irmandade era timidamente maior do que o número de solteiras.

Cabe ressaltar, ainda, que tanto para homens quanto para mulheres a condição de solteiro poderia não corresponder totalmente ao registro, visto que havia, ainda, a possibilidade de uniões familiares que não eram reconhecidas pela Igreja. Os solteiros poderiam, assim, ter famílias constituídas na informalidade.

O que chama atenção é a quantidade de viúvos associados: 2% ao longo de 60 anos, o que totaliza 3 registros no período estudado. A historiografia tem pouca produção de estudos sobre o impacto e os significados da viuvez na vida dos homens. Ao realizar uma rápida pesquisa, percebe-se que a quantidade de produções sobre a relação entre as mulheres e viuvez é surpreendentemente maior do que a produção sobre a viuvez masculina. Convém questionar o motivo para a discrepância de produções. Em seu estudo antropológico sobre as emoções masculinas na contemporaneidade, Tania Maria Lago Falcão destacou que

Os homens enviuvados desaparecem, são invisíveis, ontem como hoje, até mais do que as mulheres enviuvadas. [...] Talvez, por não terem as restrições sociais impostas às viúvas, são desconsiderados enquanto problema de pesquisa, como se a passagem ou a permanência em situação de viuvez não tivesse repercussão digna de estudo, em suas vidas.³⁰⁰

Talvez a diferença na quantidade de homens e mulheres possa ser explicada pela própria realidade social da província no período, pela facilidade para homens de conseguir um novo casamento.

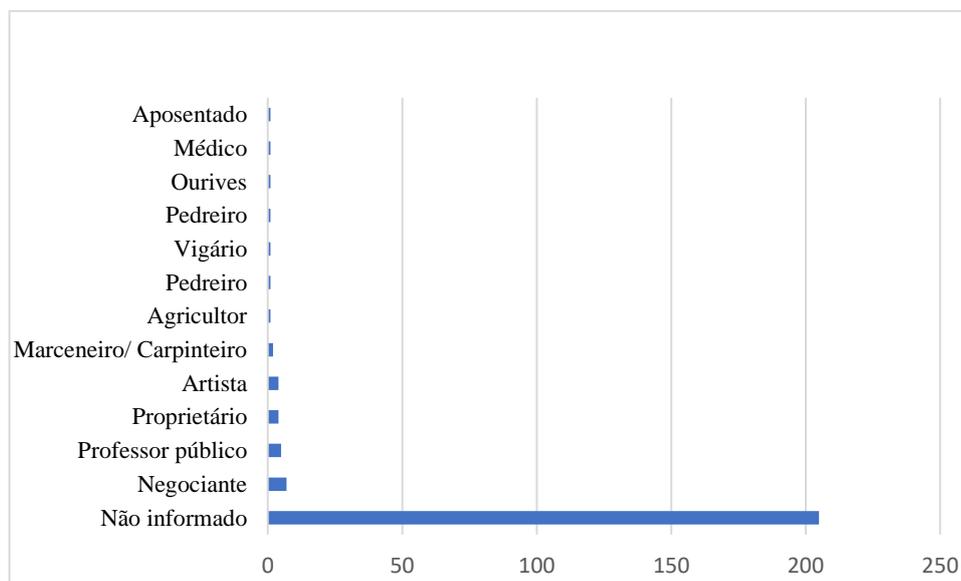
5.3 – Profissão dos associados

No presente tópico, pretende-se discutir os ofícios das pessoas contidas no livro de entrada, pois conforme o compromisso de 1860 essas informações deveriam constar em registro. Pouquíssimos associados tiveram suas devidas profissões mencionadas no livro de entrada, e isso pode ter ocorrido por diversos fatores, entre eles 1) a probabilidade já mencionada de a fonte hoje disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió ter sido reescrita a partir do livro de entrada original, o que pode ter levado a perda de informações contidas na fonte primária; e 2) a grande quantidade de trabalhadores informais, sem profissão definida, que precisavam, para sobreviver, aceitar todo o tipo de serviço em troca de diárias, dificultando a definição de um único ofício. Essa segunda hipótese pode reforçar o que foi falado a partir das condições materiais desses associados, além de corroborar para o quadro social e econômico no qual se encontrava a cidade das Alagoas no período aqui analisado. Somando a esses fatores os preços cobrados para entrada na Irmandade, essa parece ser a hipótese mais provável. *A priori*, é importante analisar a proporção entre as profissões mencionadas e aos associados que não tiveram nenhuma menção quanto ao trabalho que desempenhavam. Após análise dos dados, obtém-se o seguinte demonstrativo:³⁰¹

³⁰⁰ FALCÃO, Tania Maria Lago. *Homem não chora: um estudo sobre viuvez masculina em camadas médias urbanas*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, p. 52.

³⁰¹ LIVRO de entrada de irmãos da Irmandade Bom Jesus dos Martyrios. *Op. cit.*, 1845-1900.

Gráfico 6 - Ofícios dos associados da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios



Entre os 234 registros, percebe-se que apenas sete pessoas são informadas como negociantes. Essa profissão é a mais mencionada no livro de entrada, logo após os 205 registros sem menção alguma de ofício. Assim, as anotações citam sete proprietários de negócios na região. Entre eles, Francisco José de Oliveira e Silva, que teve sua entrada registrada no ano de 1867, com anuais pagos até 1868, residente em Pilar. Na edição de 1875 do *Almanak da Província das Alagoas – 1873-1880*, há um registro de um proprietário com o mesmo nome de um armazém de secos e molhados, localizado também em Pilar.³⁰² Caso semelhante ocorre com José Felix do Rego, que tem sua entrada registrada em 1870, com permanência até 1874. Residente em Pilar, casado e negociante, pode-se encontrar a menção ao mesmo nome no *Almanaque* de 1873 a 1880³⁰³, indicando um proprietário de uma das cinco padarias localizadas naquela cidade.

Antonio Anacleto de Oliveira foi mencionado no *Almanak do Estado das Alagoas* como um dos seis proprietários de loja de fazendas e miudezas da Cidade das Alagoas na edição do ano de 1894.³⁰⁴ Há um registro de um associado com o mesmo nome, morador das Alagoas, casado, com entrada no ano de 1896 e com pagamentos de anuais até 1899, com um novo pagamento de anuais no ano de 1900. Há ainda a menção ao irmão ter ocupado o cargo de

³⁰² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1883 a 1880*, Maceió, 1875, p. 224.

³⁰³ *Ibid.*, p. 191.

³⁰⁴ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, 1894, p. 147.

tesoureiro na Mesa Regedora, mas nenhuma anotação referente ao período que durou o exercício da função. Guardiano Antonio de Araujo, com entrada registrada no ano de 1866 e anuais pagos até 1895, e com um segundo registro que indicaria um novo pagamento até o ano de 1900, possuía residência informada na própria cidade de Alagoas. As evidências contidas em dois Almanques – o de 1873 a 1880 e o de 1891 a 1894 – indicam que o integrante da Irmandade dos Martyrios era um proprietário de casa de secos e molhados.³⁰⁵

Entre os sete negociantes informados, só se pode sugerir a partir dos registros nos almanques os estabelecimentos de quatro deles, sendo dois de Pilar e dois da Cidade das Alagoas. Com relação aos outros três, ou não foi possível encontrar nenhum tipo de menção até o momento, ou outros dados não reforçam que se trate das mesmas pessoas, pois existem algumas incongruências de informações, como a cidade ou o tipo de atividade desempenhada por eles e a informada nos almanques. Interessa também a grande gama de atividades que poderiam estar associadas ao ramo dos negócios, desde pequenas padarias até a venda de pessoas escravizadas; assim como as atividades poderiam compreender desde um aspecto local até a amplitude ultramarina.³⁰⁶

A segunda profissão/ofício mais mencionada na fonte é a de professor público. Ao todo, cinco pessoas desempenharam essa função no momento de associação com a Irmandade. Havia, inclusive, o registro de um professor público aposentado. Outra questão interessante é perceber que, diferentemente dos negociantes, na função docente existem mulheres ocupando o espaço do trabalho. Duas, para maior precisão, foram registradas como professoras públicas. No período analisado, a instrução pública ainda se estruturava com diversos problemas, como as questões de hierarquia social, que excluía escravizados das escolas públicas e que continuou a excluir a população negra e pobre por outros mecanismos, mesmo após a abolição da escravidão.³⁰⁷ De forma geral,

A instrução primária foi entendida como a instrução popular por excelência destinada a toda a população livre. Incluindo as crianças provenientes das famílias pobres, a escola primária pretendia constituir um espaço de integração e inclusão social, preparando-as para a aquisição futura de uma instrução profissional. Por outro lado, ao limitar ao nível primário a “dívida sagrada e restrita” do Estado, a escola também

³⁰⁵ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1883 a 1880*, Maceió, 1875. p. 184. FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1884*, Maceió, 1875, p. 147.

³⁰⁶ FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 100. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2690>. Acesso em: 22 out. 2023.

³⁰⁷ BASTOS, Maria Helena Camara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (séculos XVI a XIX). *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 2, p. 743-768, 2016, p. 747. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556>. Acesso em: 22 out. 2023.

buscava excluir, criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas pertencentes à “boa sociedade”.³⁰⁸

Em relação aos associados professores, algumas evidências também permitem aproximar seus nomes a menções em periódicos. É o caso de Avelino Marques de Almeida, casado e integrante da irmandade a partir do ano de 1895 e residente em Maceió. Não há registro do pagamento de anuais, o que impossibilita saber, ao menos inicialmente, quanto tempo Marques participou da associação. Como professor público, o governo do Estado nomeou um professor na cidade das Alagoas com o mesmo nome.

O Vice-Governador do Estado resolve nomear o cidadão Avelino Marques de Almeida professor da cadeira de instrução primaria da povoação de Taperaguá. Palacio do Governo em Maceió 1 de janeiro de 1896. 8 da Republica.
JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO PEIXOTO.³⁰⁹

Outra notícia, que provavelmente envolve o associado Avelino Marques de Almeida, foi publicada no ano de 1910, no *Gutenberg*:

Em transito para o Rio de Janeiro esteve ante-hontem nesta cidade o ilustre sr. coronel José Porfirio, senador estadual do Pará e uma das mais altas influencias politicas daquelle prospero Estado.
O senador Porfirio foi recebido pelo venerado professor Avelino Marques de Almeida que o obsequiou.
Apresentamos a s. s. os nossos saudaes.³¹⁰

Assim, percebe-se a importância atribuída ao professor Almeida no discurso do *Gutenberg* a partir da passagem do senador do Pará por Alagoas. Outra menção ao professor foi dada no jornal *Diário do Povo*, já em 1917, em que seu nome aparece na seção “aniversários”, da coluna *Diário Social*.³¹¹

Quintino Francisco Vilela foi outro professor público, residente na Cidade das Alagoas, solteiro, que passou a participar da irmandade no ano de 1896, sem registro de anuais pagos nos anos seguintes. No Almanaque de 1894, há a menção a seu nome em dois postos diferentes,

³⁰⁸ SCHUELER, Alessandra F. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, p. 59-84, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vMTNCwp7KPSDyvPRdBvNjFr/>. Acesso em: 22 out. 2023.

³⁰⁹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos, Maceió, Anno XV, ed. 11, 1896, p. 1.

³¹⁰ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos, Maceió, Anno XXX, ed. 246, 1910, p. 2.

³¹¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Diário do povo*: Órgão do Partido Republicano Conservador, Maceió, Anno II, ed. 463, 1917, p. 2.

sendo a primeira em Água Branca, como professor primário;³¹² e a segunda em Alagoas, também como professor primário. Seu nome consta como professor em Alagoas juntamente com *Avelino Marques de Almeida*, sendo os dois nomes os únicos mencionados como professores. Avelino Marques ocupava a primeira cadeira, e Quintino Francisco, a segunda e última.³¹³ Dois anos depois, encontra-se a nomeação do professor Quintino para a primeira cadeira de instrução primária em 1896,³¹⁴ na mesma página onde Avelino foi nomeado professor no povoado de Taperaçuá, também na cidade das Alagoas. Nessa mesma publicação, José Antônio do Bonfim foi nomeado professor da segunda cadeira de instrução primária.³¹⁵ No livro, consta que ele era casado, residente em Alagoas, com entrada no ano de 1894 e anuais pagos até o ano de 1899.

A professora pública Anna Leitão de Jesus foi registrada no livro como uma mulher solteira de 32 anos, residente em Maceió, com entrada em 07/01/1888 e anuais pagos até o ano de 1907. Em relação às publicações, seu nome foi indicado como uma das professoras públicas da freguesia do Senhor Bom Jesus do Bonfim, no município de Assembleia, atual Viçosa,³¹⁶ na publicação do *Almanak da Província*.³¹⁷ Apesar da diferença geográfica, outras notícias a respeito de Anna Leitão levam a crer que os textos se referem à mesma pessoa. Em 1891, no *Almanak do Estado das Alagoas*, Leitão foi mencionada como uma das professoras primárias da capital, lotada em uma *escola commum*.³¹⁸ Em se tratando da mesma pessoa, os vestígios levam a entender que houve um deslocamento de Anna Leitão da Assembleia para a capital, Maceió. No *Gutenberg*, em publicação de 19/09/1894, lê-se o seguinte despacho, na seção *parte official*:

D. Anna Leitão de Jesus, professora publica jubilada de Atalaia, pedindo pagamento dos vencimentos que deixou de receber pela respectiva Intendencia, a contar do 1º de fevereiro a 16 de abril findos, visto ter deixado o exercício de sua cadeira no 1º de fevereiro dito por ter sido designada pelo governador para o cargo de regente do asylo

³¹² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, ed. 1, 1891, p. 390.

³¹³ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, ed. 1, 1891, p. 142.

³¹⁴ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, Anno XV, ed. 11, 1896, p. 1.

³¹⁵ *Ibid.*

³¹⁶ O município foi denominado Vila Nova de Assembleia entre 1831 e 1890. Em 17/12/1949, foi chamado de Viçosa pela Lei 1.473 de 17/12/1949. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Viçosa”. Acesso em: 23 abr. 2022.

³¹⁷ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1883 a 1880*, Maceió, ed. 1, 1880, p. 211.

³¹⁸ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, ed. 1, 1891, p. 618.

de N. S. do Bom Conselho e ter-se jubilado a 17 do alludido mez de abril. – Abra se o credito de 232\$220 réis e pague-se a suplicante.³¹⁹

Assim, pode-se perceber que, mesmo vivendo em regiões mais interioranas, Anna Leitão precisou mudar seu posto de trabalho para a capital do estado de Alagoas para assumir a diretoria do orfanato de Nossa Senhora do Bom Conselho, um cargo de elevada importância. Assim, é provável que na década de 1880 ela tenha lecionado em Assembleia, para em 1888 (ou fins da década) ter se mudado para a capital. Nesse período, a professora teria iniciado suas atividades como associada dos Martyrios das Alagoas. Em 1894 (ou mesmo antes disso), teria lecionado em Atalaia e sido “jubilada” para assumir uma nova função em Maceió. Contudo, essa movimentação de Maceió para Atalaia ainda não foi localizada nas fontes, o que reforça o caráter hipotético da trajetória aqui apresentada.

Diferentemente de Anna Leitão, pouco (ou quase nada) se pode supor a respeito de Virgínia Henriqueta de Oliveira e Silva, que iniciou suas atividades na irmandade no ano de 1879, sem o registro de pagamento de anuais, bem como sem informações a respeito de seu estado matrimonial. Além do ano de entrada, os únicos registros são sobre sua residência (Passo de Camaragibe) e profissão (professora pública). Também há uma menção a Virgínia Henriqueta no *Almanak* de 1880: entre os dois professores registrados em Passo de Camaragibe, consta seu nome no quadro.³²⁰

Em relação ao professor público aposentado, este é Antonio Severo do Bonfim, casado, residente em Alagoas e aceito em 1895. No livro, constam dois pagamentos de anuais, sendo o primeiro até o ano de 1899 e o segundo para o ano de 1900. No almanaque de 1878, seu nome consta como professor do Bebedouro, em Maceió, e também no município de São Miguel. Convém ressaltar que pode se tratar de dois professores com o mesmo nome ou, ainda, do mesmo professor assumindo dois postos de trabalho. Em São Miguel, seu nome ocupa a primeira cadeira da primeira classe.³²¹ No Almanaque de 1894, Antônio Severo do Bonfim é mencionado como professor do primeiro grau da capital, além de ocupar a segunda cadeira na Cidade das Alagoas como professor primário.³²² Em 7 de maio de 1898 foi publicado n’*O Orbe*

³¹⁹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ano XIII, ed. 206, 1894, p. 1.

³²⁰ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1873 a 1880*, Maceió, ed. 1, 1880, p. 137.

³²¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1873 a 1880*, Maceió, ed. 1, 1873, p. 65, 180.

³²² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak da Província das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, ed. 1, 1894, p. 223.

o decreto que jubilava o professor com direito a seus vencimentos.³²³ Tal publicação evidencia que as anotações do livro foram alteradas ao longo do tempo, visto que quando se associou na irmandade Severo ainda trabalhava como professor e só se aposentou dentro do período em que era pertencente à irmandade. Esse fato reforça ainda que a fonte foi reescrita, conforme já destacado. Sobre a aposentadoria de professores no período imperial,

Na lei de 15 de outubro de 1827 não foi garantido aos professores o direito de aposentadoria. Nos regulamentos posteriores, seja das províncias ou da Corte, o direito foi estabelecido aos vitalícios, inclusive proporcionalmente. Após sete ou dez anos de serviço, em virtude de problemas de saúde, o professor poderia ser aposentado proporcionalmente. Aos vinte e cinco anos de serviço era concedida a aposentadoria com o salário normal, sem as gratificações. Quase a totalidade da legislação estimulava o professor a continuar trabalhando depois dos 25 anos, oferecendo mais $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{2}$, sobre o salário e, ao final de trinta ou trinta e cinco anos, o professor receberia a aposentadoria integral, com as gratificações. Caso o professor resolvesse deixar o ensino, depois de 25 anos, não poderia ocupar outro cargo provincial.³²⁴

Na sequência, os proprietários contabilizam quatro registrados. Não foram encontrados vestígios suficientes que liguem os nomes registrados às propriedades mencionadas em periódicos ou mesmo em engenhos registrados em algum almanaque, o que leva a crer que esses homens eram donos de pequenas propriedades. Destaca-se que todos os quatro são homens e que viviam em Alagoas.

Assim como os proprietários, há o registro de quatro *artistas* na fonte. Por ser um termo amplo e não especificado, não há como saber exatamente em qual tipo de arte cada um dos quatro homens trabalhava. Também não foram encontrados vestígios em outras fontes sobre todos eles, mas, diferentemente do grupo dos proprietários, há questões a serem exploradas. O único associado artista do qual foi viável estabelecer outras conexões foi José de Souza Lins, que morava em Maceió, era casado e entrou na associação em 1880. Não há registro do pagamento de seus anuais. Em 1883, o periódico *O Orbe* noticiava a formação de uma associação de ajuda mútua dos artistas em Maceió:

[...] o snr. dr. Manoel Menezes, assumindo a presidencia da mesa, abriu a sessão. Com a facilidade que é peculiar á sua palavra sabia expos os fins da reunião e se bem que a passada tivesse tido o fim exclusivo de auxiliar a um artista em estado de invalidez, havia entretanto a necessidade palpitante da criação de um Monte Pio cujos resultados serão indubitavelmente proveitosos ás viúvas, aos filhos orphãos de todo e qualquer artista sobre quem a fatalissima Palca deixasse cahir sua pesada mão. E

³²³ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Orbe*, Maceió, ed. 63, 1898, p. 78.

³²⁴ CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. Os professores e seu papel na sociedade imperial. *Revista HISTEDBR Online*, v. 34, p. 37-61, 2009. p. 12. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/urqKXhr.doc. Acesso em: 22 out. 2023.

não só neste caso seriam necessários os auxílios do Monte Pio; também eles far-se-iam válidos quando qualquer de seus membros fosse vítima de molestia que o impossibilitasse de trabalhar.³²⁵

Oswaldo Maciel destaca que, no início da República, a associação do Monte Pio dos Artistas Alagoanos estava entre as associações mutualistas que mais constantemente receberam subvenções do governo. Essas subvenções foram importantes, por exemplo, para dificultar as insolências da sociedade.³²⁶ No trabalho, também houve a indicação do entrecruzamento na ocupação de cargos entre associações diversas. O autor menciona o caso de Ildefonso de Paula Mesquita, orador do Monte Pio dos Artistas Alagoanos e diretor de cena na diretoria da Sociedade Dramática Particular Maceioense.³²⁷ A notícia que menciona o nome de José de Souza pode ser encontrada em uma nota no *Gutenberg* em 1883:

A comissão abaixo assignada, tendo promovido nesta capital a manifestação de que foi alvo a sociedade União Musical, – Caraunas – do Pilar, agradece a todas as pessoas que se dignaram concorrer para o bom exito da mesma, e manifesta-lhes o seu agradecimento.
Maceió, 23 de novembro de 1885.
José de Souza Lins.
[...]³²⁸

A nota publicada no periódico pode ser um indício da arte exercida pelo associado: a música. Em 1887, outra nota de agradecimento foi publicada no *Gutenberg*, sobre um espetáculo em benefício do *Monte Pio dos Artistas*. Na notícia, o nome de José de Souza Lins foi mencionado em agradecimento por seu *valioso auxílio*.³²⁹ Tais menções levam a crer que, além de artista, José de Souza era bastante engajado no cenário artístico de Maceió. Em 1909, lê-se o seguinte comunicado, também no *Gutenberg*:

JOSE DE SOUZA LINS
Falleceu hontem nesta cidade o sr. José de Souza Lins, que exercia o cargo de continuo do Thezouro Estadual.
O finado era artista e muito estimado no seio de sua classe. Deixa viuva e filhos a quem enviamos as nossas condolencias.³³⁰

³²⁵ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Orbe*, Maceió, ed. 94, 1883, p. 2.

³²⁶ MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 40.

³²⁷ MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Op. cit.*, 2011, p. 57.

³²⁸ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ed. 86, 1883, p. 3.

³²⁹ *Ibid.*, 1887, ed. 64, p. 3.

³³⁰ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ed. 166, 1909, p. 1.

Na edição 169, o mesmo periódico noticiou a missa pela alma do artista.³³¹ Em 1910, Francisca Correia Lins foi reconhecida como pensionista com o título de viúva de José de Souza Lins. O reconhecimento da condição veio do Montepio dos Servidores do Estado.³³² A partir do nome de um associado, estabeleceu-se uma relação entre ele e pelo menos três associações de ajuda mútua: a *Irmandade dos Martyrios*, o *Montepio dos Artistas* e o *Montepio dos Servidores do Estado*. Não há como afirmar se ele participou das associações de forma simultânea ou se ingressou nos espaços em períodos alternados de tempo. O que se pode afirmar *a priori* é que o artista foi um adepto da prática associativa, e que em pelo menos um dos espaços a viúva Francisca Correia teve seu direito assistido, ainda que um ano após o falecimento de seu esposo (seu falecimento consta em agosto de 1909, e a notícia da pensão por viuvez é de agosto de 1910).

O vigário assinalado na irmandade trata-se de Manoel Capitolino de Carvalho. Aceito em 1895, sem a sinalização de anuais pagos para os anos seguintes, vigário e residente em Santana do Ipanema, teve uma notável carreira política dentro do estado. Não se sabe ao certo até que ano o então vigário permaneceu associado. Contudo, anos depois, ocupou o cargo de senador estadual nas legislaturas de 1915-1916, 1917-1918, 1919-1920 e 1921-1922. Também foi deputado estadual e constituinte entre 1935-1938. Além disso, foi governador interino do estado entre 1º de março de 1921 e 12 de junho de 1921,³³³ quando substituiu, por motivos de saúde, José Fernandes de Barros Lima, político que esteve diretamente envolvido no episódio conhecido como *Quebra de Xangô*, em 1912.³³⁴ No episódio em questão, visando minar o governo de Euclides Malta, Fernandes Lima e outros políticos da oposição incentivaram a população a atacar terreiros de xangô sob os boatos de que Euclides Malta frequentaria terreiros e utilizaria “magia negra” para se perpetuar no poder, o que seria uma vergonha para a política alagoana em nível nacional.³³⁵ Assim,

³³¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ed. 169, 1909, p. 2.

³³² *Ibid.*, 1910, ed. 186, p. 2.

³³³ Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>, através da busca do verbete “Manoel Capitolino de Carvalho”. Acesso em: 1 maio 2022.

³³⁴ MENEZES, Amanda Patrícia Santos Lorena de. *Reverberações contemporâneas do Quebra de Xangô de 1912: continuidades e desdobramentos da devassa aos terreiros em Maceió/AL*. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

³³⁵ Iniciado por uma organização paramilitar intitulada de *Liga dos Republicanos Combatentes*, o Quebra de Xangô permanece como questão fundamental para as discussões sobre intolerância religiosa em Alagoas. Isso porque as invasões aos terreiros em 1912 se iniciaram em Maceió, mas percorreram povoados e distritos próximos, como Pratagy, Atalaia, Santa Luzia do Norte, Alagoas e Tabuleiro do Pinto. Muitos intelectuais atribuem o “esvaziamento” das manifestações culturais em Maceió à violência dos atos de 1912. O maracatu, por exemplo, teria abandonado os festejos carnavalescos na capital. Temendo serem confundidos com babalorixás, mestres carnavalescos teriam fugido para estados vizinhos em busca de segurança. Cf. RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô*

Uma das facetas do Quebra de Xangô se apresenta a partir da acirrada disputa pelo poder político por uma oposição coordenada por Fernandes Lima que desenvolve estratégias de campanha de estilo persecutório direcionadas à Euclides Malta. Já no fim do ano de 1911, a cidade, os políticos e os cidadãos já estão vivenciando as ações intimidatórias e de “suporte físico” levadas à cabo pela Liga dos Republicanos Combatentes. Assim, uma dessas estratégias dessa campanha de oposição, a partir da compreensão de que parte da população repudiava “o atraso e a barbárie” das religiosidades de matriz africana, estava em alimentar uma associação cada vez mais negativa, de Euclides Malta aos terreiros alagoanos.³³⁶

Voltando à carreira política de Manoel Capitolino, quando estava em exercício no cargo de governador interino, escreveu uma mensagem ao Congresso alagoano. Em sua fala, o então governador discorre sobre as relações de Alagoas com a União e outros estados, justiça, instrução pública, economia, higiene pública, assistência a mendicidade, ordem pública, obras públicas, obras escolares em andamento, os limites de Alagoas, entre outros conteúdos mais gerais do estado. Seu discurso oficial estava bem alinhado com o de Fernandes Lima:

Cumpre-me dizer-vos que não se pode negar que S. Excellencia tem como evidente demonstração de seus trabalhos administrativos as diversas obras recentes do Estado que hão de chegar aos pósteros que, estou certo, registrarão nas páginas da Historia Política de Alagoas, o seu nome como um dos seus filhos benemeritos. Assumindo o governo deste Estado, inspirei-me na democracia, tendo em mira a harmonia, a tolerancia e o bem da collectividade.³³⁷

Uma questão interessante a observar é que, mesmo com uma carreira política, Manoel Capitolino (ou Capitulino) continuou a exercer suas funções na Igreja Católica. Observando as recomendações de Roma no período para a Igreja Católica no Brasil, percebe-se que a orientação oficial era a de que os padres se distanciassem o máximo das questões políticas, visto os problemas que essas atividades vinham causando para a Igreja. Essa visão herdou o nome de *ultramontanismo*, que, além de defender padres que se dedicassem exclusivamente ao sacerdócio, defendia também a autoridade e infalibilidade papal sobre a igreja, entre outras questões. Em contrapartida ao ultramontanismo, havia o *regalismo*. Na segunda metade do século XIX, ultramontanos e regalistas se enfrentaram mutuamente em discursos acalorados nos periódicos brasileiros.³³⁸ A atividade política de Manoel Capitolino gerou tanto elogios

rezado baixo: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: EDUFAL, 2012, p. 40-42.

³³⁶ MENEZES, Amanda Patrícia Santos Lorena de. *Op. cit.*, 2021, p. 37.

³³⁷ CARVALHO, Manoel Capitulino. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas no Dia de Sua Instalação ao 21 de Abril de 1921 Pelo Exmo. Sr. Reverendíssimo Cônego Manoel Capitulino de Carvalho, Vice-Presidente do Senado, no Exercício do Cargo de Governador do Estado*. Maceió: Imprensa Oficial, 1921. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira.

³³⁸ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Op. cit.*, 2015.

quanto críticas à sua integridade como sacerdote, e no mesmo periódico: “[...] Há entre esses senadores alguns patricios que não são mesmo profissionaes da politica, alguns homens de proclamada integridade moral e, acima de todos, um que exerce o ministério christão, o sr. Conego Manoel Capitulino de Carvalho”.³³⁹ Cinco dias depois, lê-se o seguinte:

Triste heroismo!... O facto não é inedito no arraias da democracia, graças às qualidades estragadoras do sr. Zefernandes, Inedita e a atitude desse sacerdote christão, desse pastor dos catholicos de Sant’Anna do Ipanema, desse Conego Manoel Capitulino de Carvalho, que mente de publico, com a responsabilidade de Presidente da sessão, e se desculpa, livido e tremulo, quando se apellou para sua dignidade sacerdotal, dizendo que ella alli não está em jogo e sim a sua dignidade de politico. Tem-se s. exc. Na conta de muito digno politico!... Alli, s. exc. não é padre... (sic.) nem é nada, porque nada é quem não preza a sua dignidade de homem. Avaliamos daqui que de amarguras e que de torturas para o coração do nosso muito amado Bispo não terá trazido essa innominada degradação moral desse sacerdote christão. [...]³⁴⁰

Ao tentar inibir a participação de padres no meio político, a Igreja buscava evitar que escândalos dessa esfera chegassem até ela. Não há como afirmar o posicionamento do Cônego nesse embate levando em consideração apenas a sua carreira política, mas, sem dúvida, essa participação pode ser interpretada como um indício de seu posicionamento ao lado dos regalistas. Pensando na relação do Vigário com a Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, convém reforçar que sua entrada se deu muito antes da jornada na carreira política; mas sua entrada em 1895 pode também ser um indício de seu trânsito nas proximidades da capital e demarcar tentativas de alianças com alguns grupos da região. A depender da relação estabelecida com irmandades religiosas, muitos fatores poderiam ser afirmados e reafirmados, e um deles é o poderio político através de doações.

Na sequência, a associação contava com um marceneiro registrado. Trata-se de Balbino Correia de Mendonça, casado, residente em Alagoas, com entrada em 1881, e anuais pagos até 1900. Seu nome foi publicado no almanaque em 1891, entre a lista dos marceneiros da cidade das Alagoas.³⁴¹ Com apenas um homem indicado como médico, existem poucas menções a Silvestre Otaviano Loureiro. Há um registro, que provavelmente menciona o seu nome, na nota de falecimento de um familiar, o Dr. Pedro Loureiro, no ano de 1905. Entre os signatários da família, consta o nome do “dr. Silvestre Loureiro”.³⁴² Outra menção ao médico aparece na

³³⁹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Diário do Povo*, Maceió, ed. 462, 1917, p. 1.

³⁴⁰ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Diário do Povo*, Maceió, ed. 466, 1917, p. 1.

³⁴¹ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Almanak do Estado das Alagoas, 1891 a 1894*, Maceió, ed. 1, 1891, p. 231.

³⁴² FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Evolucionista*, Maceió, ed. 126, 1905, p. 2.

doação de esmola para a compra de uma coroa de ouro para Nossa Senhora da Conceição da Capela de São Gonçalo no Alto da Jacutinga. Segundo a publicação, o médico estaria entre os doadores do valor total de 46\$000 (quarenta e seis mil réis). Sua contribuição foi com o valor de 2\$000 (dois mil réis).³⁴³ Já Pedro Alves da Silva Nolasco, inscrito como membro da associação entre 1874 e 1881, residente em Alagoas, teve sua ocupação registrada como “bacharel”. Seu nome foi registrado em um documento emitido no Estado no ano de 1922, no qual estão listados 145 funcionários estaduais entre dezembro de 1921 e abril de 1922, que tiveram diferenças incorporadas ao rendimento conforme decisão do Tribunal Superior pelo decreto 959 de 14 de dezembro 1921. Em seu nome, constam 20 apólices contabilizando o total de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis).³⁴⁴

Há apenas um homem apontado como agricultor, mas sem qualquer indicação sobre ele nas fontes até o momento. Da mesma forma, não foram encontrados quaisquer vestígios do pedreiro e do ourives assinalados no livro. Essa falta de menção, principalmente em relação ao pedreiro e ao ourives, indicaria um trabalho informal desempenhado por eles, visto que os almanaques listavam esses trabalhadores por cidades.

Ademais, uma vez que o número de pessoas com ocupação registrada era consideravelmente inferior em relação aos que não tinham nenhuma menção em relação ao trabalho, a saber, 87,61% dos associados não possuíam qualquer tipo de relação com um ofício segundo o livro de entrada. Os dados reforçam o argumento de que a irmandade era composta em sua maioria de pessoas pobres, que trabalhavam com atividades informais, na incerteza quanto a sua renda mensal final. Pouquíssimos tinham ocupações fixas que pudessem garantir seus anuais e demais despesas com a associação. É provável que essa maioria tenha sido composta por trabalhadores rurais, empregados nos engenhos da região de maneira informal. Os outros 12,39% compunham uma camada de classe média e/ou emergente, a depender das funções que exerciam e dos salários que recebiam. Dentre os precarizados, os nomes apontados acima formavam, assim, um grupo dos “menos precarizados”.

Uma última consideração a fazer a respeito dos ofícios é a de que apresentar uma profissão a uma irmandade religiosa, com a finalidade de que essa informação fosse registrada em livro, poderia implicar na ocultação ou mesmo distorção de informações. Pessoas com mais de um ofício, por exemplo, poderiam optar por se apresentar de uma forma ou de outra, a depender do grupo ou instituição na qual interessava ingressar.

³⁴³ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Gutenberg*, Maceió, ed. 63, 1896, p. 2.

³⁴⁴ FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. *Mensagens do Governador para a Assembleia (AL) – 1890 a 1930*, ed. 1, 1922, p. 60.

5.4 – As residências dos irmanados

A seguir, serão observados os registros quanto à residência dos associados. Segundo o próprio regimento, essa informação deveria ser registrada no livro de entrada: “O secretário lavrará termo de entrada em livro competente, declarando sua idade, estado, residencia e profissão ou modo de vida.”³⁴⁵. Quando se leva em consideração o local de origem das pessoas listadas no livro, obtém-se o seguinte demonstrativo:³⁴⁶

Tabela 4 - Residência dos associados do Bom Jesus dos Martyrios

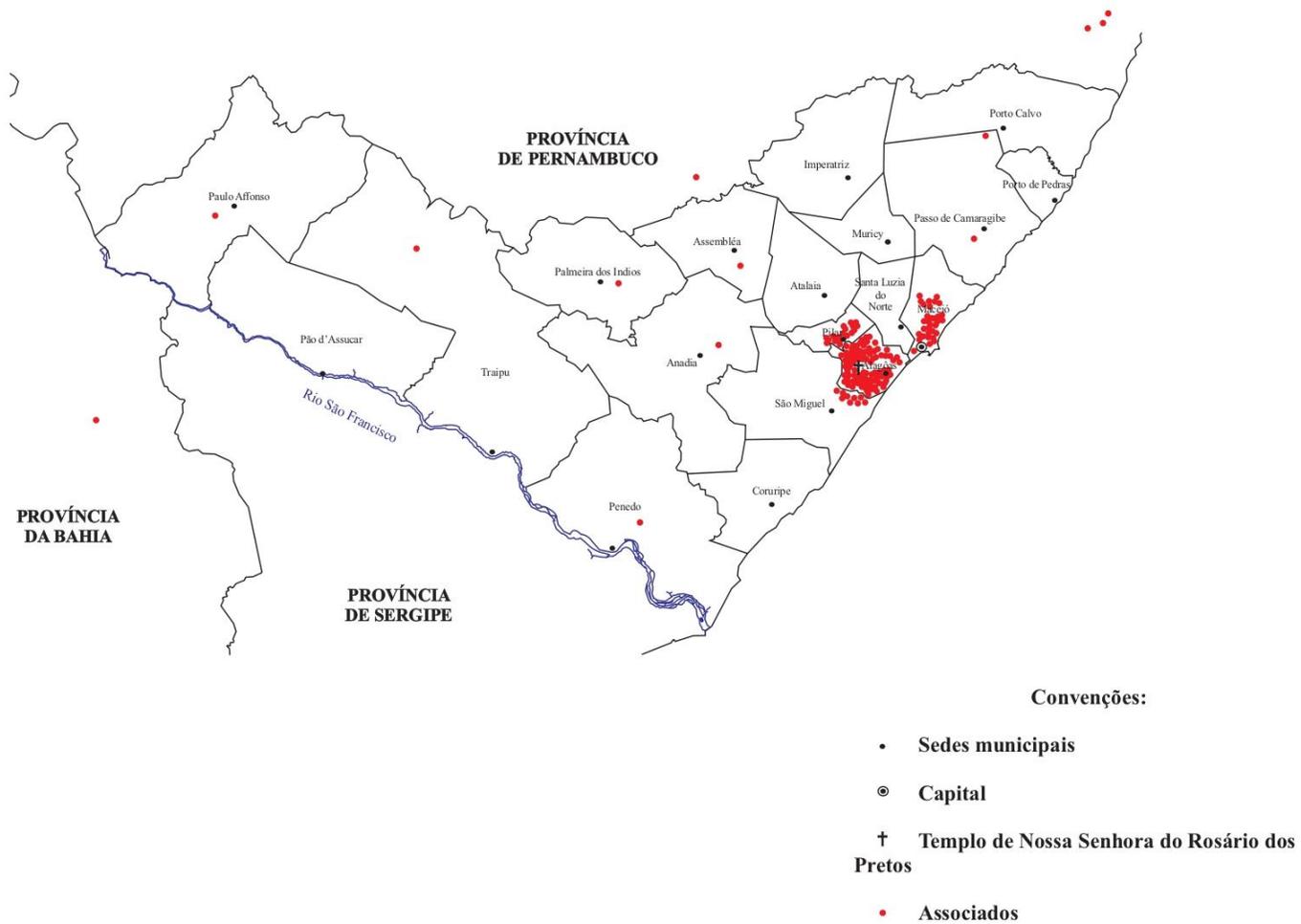
Local	Quantidade (números)	Porcentagem (%)
Cidade das Alagoas	107	45,73
Maceió	33	14,10
Residências sem localização precisa	31	13,25
Não informado	22	9,40
Pilar	19	8,12
São Miguel de Campos	9	3,85
Recife	3	1,28
Água Branca	1	0,42...
Bahia	1	0,42...
Jacuhype	1	0,42...
Limoeiro de Anadia	1	0,42...
Palmeira dos Índios	1	0,42...
Passo de Camaragibe	1	0,42...
Penedo	1	0,42...
Pernambuco	1	0,42...
Sant’Anna do Ipanema	1	0,42...
Viçosa	1	0,42...

Ao observar esses dados dispostos também no mapa, da Província de 1872, obtém-se uma melhor visualização dessas informações:

³⁴⁵ COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas. *Op. cit.*, 1872, p. 231.

³⁴⁶ LIVRO de entrada de irmãos da Irmandade Bom Jesus dos Martyrios. *Op. cit.*, 1845-1900.

Mapa 2 - Residência dos associados do Bom Jesus dos Martyrios (1845 – 1900)



O mapa em questão foi construído a partir do mapa de 1872, elaborado pelo Governo de Alagoas, no ano de 2020.³⁴⁷ O que foi buscado com a representação é criar uma ideia aproximada da localidade de origem dos associados, visto que detalhes mínimos ligados a localizações de engenhos, fazendas e freguesias específicas não foram levados em consideração. Os pontos foram dispostos levando em conta apenas as informações dos municípios de origem dos irmanados. Dessa forma, os integrantes que não tiveram suas informações corretamente assentadas no livro de entrada, como, por exemplo, as 31 pessoas com residência informada, mas que não foram precisas, ou mesmo as 22 que não tiveram suas informações de residência registradas, não puderam ser consideradas para a representação. Convém chamar atenção para a pessoa residente em Água Branca, que foi inserida em Paulo Affonso, visto que em 1872 a localidade não existia ainda como vila (o desmembramento de Paulo Affonso só ocorreu em 1875)³⁴⁸ e se constituía apenas como um povoado. De forma semelhante, a residente de Jacuhype foi sinalizada como moradora das imediações de Passo do Camaragibe e de Porto Calvo, pois o município só foi criado em 1958. O residente de Sant'Anna do Ipanema foi sinalizado como residente em Traipu, levando em conta que a região só foi desmembrada de Traipu em 1875.

Ao analisar os dados retirados do livro, percebe-se que a Bom Jesus dos Martyrios funcionava com um caráter marcadamente local. Contudo, havia exceções a essa regra. Pensando no caráter local, durante todo o período de funcionamento registrado da irmandade, entre os 234 membros inscritos no livro, 140 possuíam residência nas Alagoas ou em Maceió. Esse número poderia ser maior, visto que 22 membros não tiveram suas residências informadas no livro de entrada e outros 31 têm a informação de residência imprecisa.³⁴⁹

Outros municípios localizados em Alagoas também são mencionados. Alguns deles são mais distantes da região das Alagoas, e esse fator chama a atenção a partir da seguinte questão: o que pessoas de localidades longínquas estariam fazendo ao se associarem a uma irmandade em uma vila tão distante (a exemplo de Penedo)? Se se leva em consideração que a depender do cargo exercido na Mesa Regedora, alguns membros tinham obrigações específicas a serem desenvolvidas no local da irmandade, o que poderia aumentar ainda mais a dificuldade de ser associado em outras localidades. A explicação mais plausível pode estar nos negócios ou

³⁴⁷ Ver p. 67.

³⁴⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. XIX.

³⁴⁹ Como exemplo, convém citar as menções no livro aos engenhos *Pindoba* e *Caxueira*, sem a devida associação a um município específico. Nos Almanques de 1877 e 1891, são mencionados mais de um engenho na Província ou no estado das Alagoas com os nomes acima exemplificados, o que dificulta precisar o real local de residência dos membros.

trabalhos desenvolvidos por esses associados. Como exemplo, pode-se citar o caso de José Felix do Rego, negociante residente no Pilar, que tem sua data de entrada na associação no ano de 1870 e anuais pagos até o ano de 1874. Embora não haja como afirmar precisamente que essas eram as motivações de José Felix, pode-se supor que suas atividades como negociante poderiam exigir dele viagens à capital ou mesmo às regiões próximas, o que poderia, por sua vez, levá-lo a buscar uma rede de apoio em uma Irmandade religiosa. Outras motivações também podem ter funcionado como precursoras de uma associação, como o mencionado caso de Manoel Capitolino de Carvalho,³⁵⁰ vigário de Sant'Anna do Ipanema. Percebendo sua trajetória política no estado, é factível inferir que sua associação no Bom Jesus dos Martyrios possa ter ocorrido em um momento de articulação política e social, quando ele construía laços mais próximos à capital.

Mais curiosa ainda é a informação de que havia membros de fora da Província. Isso porque as cinco entradas foram registradas entre 1866 e 1874. Quatro delas foram registradas na Província de Pernambuco, entre as quais três de Recife, e uma pessoa genericamente inscrita residente em Pernambuco. O quinto registro consta de mais distante ainda: da Província da Bahia. Mais uma vez, a hipótese mais provável que possa explicar a associação de membros tão distantes pode residir em motivos familiares ou ligados ao trabalho, de pessoas que vieram para a Província por determinados períodos e fizeram parte da associação religiosa em questão, ou mesmo pessoas que precisavam viajar para Alagoas (Província) de forma recorrente. Convém destacar que, conforme o regulamento, o registro deveria ser feito a partir do local de *residência*, e não de procedência desses membros.³⁵¹

Reforça-se o que fora mencionado anteriormente sobre as cartas-patente.³⁵² Esse mecanismo pode ter facilitado a circulação entre membros de diversas irmandades do Bom Jesus dos Martyrios de diferentes localidades, pois o regulamento menciona a cessão das cartas para membros que porventura precisassem sair da região. É bastante plausível que membros de localidades diversas pudessem ter seus aceites facilitados na Cidade das Alagoas também através de cartas-patente emitidas por outras irmandades. Essa facilidade pode ter atraído novos irmanados que precisassem se deslocar constantemente para Maceió, Cidade das Alagoas ou regiões próximas, ou mesmo pessoas que precisassem passar uma temporada ou temporadas específicas na região. Assim, constituindo-se como uma aparente minoria (pelo menos até o

³⁵⁰ Ver p. 128-130.

³⁵¹ COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas. *Op. cit.*, 1872, p. 231.

³⁵² Ver p. 98.

momento com as fontes disponíveis), havia membros de regiões longínquas que buscavam a associação religiosa na Cidade das Alagoas. O próprio regulamento pode ser utilizado como instrumento explicativo para tal característica.

5.5 – Tempo de permanência x valor médio entre entrada e anuais

Outra análise viável de ser realizada através do livro de entrada é o tempo de permanência dos membros do Bom Jesus dos Martyrios. Nessa documentação estão registradas a data de entrada dos associados e até que ano os anuais foram pagos. Como se pode imaginar, não há uma regularidade nessas informações, principalmente nas anotações referentes aos pagamentos dos anuais. Praticamente todos os membros (exceto dois deles) têm a data da entrada informada na documentação, mas mesmo essa informação varia bastante, pois enquanto alguns deles têm a informação do dia, mês e ano, outros possuem apenas mês e ano, e há ainda o último grupo, em que consta apenas a anotação do ano de entrada. As informações são mais escassas em relação aos pagamentos de anuais, visto que 66 nomes estão registrados sem a menção a anuais pagos (o que corresponde a 28,21% do total). Para esses casos, considerou-se que os membros permaneceram na irmandade apenas o primeiro ano que consta de entrada.

Ao observar o tempo de permanência dos associados, percebe-se que a média estabelecida é de 5,6 anos. Em termos financeiros, as entradas mais os anuais chegariam aos 6 anos, o que totalizaria uma média de gastos por associado de 6 anuais (2\$160,00) mais o valor de entrada (2\$000,00). Assim, cada membro dispôs em média 4\$160,00 (quatro mil, cento e sessenta réis) ao longo da história da irmandade durante o período analisado. Obviamente, outras questões poderiam encarecer a permanência de determinados membros, como o acesso aos cargos da Mesa Regedora, visto que, a depender da função a ser desempenhada, os associados deveriam desembolsar valores muito acima do cobrado pelos anuais. Contudo, a título de média, o cálculo auxilia a entender também que os valores não eram impossíveis de serem conseguidos, se se leva em consideração o valor de 4\$160,00 para ser gasto ao longo de 6 anos de permanência em uma irmandade. Mesmo para as pessoas que não tivessem ocupação fixa, os valores pagos por diária de trabalho poderiam garantir a permanência de seus membros mais incertos em relação a ocupação.

Esse caráter reforça o argumento de que a irmandade era constituída em sua grande maioria por pessoas pobres (apesar da inegável presença de setores da classe média), além de denotar a evidência de que o grande número de pessoas sem ocupação registrada no livro de

entrada poderia ser de fato um indicador para a quantidade de pessoas sem ocupação fixa, e não um erro de esquecimento de registro em ata (pelo menos, não da maioria).

5.6 – Idade dos associados

Dos 234 nomes, há o registro da idade de 106 membros, o que permite analisar esses dados quantitativamente e projetar uma idade média dos associados. Assim, obtém-se que as pessoas com a idade registrada na documentação tinham em média 25,7 anos de idade. Pode-se projetar, assim, que a Irmandade era composta por adultos em sua maioria. Ao pensar sobre as questões do *bem morrer* que envolviam uma associação religiosa, percebe-se que a Bom Jesus dos Martyrios não era muito procurada por idosos próximos da hora da morte. Essa prática era comum, e como meio de se prevenir dos “interessados” nos benefícios que uma associação poderia proporcionar no momento da morte, alguns compromissos cobravam taxas extras para os mais idosos. É o caso do compromisso da Irmandade do Rosário, analisado no capítulo anterior.³⁵³ Em vez da cobrança habitual de 1\$000,00, os associados acima de 50 anos de idade deveriam pagar a entrada de 6\$000,00. Não há nada parecido no regulamento do Bom Jesus dos Martyrios, o que indica que procuras desse tipo não ocorriam frequentemente na Irmandade. Isso faz sentido à medida que se pensa no peso da tradição do Rosário na região, além dos valores de entrada serem menores e da larga tradição de acolhimento aos mais necessitados. Provavelmente esses fatores levavam os mais desvalidos próximos à hora da morte a buscarem associações maiores e mais tradicionais.

Para ter uma maior percepção do público frequentador da Irmandade, convém estratificar os membros a partir das faixas etárias.

³⁵³ Ver pg. 102.

Tabela 5 - Divisão por faixa etária: Irmandade dos Martyrios

Faixa etária	Nº de membros	Porcentagem (%)³⁵⁴
00-10 anos	12	11,32
11-20 anos	20	18,87
21-30 anos	41	38,68
31-40 anos	22	20,75
41-50 anos	10	09,43
51-60 anos	0	00,00
61-70 anos	1	00,94

Assim, percebe-se uma progressão de aumento de idade dos membros entre 1 e 30 anos. O fator inverso ocorre entre 31 e 70 anos, quando ocorrem quedas bruscas no número de associados. É marcante o fato de não haver registro em mais de cinquenta anos da associação a inscrição de uma única pessoa entre 51 e 60 anos. Ao observar a idade média desse grupo aliado à estratificação por faixa etária, percebe-se a quase ausência de idosos inscritos no livro. O grande motivo para isso é a baixa expectativa de vida comum no Império brasileiro. Além disso, conforme dito anteriormente, é provável que os poucos mais velhos recorressem principalmente a uma associação como a do Rosário, que possuía um templo próprio e provavelmente mais condições para promover os enterramentos. As crianças registradas são associadas a outros membros da irmandade, em sua grande maioria, reforçando a importância da organização familiar na associação.

5.7 – Fluxo de entrada por período

A documentação possibilitou realizar uma última análise, na qual se leva em consideração os períodos de maiores e menores números de entradas na irmandade. Ao organizar os dados por décadas, obtém-se o seguinte demonstrativo:

³⁵⁴ Convém destacar que a porcentagem aqui foi calculada a partir do número total de membros com idade informada na documentação (106 membros), e não a quantidade total de membros.

Tabela 6 - Fluxo de entradas por décadas: Irmandade dos Martyrios

Período	Nº de entradas	Porcentagem (%)
Sem informação	2	00,85
1845-1850	5	02,14
1851-1860	28	11,97
1861-1870	103	44,02
1871-1880	43	18,38
1881-1890	17	07,26
1891-1900	36	15,38

Assim, percebe-se que, de acordo com os dados obtidos na documentação, o número de membros acompanha uma crescente até a década de 1860, e os número começam a variar entre aumento e diminuição de inscritos nas décadas seguintes até o fim do século XIX. Percebe-se também o grande crescimento na década de 1860 em relação às décadas anteriores. Uma das explicações para esse repentino crescimento pode estar nos ciclos epidêmicos do cólera, que tiveram seu auge nas décadas de 1850 e 1860.³⁵⁵ Provavelmente, a incerteza perante a morte e os cumprimentos dos ritos fúnebres alavancou o número de pessoas que procuravam irmandades na Província das Alagoas.

O ano com o maior número de entradas é o de 1864, no qual constam 33 associações no total. Já os anos em que há registro de entrada com o menor número são 1845, 1850, 1858, 1860, 1885 e 1899. Neles, há o total de 1 entrada por ano.

Outra informação importante de ser extraída a partir dos dados é a respeito dos membros fundadores. O compromisso alega que todos os listados antes da aprovação do regulamento seriam considerados *membros fundadores* da irmandade. De acordo com a informação contida na própria fonte, o regulamento foi aprovado pelo bispado de Olinda em 1860. Não se sabe, no entanto, se houve um espaço considerável de tempo entre a confecção do texto e a aprovação religiosa. Contudo, o ano de 1860 será considerado aqui como um marco para tentar precisar o número de membros fundadores na associação. O regulamento não estabelece tratamento especial a esses membros nem mesmo explicita se eles formariam a primeira mesa regedora, apesar de ficar subentendido no texto.³⁵⁶

³⁵⁵ ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. *Op. cit.*, 2019, p. 49.

³⁵⁶ Ver p. 82.

Ao analisar os dados até o ano de 1860, pode-se estabelecer que a associação contava com 32 membros fundadores, dentre os quais boa parte, provavelmente, deliberava sobre a Mesa Regedora. Isso porque o ano de 1860 conta com uma única entrada, datada no mês de novembro de 1860, enquanto a aprovação pelo bispado foi assinada em maio de 1860.

Percebe-se também, de acordo com os registros do livro, que a irmandade era pouco movimentada, visto que, dividindo o número total de associações (234) pelo período aqui analisado (55 anos), obtém-se uma média de 4,25 entradas por ano. Esse baixo número de entradas também explica a necessidade de o grupo ocupar um dos altares laterais da Irmandade do Rosário das Alagoas, pois os recursos oriundos de novos membros deveriam ser bastante escassos.

5.8 – Os rastros de uma História pouco explorada

Os dados retirados do livro de entrada possibilitam análises interessantes que permitem aos leitores inferir características gerais a respeito dos membros do Bom Jesus dos Martyrios. *A priori*, tem-se a referida diferença entre os sexos, que também estava refletida na quantidade de membros da associação, com uma presença menor de mulheres registradas em relação aos homens. Outro fator fundamental é a importância do casamento para a associação, visto que a maioria dos membros (entre homens e mulheres) eram casados. Na sequência, os solteiros compunham o segundo grupo mais numeroso da associação, seguido do baixíssimo número de viúvos. Esse padrão pode ser observado nos dois grupos.

Outra característica importantíssima a ser observada na análise é o baixo número de associados com profissão mencionada no livro de entrada. A grande maioria dos registros sem ofício, aliada aos valores cobrados para entrada e anuais, reforça que a maioria dos associados era composta pelas camadas mais pobres da população. Pouco mais de 10% têm seus trabalhos informados na documentação, e nem todos puderam ser localizados nos Almanques aqui analisados, o que reforçaria a ideia do caráter informal do trabalho. Além disso, com uma permanência média de 5,6 anos, os membros dispensavam em média o total de 4\$160,00, uma quantia nada exorbitante para ser gasta entre entrada e anuais ao longo de 6 anos.

A Bom Jesus dos Martyrios era uma associação marcadamente local. Os registros de entrada indicam, principalmente, regiões na Cidade das Alagoas e Maceió. Alguns municípios mais distantes também estão sinalizados, assim como Regiões do Recife, Pernambuco e Bahia. Essas pessoas provavelmente tinham negócios na região, e poderiam utilizar-se da carta-

patente, mencionada no regulamento e que facilitava a circulação de pessoas de diferentes regiões entre Irmandades de uma mesma rede, portadoras do mesmo orago.

Outro ponto a ser destacado é a progressiva ausência de membros a partir dos 40 anos de idade, o que mostra os efeitos da baixa expectativa de vida no Brasil Império, e também revela a baixa procura dos mais velhos por uma irmandade pequena como a Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas. Por último, observou-se a baixíssima média de entradas anuais: 4,25. A década que contém o maior número de entradas é a de 1860, e isso pode ser explicado também pelo crescimento nas décadas de 1850 e 1860 da epidemia do cólera, que se alastrava nas Alagoas nesse período. Nas décadas seguintes, há uma queda no número de inscrições e um último crescimento na década de 1890.

Os vestígios lidos a partir do livro de entrada, apesar de não elucidarem todas as dúvidas a respeito de seu funcionamento no dia a dia, auxiliam na compreensão de mais detalhes e permitem, assim, levantar questões relevantes para a história das irmandades em Alagoas. Pode-se inferir, por exemplo, que havia poucas atividades desempenhadas pela irmandade em questão na sociedade. Com a queda cada vez maior de associados com o passar dos anos, entende-se que em seus anos finais de registro o grupo possa ter funcionado apenas com as obrigações constadas em Compromisso como uma formalidade, sem muitas reuniões/atividades abertas para a sociedade. Provavelmente, não realizavam muitas atividades religiosas na região, característica marcante das irmandades. Esses rastros sinalizam uma história difícil, mas possível de ser feita.

6 – Conclusão

Conforme discutido, a documentação referente às irmandades é bastante escassa em Alagoas. Esses fatores se devem às questões políticas de preservação e conservação de documentos em arquivos públicos ou privados e é uma realidade com a qual a História como campo de produção de conhecimento precisa lidar. Apesar das dificuldades, é possível construir uma história das associações religiosas com os documentos que “sobreviveram” nos arquivos, e pode-se também pensar em alternativas para essa escrita, como, por exemplo, as notícias de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, com acesso gratuito e disponível para todos.

A partir do livro de entrada, do compromisso da irmandade, além dos recortes de jornais e outras fontes auxiliares da pesquisa, pode-se chegar à conclusão de que a Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas estava inserida na sociedade de forma pouco expressiva, visto que a quantidade de membros a entrar na associação foi pequena, excetuando-se apenas a década de 1861-1870, quando pouco mais de 100 novas pessoas integraram os quadros da irmandade. Convém levar em consideração que a associação funcionava em uma cidade que havia sido a primeira capital da província, mas que logo em seguida perdeu o seu posto, o que levou a uma quebra no número de atividades cívicas, bem como no número de moradores da região. Esse fator pode ter contribuído para tal situação.

Uma questão relevante para levar em consideração são os cargos de mesas regedoras informados no Almanaque de 1891: percebe-se que as mesas não funcionavam plenamente, o que reitera a interpretação de que esses espaços sofriam um provável “esgotamento” de suas atividades, e isso pode ter sido uma extensão do que ocorria com a cidade desde 1839. Com uma atividade econômica cada vez mais restrita ao âmbito rural, Alagoas perdia espaço para a recém-capital, mais desenvolvida e com um aporte urbano muito mais atrativo para a população, como a existência de comércio, linhas férreas, atividades cívicas e, com certeza, mais atividades religiosas. Todo esse cenário levou também a uma escassez das atividades religiosas na “velha” Alagoas. Pode-se inferir, inclusive, que as outras irmandades da antiga capital sofriam do “mesmo mal”, talvez em maior ou menor grau, a depender da quantidade de associados que tinham. Isso faria da Irmandade dos Martyrios uma associação mediana para o período e local, e não uma irmandade “pouco expressiva”. Apesar de ser uma explicação possível, a ausência de outros livros de entrada de irmandades do mesmo período e local torna a conclusão apenas uma possibilidade.

Analisando a associação internamente, o conteúdo do Compromisso reafirma os papéis de gênero que as hierarquias produziam e *reproduziam*, junto com as lógicas coloniais de dominação implementadas por Portugal. Às mulheres eram relegados papéis menores, nos quais eram retiradas dos cargos de decisão dentro das irmandades religiosas. Tal fato pôde ser percebido na Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios. Na Irmandade do Rosário, grupo detentor do templo que abrigava o orago da associação aqui analisada, a situação era um pouco diferenciada, visto que um espaço maior era deixado para as mulheres. Contudo, conclui-se que as decisões nela também ficavam a cargo dos homens.

O livro de entrada também permite concluir que a maioria dos associados não tinha emprego formal, realidade de uma minoria (aproximadamente 13%, apenas). Esse foi outro fator que provavelmente contribuiu para que a irmandade tenha tido poucas atividades realizadas, visto que no período analisado era comum a valorização da pompa e do luxo como formas de expressões nas festas religiosas, fator duramente combatido no discurso ultramontano. Além disso, outra conclusão a se obter com a leitura do livro de entrada é sobre o caráter local da associação, pois a maioria que foi localizada viveu na própria cidade ou em regiões adjacentes.

Uma última consideração a ser feita é com relação ao período de atividades do grupo. Enquanto o livro de entrada sinaliza as últimas entradas no ano de 1900, um recibo encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió permite sugerir que suas atividades foram, no mínimo, até 1910. Inclusive, o recibo foi impresso, e não escrito à mão, o que aponta também para certa preocupação com os documentos do grupo, além de despesas com materiais e gastos cotidianos, como, por exemplo, impressões em uma tipografia. Talvez as informações não sejam contraditórias, visto que seria plausível que uma associação religiosa funcionasse sem entradas num curto espaço de tempo. Mas é improvável que entre 1900 e 1910 a irmandade tenha funcionado sem nenhuma entrada, principalmente se se leva em consideração o seu fluxo, baixíssimo nos anos finais. Em relação ao templo que abrigava o Senhor dos Martyrios, não há indícios de uma mudança de local ou mesmo a construção de um templo próprio. Com as informações de que se dispõe atualmente, pode-se concluir que o grupo permaneceu abrigado na Irmandade do Rosário até o fim de suas atividades.

Para um morador da Cidade das Alagoas, pertencer à Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios poderia significar a afirmação social da liberdade, uma vez que em seus quadros não era possível o aceite de escravizados. Em uma realidade social de pobreza, afirmar-se como livre era o máximo de distinção hierárquica que alguns grupos poderiam galgar, provavelmente.

Outra possibilidade para o interesse dos associados na Irmandade era justamente o fato de ela ser abrigada no templo do Rosário. Por ser uma associação mais tradicional, o suporte para enterramentos poderia ser facilitado entre ambas as associações, como a concessão de covas, caixões etc. Assim, tal escolha poderia funcionar como uma estratégia de caráter duplo: ao mesmo tempo em que dependiam da Irmandade do Rosário (inclusive para funcionar em um espaço físico), os associados dos Martyrios se diferenciavam e se afirmavam como livres em relação aos associados do Rosário.

Apesar de ser uma associação consideravelmente pequena, a pesquisa visou contribuir para entender melhor o grupo pertencente a uma irmandade. As informações são poucas e foram construídas com todo o cuidado, visando contribuir, ainda que pouco, com a formação de futuros historiadores interessados nas práticas associativas religiosas, um dos pilares do cotidiano da sociedade brasileira, dominada por Portugal na lógica católica. Espera-se que novas possibilidades de pesquisa sobre a temática surjam, se não por meio da presente pesquisa, por meio da disponibilização de novas fontes.

7. Referências

Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió

COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios de 1861. *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872 por Olympio de Arroxelas Galvão e Tiburcio Valeriano de Araújo*. Legislação e actos dos annos de 1860 a 1867. Tomo IV. Maceió, 1872. – Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

COMPROMISSO da Irmandade do Rosário das Alagoas de 1860. *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872 por Olympio de Arroxelas Galvão e Tiburcio Valeriano de Araújo*. Legislação e actos dos annos de 1860 a 1867. Tomo IV. Maceió, 1872. – Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

LIVRO de entrada de irmãos da Irmandade Bom Jesus dos Martyrios, 1845 a 1900. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, armário 7, caixa 69.

Recibo da Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas. Armário 16, caixa 129.

Relação das pessoas que contribuíram para a festa S. B. dos Martyrios d'esta cidade. Armário 14, Caixa a catalogar.

Arquivo Público de Alagoas

CAIXA 174. Alfândega de Alagoas, 1884.

CAIXA 0456. Clero, 1856 a 1851.

CAIXA 2051. Autoridades províncias, 1888 a 1889.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

SÉRIE Arsenal de Guerra, código AG-12.

Biblioteca Nacional Digital

JORNAIS diversos. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

Governo de Alagoas

GOVERNO DE ALAGOAS. *Mapa da divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872*, 2020. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/tl/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/323b9a53-16d8-45e5-b34a-ad5db74b1df5>. Acesso em: 25 set. 2023.

Planalto – Governo Federal

LEI nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm. Acesso em: 9 out. 2023.

Bibliografia

ALTAVILA, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Typographia Alagoana, 1933.

ALVES, Fabianne Nayra Santos. *Lugar de fé, lugar social: os pardos e a irmandade de São Gonçalo Garcia da Vila do Penedo do rio de São Francisco – Comarca das Alagoas (1762-1808)*. 2016. 64 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2016.

_____. *Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)*. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

ARAÚJO, Maria Valéria da Silva. *“Crise dos braços”*: escravidão, economia e imigração em Alagoas (1850-1888). 2020. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

AZZI, Riolando. Do bom Jesus sofredor ao Cristo libertador. *Perspectiva Teológica*, v. 18, n. 45, p. 215-233, 1986. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1821>. Acesso em: 7 abr. 2022.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. A discriminação do negro como fato estruturador do poder. *Sankofa*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 71-103, 2009. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2009.88739. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88739>. Acesso em: 9 out. 2023.

BARROS, Theodyr Augusto. *O processo de mudança de capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica 1819-1859*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 1991.

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (séculos XVI a XIX). *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 2, p. 743-768, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556>. Acesso em: 22 out. 2023.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOSCHI, Caio César. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61358/64290>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRAGA, Carolina de Toledo. *Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos oitocentos (Pernambuco, 1942-1953)*. 171 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1909.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

CARVALHO, Cícero Pércles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. Os professores e seu papel na sociedade imperial. *Revista HISTEDBR Online*, v. 34, p. 37-61, 2009. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/urqKXhr.doc. Acesso em: 22 out. 2023.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios protestantes: marcas de um outro sagrado em uma outra terra. *Fazendo Gênero*, n. 9, 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276648276_ARQUIVO_ArtigoElisianaTrilhaCastro.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

CASTRO, Guiomar Alcides de. *A história da igreja dos martírios*. Maceió: Sergasa, 1981.

CAVALCANTE, Veronica R. Irmandades e espaço em Maceió. *Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ttGgvvcjGmzqtAiyo-Urnn_0j3HO1jpyZ. Acesso em: 20 out. 2023.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13796/Tese-jose-inaldo-chaves-junior.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 set. 2023.

CHITUNDA, Paulo Alexandre Sicato. *Entre missas e batuques: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Recife, Goiana e Olinda – Século XVIII*. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CORD, Marcelo Mac. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. 377 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1608530>. Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife (1848-1872)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. 3. ed. Maceió: Editora do CESMAC: EDuneal, 2020.

_____. *O Visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1937.

CYMBALISTA, Renato. Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 43-82, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2020.

DAMASCENO, Tatiana Maria. *Nas águas de Iemanjá: um estudo das práticas performativas no candomblé e na festa à beira-mar*. 235 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11185/TESE%20-%20TATIANA%20DAMASCENO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DECRETO de 16 de setembro de 1817. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimp-D_52.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 15, 1985, p. 89-109. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44506>. Acesso em: 15 maio 2022.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006.

DILLMANN, Mauro. Representatividade social da irmandade e cemitério São Miguel e Almas na secularizada e republicana cidade de Porto Alegre/RS. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 17, p. 215-232, 2013. Disponível em: <https://e->

revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/8947/6561. Acesso em: 22 out. 2023.

DOURADO, Larissa Bagano. *Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)*. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas-RS (1880-1920)* Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

FALCÃO, Tania Maria Lago. *Homem não chora: um estudo sobre viuvez masculina em camadas médias urbanas*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERRER, Walkiria Martinez H.; ROSSIGNOLI, Marisa. O Estado brasileiro e o desenvolvimento econômico: uma análise pela perspectiva da economia política. *Revista Húmus*, v. 10, n. 28, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12632>. Acesso em: 25 set. 2023.

FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, v. 36, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2690>. Acesso em: 22 out. 2023.

FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GARRIDO, Marney Silva. “Das várias intolerâncias”: os conflitos entre discursos e práticas regalistas e ultramontanas via imprensa alagoana (1870-1889). In *Quaestionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, Ano III, n. 3, p. 75-89, 2018.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, César Leandro Santos. “Deus guarde Vossa Excelência”: o clero católico, ultramontanismo e regalismo na Província de Alagoas (1838-1861). In *Quaestionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, Ano III, n. 3, p. 4-44, 2018.

_____. “Por mercê de Deus e da Santa Sé”: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910). 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

GOVERNO DE ALAGOAS. *Perfil municipal*: ano 4, n. 4. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/8e18c81b-bb60-49ce-9e22-27324ec66a96/resource/b793164f-e1de-4b88-b531-da93fada58d3/download/marechaldeodorocomp.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, p. 121-160, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034/13633>. Acesso em: 20 out. 2023.

GUIMARÃES, Carlos Magno; MORAIS, Camila Fernandes de. Mineração, degradação ambiental e arqueologia: Minas Gerais, Brasil, século XVIII. *Memoria Americana*, v. 26, n. 2, p. 82-101, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org/ar/pdf/memoam/v26n2/v26n2a06.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

HEUER, J. W. *A normatização dos sepultamentos em Nossa Senhora do Desterro*: uma história funerária. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KHÛN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unsinos*, v. 14, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4713/1935>. Acesso em: 20 out. 2023.

LACERDA, David P. *Solidariedades entre ofícios*: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). 2011. 220 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614305>. Acesso em: 28 dez. 2022.

LAHON, Didier. Da redução da alteridade a consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII). *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 44, p. 53-83, jun. 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6002/9816>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3 v.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Irmandades*. Maceió: Secretaria da Educação e Cultura. Departamento de Ciência e Cultura, 1970.

LIMA JÚNIOR, Félix. *A escravidão em Alagoas*. Maceió: Imprensa Universitária, 1974.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do toambo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Interpretação da província: estudo da cultura alagoana*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 125. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3175/1/arquivo2319_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

LUZ, Itacir Marques da. Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *Educação em Revista*, v. 32, p. 119-142, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NhkvmqRz4F7sh7PdDxhBQ9K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MACHADO, Janderson Clayton F. O despertar do Recife no Brasil holandês. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 4, n. 7, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/752>. Acesso em: 15 out. 2023.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. *Frades, artistas, filósofos: o Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

_____. *Igreja, conventos, cemitérios: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas*. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 131-143, dez. 1972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143266>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARQUES, Danilo Luiz. *Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista*. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A arte das corporações de ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 30, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24350/19725>. Acesso em: 20 out. 2023.

MATTOS, Renato de. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). *HiSTOReLo: Revista de Historia Regional y Local*, v. 9, n. 17, p. 473-505, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2145-132X2017000100473&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 13 out. 2023.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. *Dom Vital: a questão religiosa e a crise político-institucional no Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192116/medeiros_rd_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 8 maio 2022.

MELO, Emerson. *Entre territórios e terreiros: yorubá, velhos deuses no Novo Mundo*. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Um tiro contra o Imperador. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 2, p. 74–80, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/UxDF>. Acesso em: 31 out. 2023.

MENEZES, Amanda Patrícia Santos Lorena de. *Reverberações contemporâneas do Quebra de Xangô de 1912: continuidades e desdobramentos da devassa aos terreiros em Maceió/AL*. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

MÉRO, Ernani. *Discriminação racial nas irmandades*. Maceió, 1983.

NUNES, Márcio Manuel Machado. *A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFAL, Maceió, 2016.

OLIVEIRA, Daniela Matto Oliveira. *Nação Jeje Mahi: história e rituais do candomblé*. Cruz das Almas, 2009. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2009

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. Educação e religião das mulheres no Brasil do século XIX: conformação e resistência. In: *simpósio temático fazendo gênero*, 8., Florianópolis, 2008. Resumos... Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015.

PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830). *Tempo*, v. 20, p. 1-32, 2014.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. “*Hoje vou tratar de meus direitos*”: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará Provincial (1830-1888). 2021. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a história da igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 45. ed. São Paulo: Record, 1995.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *Revista História*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/11.pdf>. Acesso em 24 jun. 2023.

_____. *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROCHA, Leonel Severo. A institucionalização do republicanismo no Brasil: o papel de Rui Barbosa na Constituição de 1891. *Revista Fapad*, Curitiba, v. 1, 2021. p. 12. Disponível em: <https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/gtp/article/view/29>. Acesso em: 24 set. 2023.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

ROSSITER NETO, Lydio Alfredo. “*Casos de vida e morte*”: ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e o ultramontanismo em Alagoas (1845-

1875). 2020. 75 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

_____. “Casos de vida e morte”: saúde pública, epidemias e administração dos cemitérios no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840-1889). In *Quaestionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, Ano III, n. 3, p. 45-58, 2018.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Black and mulato brotherhoods in colonial Brazil: a study in a collective behavior. *Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 4, 1974.

SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Irmãs do rosário de Santo Antônio: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife (1750-1800)*. 2009. 160 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo no segundo reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

_____. Uma questão de revisão de conceitos: romanização, ultramontanismo e reforma. *Temporalidades*, v. 2, p. 24-33, 2010.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “Sangangú de caroço”: a diversidade religiosa e as relações de poder em Alagoas, via imprensa local (1870-1912). In: REIS, Marcos Vinicius Freitas (org.). *Expressões religiosas de um Brasil plural: estudos contemporâneos*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

_____. (2014). “De quilombos e de xangôs”: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). In *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 34, v. 15, 2014.

_____. *A caverna do diabo e outras histórias: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)*. Maceió: Edufal, 2016.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. Um olhar sobre as irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas terras sergipanas (1750-1835). *Saeculum*, João Pessoa, v. 25, jul./dez. 2011. p. 15. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/13985/7865>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”*: festas e política no Recife (1817-1848). 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SARAMAGO, José. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, v. 1.

SCHUELER, Alessandra F. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, p. 59-84, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vMTNCwp7KPSDyVPRdBvNjFr/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Élide Kassia Vieira da. “*De pathuscadas a bachanaes*”: as irmandades religiosas e o avanço ultramontano em Alagoas. 83 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1997, p. 146. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, Fred Cândido da. “*Não sigo partidos*”: Francisco Muniz Tavares na Independência do Brasil, do radicalismo de 1817 à moderação em 1824. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Livia Gomes. *Os termos de compromisso e a Organização das Irmandades Leigas dos Homens Pretos de Maceió*. 2014. 66 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2014.

SILVA, Maria Amélia Belisário da; CEZAR, Lilian Sagio. A possibilidade de participação do negro nas Irmandades Religiosas em Campos dos Goytacazes/RJ. *Caminhando*, v. 21, n. 1, p. 87-114, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/5963/5335>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Maria de Jesus Santana. *Devoção e resistência*: as irmandades de homens pretos de Goiana (1830-1850). 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SOUZA, George F. Cabral de. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcgclefindmkaj/http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v74n1/v74n1a03.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1846>. Acesso em: 8 nov. 2020.

TEIXEIRA, Luana. *Negócios da escravidão em Alagoas: o comércio interprovincial de escravos em Maceió e Penedo (1842-1881)*. Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALENTE, Aminadab. *A mudança do cofre: acontecimentos históricos – ano de 1839*. Maceió: Imprensa Oficial, 1952.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil: 1844-1926*. São Paulo: Santuário, 2007.

Anexos

Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Marechal Deodoro³⁵⁷



³⁵⁷ IGREJA de Nossa Senhora do Rosário de Marechal Deodoro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pac/noticias/detalhes/5702/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos-sera-restaurada-em-marechal-deodoro-al>. Acesso em: 30 out. 2023.

Figura 3 - Igreja do Bom Jesus dos Martírios de Maceió³⁵⁸



Figura 4 - Fachada da Igreja do Bom Jesus dos Martírios de Maceió³⁵⁹



³⁵⁸ IGREJA do Senhor Bom Jesus dos Martírios de Maceió. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/em-maceio-al-governo-federal-entrega-importantes-obras-de-restauracao-de-monumentos-historicos>. Acesso em: 30 out. 2023.

³⁵⁹ Ibid.